



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

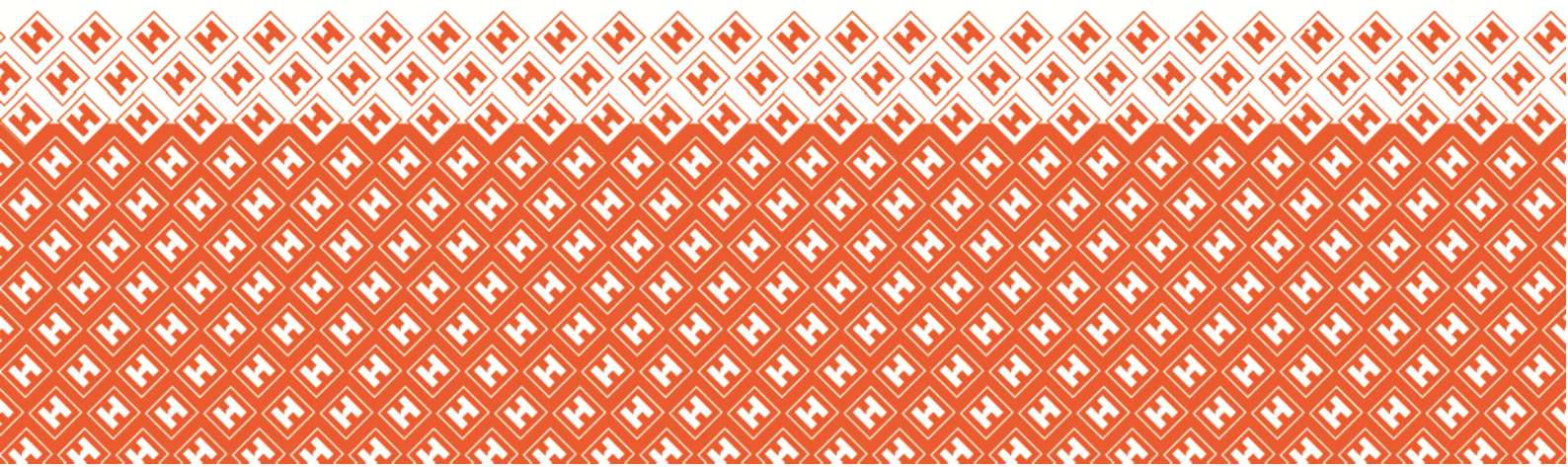
---

**ALEX CARBONEL PEREIRA**

**AS MARCAS DA TERRA NAS MEMÓRIAS E SABERES HISTÓRICOS:  
os calos do saber**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**MAIO / 2020**



**ALEX CARBONEL PEREIRA**

**AS MARCAS DA TERRA NAS MEMÓRIAS E SABERES HISTÓRICOS:  
os calos do saber**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

**Orientador: Professor Dr. Marion Machado Cunha**

**CÁCERES  
2020**

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

P436a PEREIRA, Alex Carbonel.  
As Marcas da Terra nas Memórias e Saberes Históricos:Os  
Calos do Saber / Alex Carbonel Pereira - Cáceres, 2020.  
114 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu  
(Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências  
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato  
Grosso, 2020.

Orientador: Marion Machado Cunha

1. Profhistória. 2. Ensino de História. 3. Terra. 4.  
Conscientização. 5. Memórias. I. Alex Carbonel Pereira. II. As  
Marcas da Terra nas Memórias e Saberes Históricos:: Os Calos  
do Saber.

CDU 371.3

**ALEX CARBONEL PEREIRA**

**AS MARCAS DA TERRA NAS MEMÓRIAS E SABERES HISTÓRICOS:  
os calos do saber**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Defesa da Dissertação em 25 de maio de 2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Marion Machado Cunha (UNEMAT)  
(Orientador)

---

Professor Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer (UNEMAT)

---

Professora Dra. Suely Dulce de Castilho (Prof.<sup>a</sup> Visitante – UFMT)

---

Professora Dra. Regiane Cristina Custodio (Prof.<sup>a</sup> Suplente – UNEMAT)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -  
PROFHISTÓRIA




## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos 25 dias do mês de maio de dois mil e vinte às 14 horas, ocorreu a Defesa de Dissertação de Mestrado de *Alex Carbonel Pereira* com a produção intitulada *Conscientização e historicização pelas narrativas: as marcas da terra nas memórias e saberes históricos da Cidade de São José dos Quatro Marcos/MT*. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via <https://meet.google.com/yxq-iukj-xji>. A Comissão Examinadora foi composta por: prof. Dr. Marion Machado Cunha - UNEMAT (orientador), profa. Dra. Suely Dulce de Castilho - UFMT (examinadora externa), prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer – UNEMAT (examinador interno) e profa. Dra. Regiane Cristina Custódio –UNEMAT (examinadora Suplente). Concluída e exposição e a arguição do(a) candidato(a), a Comissão Examinadora considerou o candidato(a) **APROVADO**. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProffHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da defesa. A dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo(a) presidente da Comissão Examinadora.

**Observações:** A banca de defesa teve pareceres apresentados que seguem anexos desta ata.

### Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Marion Machado Cunha  
UNEMAT (Presidente da Banca)



Profa. Dra. Suely Dulce de Castilho  
Examinadora Externa (UFMT) (Participação a distância)

Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer  
Examinador Interno (UNEMAT) (Participação a distância)

Profa. Dra. Regiane Cristina Custódio  
Examinadora Suplente (UNEMAT)

Dedico este trabalho aos meus filhos João Mguel Batista Pereira e Rafael Batista Pereira, que com seus sorrisos acalmam meu coração e provocam um amor sem explicação, à minha amada esposa e companheira Kellen Cristina Batista Pereira, com quem compartilho a vida, sonhos e medos.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado/UNEMAT, por ofertar o curso de Mestrado em Ensino de História ProfHistória;

À Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso/SEDUC, por conceder o afastamento para qualificação profissional, tornando possível a pesquisa histórica e composição desta Dissertação;

Ao meu orientador e amigo professor Dr. Marion Machado Cunha, pelas estimadas contribuições na pesquisa e composição da escrita do texto dissertativo. Revelou-se um companheiro durante todo o processo de orientação, escutando e orientando não apenas as demandas acadêmicas, mas também as de composição da vida, que com seu exemplo de luta pela educação pública, me faz “esperançar” em dias melhores;

Aos entrevistados na pesquisa (trabalhadores da terra) pela confiança prestada ao pesquisador ao longo das entrevistas;

À minha família e aos meus pais Valdecir Alves Pereira e Aparecida Carbonel Pereira que me ensinaram o sentido da vida, e ao meu irmão André Fernando Carbonel Pereira que ao longo do mestrado me acolheu em sua casa;

À professora Dra. Suely Dulce de Castilho, por aceitar o convite de participar da avaliação desta Dissertação e pelas estimadas contribuições sobre a pesquisa histórica;

Ao professor Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer, coordenador do ProfHistória da UNEMAT, por suas elevadas contribuições sobre o Ensino de História e como avaliador desta Dissertação;

Aos professores do Programa de Mestrado em Ensino de História ProfHistória da UNEMAT, que com suas contribuições ao longo do curso proporcionaram novas possibilidades enquanto professor de História da educação básica;

Aos amigos, companheiros e interlocutores de mestrado que contribuíram de formas diversas durante os estudos.

“Para mim, a utopia não consiste no irrealizável, nem é idealismo, mas, sim, a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, os atos de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por essa razão, a utopia também é engajamento histórico”. (FREIRE, 2016, p. 58).



## RESUMO

Nesta Dissertação destaca-se o estudo do processo migratório pelos trabalhadores da terra na constituição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, entre as décadas de 1960 e 1980. Com o objetivo de analisar e explicitar narrativas e saberes históricos para apreender as representações sociais produzidas sobre as marcas da terra, por meio das memórias da cidade. Sob a metodologia da História oral, utilizamos princípios da pesquisa qualitativa com caráter exploratório que somaram a documentos impressos da constituição do território em cidade, quer dizer, esta cidade constituída enquanto ambiente de memórias, compôs-se, reformulou e eliminou alguns saberes em detrimento de outros. As narrativas, nessa medida, balizaram o campo empírico da pesquisa. Portanto, essa pesquisa histórica direcionada para o Ensino de História se apresenta como possibilidades de conscientização no movimento com a História local com uma educação que valorize o conhecimento e experiências históricas dos sujeitos do local de pertencimento de alunos e professores e, em nosso caso, da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Do processo de apreensão do objeto, a cidade de São José dos Quatro Marcos foi arregimentada por meio dos “jogos de poder” (promovido pelo Estado e capital econômico) que legitimavam e postulavam, em última instância, a capitalização da terra sob o movimento do mercado e da desvalorização dos calos do saber (as experiências e conhecimentos produzidos pelos próprios trabalhadores da terra), em nome da modernização.

**Palavras-chave:** ProfHistória. Ensino de História. Terra. Conscientização. Memórias.

## ABSTRACT

In this Dissertation it is shone a light over a study of migratory process of the land workers for the constitution of the city of São José dos Quatro Marcos (MT), throughout the decades of 1960 and 1980, aiming to analyse and expose historical narratives and knowledges to apprehend representations produced on landmarks, through the memories of the city. Under the methodology of narrated History, we resorted from the principles of qualitative research with an exploratory character that joined the published documents of the constitution of the territory in a city, that is, this city when conceived as an space of memories composed, reformulated and eliminated some knowledges to the detriment of others. The narratives, to that extent, marked the empirical field of research. Therefore, this historical research directed towards the Teaching of History presents itself as possibility of awareness in the movement with the local History with an education that values the knowledge and historical experiences of the subjects of the place of belonging of students and teachers and, in our case, of the city of São José dos Quatro Marcos (MT). Of the process of apprehending the object, the city of São José dos Quatro Marcos was enlisted through the “power games” (produced by the State and economic capital) that legitimized and postulated, ultimately, the capitalization of the land under the movement of the market and the devaluation of the *calluses of knowledge* (the experiences and knowledge produced by the land workers themselves), in the name of modernization.

**Keywords:** *ProfHistoria*. History Teaching. Land. Awareness. Memories.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai (1960).....	66
Figura 2 - Flagrantes da migração em Cáceres, década de 1970: transporte de migrantes por caminhões. ....	69
Figura 3 - Flagrantes da migração em Cáceres, década de 1970: o cuidado das mulheres com os filhos. ....	70
Figura 4 - Flagrantes da migração em Cáceres, década de 1970: transporte de migrantes e animais.....	71
Figura 5 - Croqui da área de atuação da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. ....	76
Figura 6 – Consorciação de culturas descrita na entrevista do senhor S.C.G. (arroz, milho e café) - as mudas de café estão abrigadas abaixo dos pés de milho. ....	89
Figura 7 - Roça de café em produção .....	90
Figura 8 - Terreirão de café (espaço calçado de concreto, que serve para secagem dos grãos de café). ....	91
Figura 9 - Tuia de café (local onde armazenava os grãos de café seco e algumas ferramentas). ....	92
Figura 10 - Imagem fotográfica da Avenida São Paulo, São José dos Quatro Marcos-MT, início da década de 1980.....	102

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BASA - Banco da Amazônia S.A

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASEMAT - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso

CPP - Comissão de Planejamento e Produção

CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DTC - Departamento de Terras e Colonização

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPA - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso

INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MT - Mato Grosso

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Plano de Integração Nacional

PJ - Pastoral da Juventude

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História da UFMT

PROBOR - Programa de Incentivo de Produção de Borracha Natural

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento do INCRA

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso

SETEC - Secretaria Profissional e Tecnológica

SNI - Serviço Nacional de Informações

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: Os sujeitos históricos da pesquisa e a composição da dissertação ...</b>	<b>14</b>
<b>2. CONSCIENTIZAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
2.1 Conscientização pelo Ensino de História .....	27
2.2 Inserção da pesquisa no Ensino de História pelas narrativas de memória .....	29
2.3 O livro didático no movimento da História local .....	37
2.4 O Ensino de História, como instrumento de potência de libertação.....	41
<b>3. MÃE-TERRA .....</b>	<b>47</b>
3.1 TERRA: A mãe que nunca deixa o filho na mão!.....	47
3.2 Os caminhos da terra percorridos pela memória .....	60
<b>4. A MIRAGEM DA ENCRUZILHADA .....</b>	<b>72</b>
4.1 “QUATRO MARCOS”: A encruzilhada que virou cidade .....	72
<b>5. OS SABERES HISTÓRICOS DA CIDADE.....</b>	<b>84</b>
5.1 Os “calos do saber” .....	84
5.2 DISPUTAS DO SABER: o moderno contrapondo o tradicional .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>

## 1. INTRODUÇÃO: Os sujeitos históricos da pesquisa e a composição da dissertação

Esta Dissertação, denominada *As marcas da terra nas memórias e saberes históricos: os calos do saber*, qualifica-se por um objeto voltado para área de História, como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória, da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado-UNEMAT/Cáceres<sup>1</sup>, inserido na linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços da Memória, sob orientação do Professor Doutor Marion Machado Cunha.

No trabalho de pesquisa, foram analisadas as narrativas e saberes históricos associados às relações de ocupação da terra, como mobilizador de representações históricas e de historicidade travadas no tempo e espaço, de construção presente/passado da cidade de São José dos Quatro Marcos, estado de Mato Grosso (MT)<sup>2</sup>.

O período pesquisado situa-se entre as décadas de 1960, quando se inicia a constituição do povoamento com a chegada dos primeiros migrantes, até a década de 1980, período em que, a maioria da população dessa localidade ainda vivia na zona rural<sup>3</sup>. Desse modo, as atividades sociais, econômicas e culturais da cidade, durante esse período, estavam de certa forma, dependentes da terra.

A cidade de São José dos Quatro Marcos, localizada a 302 km da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, e a 97 km da cidade de Cáceres, possui uma extensão territorial de 1.190,00 km<sup>2</sup>, e uma população de 18.998 habitantes, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sendo seus habitantes denominados

---

<sup>1</sup> O ProfHistória consiste em um Programa Stricto Sensu, nível mestrado, voltado para o Ensino de História. Além de atender os critérios institucionais e legais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), volta-se para formação continuada de professores em História que atuam na Educação Básica (ensino fundamental e médio). A primeira seleção para o ProfHistória foi realizada em 2014, sendo um mestrado organizado em Rede Nacional, com a participação de várias instituições de ensino superior associadas, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dentre as instituições que participam, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) tem o mestrado ofertado no campus Universitário de Cáceres, localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso (MT), a uma distância aproximada de 200 quilômetros da capital Cuiabá.

<sup>2</sup> Ao falar da memória como objeto de estudo cabe destacar uma das discussões clássicas presentes no prefácio do livro *História e Memória* de Le Goff (1990, p. 14) sobre o campo de estudo para o qual a História, como área de conhecimento, é convocada a pensar e reinventar: “Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta. A memória como fenômeno humano, crivada e facetada de composições sociais, políticas culturais e econômicas, subjetivamente, traduz-se também de objetividade histórica. As lembranças são constitutivas e constituídas das/nas próprias práticas humanas e tem como uma das propriedades a temporalidade humana, com significações e ressignificações que refletem a fricção passado e presente e dos fatos que balizam e orientam determinadas representação sobre os fatos e os processos humanos”.

<sup>3</sup> Até meados de 1980 o município de São José dos Quatro Marcos/MT era predominantemente rural, mas com a criação do Frigorífico para abate de bovinos, na década de 1980 – assim como toda uma preocupação de organização do espaço urbano por parte dos dirigentes municipais – contribuiu para que na década de 1990 essa cidade se tornasse predominantemente urbana. Ver [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br).

quatromarquenses.

Do objeto de pesquisa, a proposta voltou-se para apreender as narrativas e saberes históricos produzidos sobre as marcas da terra nas memórias da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Saberes que criavam uma atmosfera própria de sociabilidade e de interesses envolvidos no período de constituição da cidade, enquanto espaço social e de poder. Dessa maneira, nos orientamos pelas oralidades, que são elementos constituintes da cidade e do seu historicizar, direcionando o trabalho de pesquisa.

Assim, principiamos com os seguintes objetivos na elaboração desta Dissertação: Objetivo geral) analisar e explicitar narrativas e saberes históricos, para mobilizar as representações sociais produzidas sobre as marcas da terra, por meio das memórias da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT entre as décadas de 1960 e 1980. E como objetivos específicos: a) flexionar elementos das narrativas de memória que possibilitem a conscientização pelo Ensino de História; b) interpretar as narrativas provenientes das memórias compostas sobre a terra no processo de migração e concepção da cidade; c) identificar os saberes históricos produzidos por meio da terra, pelas narrativas de memória que explicitem a cidade, como lugar de memórias históricas em seus processos de construção/conservação/transformação; d) compreender a participação dos sujeitos históricos, na organização e na composição das atividades sociais da terra associadas a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, entre as décadas de 1960 e 1980.

As hipóteses acompanharam uma vertente de orientação para o trabalho de pesquisa. Dessa perspectiva, foram delineadas as seguintes hipóteses: a) os saberes históricos são produzidos por meio da coletividade da memória; b) as narrativas sobre as marcas da terra compõem as tradições culturais e sociais da cidade.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, a partir dos pressupostos da História oral. Foram utilizadas entrevistas realizadas com três homens e uma mulher, que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos, entre as décadas de 1960 e 1980, com o objetivo de compreender as múltiplas relações existentes produzidas sobre a terra nas memórias constituintes da cidade.

A metodologia da História oral, para essa pesquisa, apresenta-se como uma possibilidade apropriada para compreender como os saberes históricos produzidos sobre a terra se entrelaçam para compor as memórias da cidade. Com esta metodologia, foi possível encontrar/capturar as vozes dos atores e/ou testemunhas que constituíram a cidade.

Meihy e Holanda (2018) conceituam o trabalho de entrevistas por meios eletrônicos na metodologia de pesquisa da História oral, como “fonte oral”. Sendo estabelecida por uma



prática que edificará um novo documento.

Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se *fonte oral*. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista. (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 14).

Além disso, Meihy e Holanda (2018) destacam que a História oral não seria apenas uma ação isolada da entrevista, ela perpassa pela elaboração do projeto, escolha dos colaboradores a serem entrevistados, transcrição das entrevistas e “transcrição”. A técnica de “transcrição”<sup>4</sup> proposta por Meihy e Holanda (2018) de adaptação da transcrição das entrevistas para um texto esteticamente apropriado para leitura, que proporcione sentido a narrativa do colaborador, foi empregada nas quatro entrevistas realizadas para o trabalho de pesquisa, guardadas as devidas características presentes no discurso dos diferentes colaboradores.

Uma pesquisa histórica que estabelece a metodologia de História oral como uma das possibilidades de análise, ou seja, de fontes vivas, passa por escolhas, delimitações e abdições que definem e compõem o objeto de pesquisa. Como realizar essas escolhas? Quais sujeitos históricos abarcariam melhor a pesquisa? Quantos seriam necessários? Quais questões deveriam ser levantadas pelo pesquisador?

Essas escolhas passam primeiramente pelo lugar social. Michel de Certeau (2008) define a importância do lugar (social, político, econômico e cultural) onde o historiador/pesquisador e sua pesquisa histórica estão inseridos. Partindo do reconhecimento da parcialidade existente na pesquisa e da visão de mundo a partir do ponto de vista do historiador/pesquisador, reconhecemos as diferenças, e abrimos outras possibilidades existentes de análise do objeto de pesquisa.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica em meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2008, p. 66-67).

A pesquisa histórica consiste em uma atividade humana e, toda atividade humana, é

---

<sup>4</sup> “A *transcrição* é assim um fundamento-chave para a história oral, pois, sendo ela aplicada aos estudos de grupos, comunidades e indivíduos, abandona os escritos caminhos da racionalidade e se abre às convenientes dimensões subjetivas. A noção de *transcrição* ganha novos sentidos na história oral, pois sugere a fatalidade da transcrição como ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado”. (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 136).

constituída dentro de um lugar social<sup>5</sup>, logo a subjetividade que há em cada historiador/pesquisador é colocada em evidencia na pesquisa. Certeau (2008) reconhece a elasticidade da História com o lugar social, na definição dos métodos de pesquisa. Esse estado das coisas, definidos e construídos por relações sociais definirá as escolhas subjetivas, criando um sistema de referência próprio do historiador/pesquisador.

No caso do historiador/pesquisador desta Dissertação, a constituição do meu lugar social, parte da realidade da minha família, que migrou do estado de São Paulo para a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT em 1982. A pesquisa histórica está definida por esse lugar social, que vai do realizável ao irrealizável, que define as ações do historiador/pesquisador simultaneamente com os atos da vida cotidiana, do local comum de vivência e pesquisa histórica. Nascido neste local no ano de 1984, tive toda uma vida estabelecida em uma cidade interiorana, amalgamada por elementos da vida no meio rural, sendo filho de um funcionário público municipal que esteve lotado por muitos anos na secretaria municipal de agricultura e de uma professora alfabetizadora da educação básica. Ou seja, a pesquisa histórica não é fruto apenas do autor, mas, do grupo que o produz, sobre o dado que pode ser o documento e da criação do historiador/pesquisador, como disse Certeau: “É nesta fronteira mutável, entre o dado e o criado, e finalmente entre a natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa” (CERTEAU, 2008, p. 78).

Contudo, o lugar social, apresentado por Certeau (2008), não é o todo físico. No entanto, instituído das condições físicas/naturais, criam-se também dinâmicas e elementos que são sociais, políticos, econômicos e culturais. Neste local de pesquisa e vivência, experienciei na infância diversões em propriedades rurais circunvizinhas da parte urbana da cidade, a banhar em córregos e encontrar forquilhas em meio a mata para confecção de estilingues. Posteriormente na juventude obtive uma experiência religiosa por meio da Pastoral da Juventude (PJ)<sup>6</sup> da Igreja Católica, tendo participado como liderança por mais de dez anos. Movimento que se valeu na compreensão da sociedade com um olhar crítico, uma vez que, a PJ traz como referência os princípios da Pedagogia de Paulo Freire, pois seu direcionamento principal constitui-se na “juventude evangelizando a própria juventude”.

Desse lugar social, as dinâmicas precisadas para a pesquisa se tornam imperativas, inclusive para situar a relação pesquisador e sua inscrição no objeto e no leitor no campo da

---

<sup>5</sup> Por tratar dos elementos subjetivos do pesquisador, neste momento será utilizado a primeira forma pronominal do singular, para referir as experiências de vivências e profissionais que levaram a proposição do objeto de pesquisa.

<sup>6</sup> A Pastoral da Juventude (PJ), surgiu no Brasil durante a década de 1970 em pleno momento de repressão política provocada pela Ditadura Civil-Militar.

produção científica. E, ao explicar esse campo de propósitos, as fronteiras das realidades objetiva e subjetiva são marcadas por continuidades e descontinuidades, avanços e recuos, conflitos e superações reproduções e construções singulares e gerais. Nesse movimento, ainda na juventude, trabalhei<sup>7</sup> por sete anos em uma rede varejista de autopeças, lugar este que se orientou na apreensão do campo das práticas sociais do trabalho, na condição de trabalhador assalariado e nas dimensões de subordinação existentes dentro desta atividade. Dessa forma, reconhecer que na historiografia todo discurso ocupa um lugar, logo o discurso pautado no “não-lugar” pretere a História. E, como sublinha Certeau: “Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou ‘edificante’), nem a-tópica (sem pertinência).” (CERTEAU, 2008, p. 77).

Concomitantemente a este período, graduei-me em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres/MT. Após concluir a formação acadêmica, iniciei minha carreira de professor da educação básica, atividade que exerço desde 2007. Apesar de promover novos contornos da vivência no mundo do trabalho, esse segundo movimento da condição de trabalhador assalariado da educação escolar evidencia a tese da concepção marxista da história quando teoriza que os homens fazem sua própria história, entretanto, em condições preliminarmente dadas. Essas circunstâncias que se conduziram, possibilitaram experiências de dimensões basilares no meu trabalho enquanto professor, dentre elas, destaco o trabalho entre os anos de 2009<sup>8</sup> a 2012, no Programa Federal ProJovem-Campo<sup>9</sup>. Através do Programa, me especializei em Educação do Campo, capacitação que foi ofertada pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) em São Vicente. Logo algumas dessas características delineiam o meu lugar social na pesquisa.

Dessa forma, na dinâmica das experiências e vivências com as práticas do historiador/pesquisador, manifesta-se a construção metódica do objeto histórico. O

---

<sup>7</sup> Como afirma Heller sobre o conceito de alienação pelo trabalho: “Quando, por exemplo, temos de assimilar um novo movimento no trabalho, não podemos ‘pensar em outra coisa’ enquanto trabalhamos” (HELLER, 2016, p.49).

<sup>8</sup> Ainda em 2009 realizei duas disciplinas como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com os professores, João Carlos Barrozo e Vitale Joaoni Neto, momento que me possibilitou contato com discussões e leituras sobre os diferentes movimentos de reocupação das terras de Mato Grosso. Atualmente casado e pai de dois filhos, trabalho como professor da rede pública estadual, tendo experiência em educação do campo, educação de jovens e adultos, ensino fundamental e ensino médio.

<sup>9</sup> Programa implementado pelo Governo Federal em 2005, para qualificação profissional e escolarização de jovens agricultores familiares de 18 a 29 alfabetizados, para conclusão do ensino fundamental. “O ProJovem Campo constituiu-se no Programa Nacional de Educação de Jovens integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares implementado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria Profissional e Tecnológica (SETEC)”. (BRASIL, 2008, p. 16).

pesquisador, juntamente com atores/testemunhas da pesquisa, pelas singularidades e objetividades, compõe e movimentam-se nas relações de sentidos da organização das fontes e informações, de contextos e dinâmicas e, pelas mudanças e permanências dos processos históricos.

Neste movimento, o historiador/pesquisador percorre a memória oferecida pelos atores/testemunhas para produzir História, articulado com seu lugar social, expressa sua presença na História.

Assim como em seu trabalho intitulado, *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*, Freire (2005, p. 40) afirma: “Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado”. Nesta afirmação, Freire apresenta o indivíduo como agente transformador da sociedade, capaz de interferir e construir por meio de suas ações sua própria realidade, o indivíduo como autor da sua própria História ou de seu grupo social.

Partindo da concepção teórica abordada anteriormente, Freire (2005) parte de um sujeito transformador, investido de “conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade” (2006, p. 47), que promove o agir, que transforma o social e o histórico. Disso, enfatizamos que esta dissertação se dá por meio de diversas narrativas de memórias que compõem os saberes históricos sobre o papel da terra no processo de constituição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

A relevância da pesquisa deve-se ao reconhecimento destes sujeitos da pesquisa como “autores” da sua própria história, pois, ao rememorar suas lembranças, constroem outras versões das narrativas históricas produzidas sobre a cidade enquanto espaço social.

Da pesquisa, um dos desafios era a escolha dos sujeitos atores/testemunhas: como escolher os sujeitos históricos atores/testemunhas para compor a pesquisa? Essa foi a primeira provocação.

A opção metodológica de escolha dos atores/testemunhas<sup>10</sup> passa fundamentalmente pela primeira entrevista realizada para a pesquisa com o senhor J. M.<sup>11</sup>. Nascido em 09 de

---

<sup>10</sup> Ainda possuindo autorização dos colaboradores da pesquisa para divulgação de todo material colhido, optamos em ocultar os nomes reais, substituindo-os por siglas, preservando suas identidades.

<sup>11</sup> Em uma festa de aniversário, no mês de fevereiro de 2019, logo após apresentação do Projeto de Pesquisa, reencontrei o senhor J. M., pai de uma amiga também professora, logo recorreu-me que este senhor teria as características que ajudariam a compor o objeto de pesquisa, depois das orientações realizadas pelo professor orientador, decidimos que este senhor seria o primeiro a ser entrevistado.

Mas como realizar o primeiro contato com o colaborador? Mesmo sabendo do endereço do senhor J. M., optei usar a mediação por meio de sua filha, por tratar-se de uma pessoa idosa, este caminho certificava-me que ele, estaria em condições de ceder uma entrevista. Após entrar em contato via telefone celular com a filha do primeiro colaborador, pedi que comunicasse seu pai sobre o meu interesse em realizar uma entrevista, e que repassasse contato telefônico do senhor J. M. No outro dia entrei em contato por telefone com o colaborador, marcando uma data para o primeiro encontro em sua residência, onde foi realizado uma pré-entrevista para obter os dados

dezembro de 1949 na cidade de Álvares Florence estado de São Paulo, em uma família com dez irmãos, onde residiram em uma propriedade de sete alqueires<sup>12</sup>, até o ano de 1977, quando migraram para o estado de Mato Grosso, em uma propriedade de cem alqueires adquirida no ano de 1962.

Os colaboradores, subsequentes a serem entrevistados, foram escolhidos após a realização e transcrição da primeira entrevista. Isto proporcionou dois movimentos: a) o alcance da entrevista e a construção das narrativas no movimento de questões semiestruturadas e elaborações de novas questões de mergulho durante a entrevista de situações e fatos não previstos; b) estabelecer novos atores/testemunhas apresentados nas narrativas da entrevista, servindo de um “mapa” para novos entrevistados. Estas estratégias seguiram com todos os entrevistados. Um ator/testemunha direcionava para uma possível nova fonte.

O segundo colaborador a ser entrevistado foi o senhor S. C. G.<sup>13</sup>, nascido na cidade de Auriflama estado de São Paulo, em 14 de janeiro de 1960, migrou-se com apenas seis anos de idade juntamente com sua família no ano de 1966, em uma propriedade de 10 alqueires adquirida no estado de Mato Grosso.

A busca dos atores/testemunhas para a pesquisa fora delineada ponderando o complemento das narrativas, nesta busca alguns foram recusados, pois não trariam novos elementos. Conseqüentemente depois de analisar/investigar diversas opções de atores/testemunhas, as duas primeiras entrevistas conduziram na escolha do senhor D. M., já que faltara nas entrevistas realizadas elementos para compreensão da formação do território em cidade. Seguindo a investigação realizada para a pesquisa, fomos informados que o senhor D. M. teria tais informações.

O senhor D. M.<sup>14</sup>, nasceu no distrito de Jaci, cidade de Mirassol, estado de São Paulo em

---

utilizados na elaboração da cessão da entrevista, captação de informações para formular as questões a serem feitas na entrevista, e para preenchimento da ficha de acompanhamento do entrevistado.

<sup>12</sup> A unidade de medida utilizada no trabalho corresponde aos “alqueires paulista”, que possui uma dimensão de 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados.

<sup>13</sup> O primeiro contato com o senhor S.C.G. ocorrera na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS), para obter um atendimento médico, em um bate-papo, relembramos que ele e sua esposa já foram alunos em uma escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que também trabalhei como professor. Nesse bate-papo percebi que as narrativas do senhor S.C.G. apresentavam relações históricas próximas com as do senhor J. M., no entanto diferente da família do senhor J. M., que possuía terras em São Paulo e adquiriu uma propriedade de 100 alqueires em Mato Grosso, e teria utilizado dos serviços de meeiro, para tocar roça na propriedade. O senhor S.C.G. e sua família não possuíam terras em São Paulo e trabalharam como meeiro, mesmo posteriormente adquirindo uma propriedade de dez alqueires em Mato Grosso, que se tornara vinte e cinco com a aquisição de mais quinze alqueires, comprados do senhor Paulo Mendonça. Ao chegar na propriedade adquirida em Mato Grosso continuaram trabalhando de meeiro, pois as terras tinham sido adquiridas por meio de parcelas, que foram pagas inicialmente pelo trabalho em outras propriedades que já estariam abertas.

<sup>14</sup> O primeiro contato com o senhor D. M., ocorreu por intermédio de sua filha que possui um estabelecimento comercial na cidade de São José dos Quatro Marcos. Este foi o único colaborador que ainda não conhecia, por residir na cidade todos os demais já tivera algum contato antes das entrevistas. Fui para o primeiro encontro com

18 de julho de 1942, em uma propriedade de cinco alqueires, onde viveu juntamente com sua família (pai, mãe, e nove irmãos), até 28 de junho de 1964, quando migraram para o estado de Mato Grosso em uma propriedade de vinte e dois alqueires, adquirida por seu pai. Dos nove irmãos apenas uma irmã não teria vindo para Mato Grosso, pois havia recém-casado no estado de São Paulo. As memórias apresentadas nas narrativas do senhor D.M. acabaram direcionando no aprofundamento de todas as demais, de apreensão dos elementos de constituição da cidade.

Nas entrevistas realizadas com os três primeiros colaboradores foram identificados nos relatos algumas atividades e ações ligados culturalmente ao universo feminino como: parto, confecção e lavagem de roupas, cuidados com a casa, preparação de alimentos e remédios naturais, e atividades com a terra. Porém, tais relatos estavam sendo representados na voz de homens e necessitava-se para compreensão da proposta inicial do objeto de pesquisa ouvir também a voz feminina.

A preferência em escolher a senhora J.B.S.M.<sup>15</sup> para representar o universo feminino na cidade em formação, que teve, nesse período o trabalho com a terra, seu principal meio de sobrevivência, passa pelo fato da colaboradora ter prestado trabalhos sociais, servindo voluntariamente na Igreja Católica da comunidade rural em que viveu por muitos anos e colaboração com trabalhos na Pastoral da Criança, também por um longo período. Tendo toda uma vida marcada com o trabalho na terra, assim como muitas mulheres migrantes.

Outro desafio foi pensar quais questões deveriam ser levantadas aos colaboradores. Como as entrevistas foram pensadas em proporcionar movimentos de complementação das narrativas, optou-se por mobilizar questões semiestruturadas para promover o alcance proposto nos objetivos da pesquisa. Dessa forma, as questões levantadas abarcaram temas/assuntos como: a) motivos da migração; b) propagandas das terras de Mato Grosso; c) trabalho com a terra; d) cotidiano da vida no campo; e) elementos constitutivos da cidade.

Na pesquisa foi conciliado as memórias com outros suportes documentais, de modo a favorecer uma melhor compreensão do objeto, como: Processo de emancipação Política de São José dos Quatro Marcos; Planos de Ação Local e relatórios produzidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); e imagens fotográficas.

---

o colaborador em dia e hora marcada por sua filha, depois de recolher as informações necessárias para programar a entrevista marquei para outra data a sua realização.

<sup>15</sup> A senhora J.B.S.M., foi uma das mulheres indicadas pelo senhor J. M. que mais alinhava-se com a proposta do objeto de pesquisa. O contato com a mesma ocorreu em sua residência na área urbana da cidade de São José dos Quatro Marcos, sendo a única entre todos os colaboradores da pesquisa, que foi realizado o contato direto entre entrevistador e entrevistada, por conhece-la e ter certeza das condições da senhora J.B.S.M em ceder uma entrevista.

Ao analisar imagens fotográficas, que ajudam a identificar elementos constitutivos da cidade, também, a tomamos como uma “representação do real”, sendo necessário desconstruí-la e recolocá-la no plano da construção teórico e histórica. Podendo começar pelo posicionamento do fotógrafo, é ele quem decide o ângulo, iluminação, objetos e pessoas em destaque. Nesse sentido, as análises das imagens da pesquisa foram compostas para interpretar o objeto de pesquisa, não esgotando todas as possibilidades de interpretação.

Ecléa Bosi (1994), em seu trabalho *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, não dispôs de nenhum documento para confrontar as narrativas produzidas pela memória, considerando que o documento impresso não traz garantia da verdade, como foi pensado em outros tempos pelos historiadores positivistas. Dessa maneira, a pesquisa não se ocupou em provar a verdade das narrativas para validar a composição das memórias dos atores sociais de São José dos Quarto Marcos. As outras fontes, como documentos e imagens, apenas expressam a decisão por estabelecer conexões de tempo-espacos vividos e saberes históricos, em dimensionalidade e relações subjetivas e objetivas, para o repertório de interação com o objeto e fontes históricas. Disso então, a “opção” de não abrimos mão do trabalho com documentos escritos, sempre pensando em compreender novas perspectivas, jamais para validar ou desvalidar as narrativas de memória.

Ao pensar à narrativa histórica, recorremos a Peter Burke (2011), em *A escrita da história: novas perspectivas*. Burke (2011, p.339) “considera não apenas as sequencias dos acontecimentos, mas também as estruturas e modos de pensar, contribuindo para compreender como no cotidiano estes fatores de aceleração ou desaceleração dos acontecimentos acontecem”.

Ao tratarmos das relações conceituais, situando as potências de abstração necessária, qual seria especificidade conceitual para o objeto e o papel do conceito terra na organização? Para Burke (2011), as narrativas de memórias de indivíduos, contribuem para pensar não apenas a história particular, mas também as profundas mudanças sociais e culturais corridas no tempo narrado, de um determinado grupo social.

Ainda: até que ponto o homem do cotidiano resiste ao saber/poder disseminado na sociedade? Como este homem burla este saber/poder construindo seus próprios saberes históricos? Estas questões nos possibilitam compreender a dinâmica de forças existente na vida cotidiana. Ao considerar as contribuições da História estrutural conjuntamente, com a narrativa histórica, Burke (2011) representou conceitualmente para a pesquisa possibilidades de interpretação de acontecimentos que se relacionam em diferentes espacos geográficos, identificando rupturas e permanências das estruturas, por meio das narrativas.

Lançamos mão de obras teóricas que permitissem compreender o cotidiano e, em nosso caso, no processo de reocupação do território: suportes conceituais que sustentassem reflexões a partir das quais pudessem servir de balizamento para esclarecer a vida de homens e mulheres migrantes. Dessa forma, recorreremos às análises apresentadas por Agnes Heller (2016), em *O cotidiano e a História*, que compreende a vida cotidiana de forma mais abrangente e Michel de Certeau (2014), em *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*<sup>16</sup>, destacando elementos mais específicos das práticas cumpridas no cotidiano. Contudo, ambos compreendem o homem, como um ser capaz de modificar este espaço social<sup>17</sup>.

A intencionalidade da construção desta narrativa histórica, também se mobiliza para dialogar com o saber histórico existente, oficial ou não, e servir de novas problematizações quanto às lacunas existentes da bibliografia sobre a História da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Ao analisar as narrativas e saberes históricos, estabelecemos metodologicamente outros caminhos para compreender a formação da cidade como espaço social, mediante as narrativas de memórias.

Nesse sentido, a Dissertação contribuirá com o Ensino de História na educação básica, por meio da construção das narrativas de memórias dos atores e/ou testemunhas, que compõe a História da cidade, derivando-se em Produto Pedagógico<sup>18</sup>. O professor de história pode apoiar sua condução teórica e metodológica sobre outras formas de contribuir com novas problematizações e novos objetos históricos, que se associem na elaboração de conhecimento de seus alunos, por meio da pesquisa-histórica. Esse direcionamento emerge como uma ferramenta pedagógica para descoberta/produção do conhecimento histórico. E, assim, ser capaz de elevar níveis de práticas sociais qualificadas, coletivas e individuais. Como afirma Silva (2007): “A ideia de que para ser professor de história, ou melhor, um ‘bom professor de história’, é necessário apenas saber história já foi ultrapassada” (SILVA, 2007, p.70).

---

<sup>16</sup> Dessa forma, Michel de Certeau (2014), em *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes do fazer*, centrado sobre elementos constituintes do cotidiano, utiliza o conceito de “estratégia” para explicar o perpetuamento de certas atividades para marcar a vida e sua organização. Outro conceito, discutido pelo autor consiste em “táticas de resistência”, as quais consistem em esconder-se-iam atrás de uma aparência de conformidade, na “vida ordinária”, exercida e burlada pela sociedade.

<sup>17</sup> Do objeto, direcionado para e sobre o processo de constituição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, tem na vida cotidiana um direcionamento organizador de contexto e emerge, aqui, em uma composição a ser produzida no confronto e fricção entre Heller e Certeau. Situamos que esse movimento poderá vitalizar empirias significativas e análises consistentes que se instituirão para apreender a constituição da Cidade em foco desta pesquisa. E, tendo também como fio condutor, a terra, um *start* e uma ligação de unidade para o movimento narrativa, memória, história, cotidiano, saberes históricos, cidade. A terra tem o papel articulador e catalizador para as conexões de uma totalidade de diversos movimentos estabelecidos.

<sup>18</sup> O Produto Pedagógico constitui-se como requisito juntamente com a dissertação para obtenção do título de mestre do mestrado em ensino de história ProfHistória. Voltado para a educação básica, o Produto Pedagógico deriva-se da pesquisa histórica.



Da materialidade desta Dissertação, elevamos o compromisso científico e pedagógico das relações dos sujeitos com a memória e o cotidiano, bem como a compreensão de que as narrativas da cidade conectam o presente e o passado, possibilitando a curiosidade e busca de novas fontes de informação. No caso, fontes históricas, comparando, confrontando e relacionando os conteúdos de História aprendidos e a serem construídos, levando professores e alunos, por exemplo, a compreender novos elementos da História da cidade.

Por intermédio da História e o inquerir sua existência, é possível entender o quanto é necessário construirmos um Ensino que proporcione uma “consciência de confronto” histórica em nossa sociedade. Paulo Freire (2006) destaca o que faz o homem um ser histórico: “É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas, que o faz histórico” (FREIRE, 2006, p.68). Disso, então, a ruptura com o “pensamento colonial”<sup>19</sup> de subserviência aos modelos prontos de uma história oficializada, que, em última instância, esvazia o sujeito de sua subjetividade e objetividade no mundo e com o mundo, por negar esta “dialogação” como apreensão/consciência em movimento inacabado e processual, próprio da “historicização” do homem no mundo.

Carregamos conosco estas amarras, que foram construídas ao longo da nossa história. Somente uma educação que valorize o “homem-sujeito” (FREIRE, 2006, p.44), priorizando a pluralidade das particularidades na construção de uma identidade nacional, teceria o respeito na diversidade.

Dessa forma, Paulo Freire promove como elemento central das suas ideias sobre educação o conceito de “conscientização”<sup>20</sup>. Como todo homem é um ser histórico, somente uma educação fundada no movimento da ação/reflexão é capaz de elevar rupturas com os modelos de ensino bancário, de uma prática social emancipadora do sujeito. Assim Freire (2016) define a “conscientização”:

Por essa razão mesma, a conscientização é engajamento histórico. Ela é igualmente consciência histórica: por ser inserção crítica na história, ela implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Ela exige que os homens criem a própria existência com o material que a vida lhes oferece. (FREIRE, 2016, p.57)

---

<sup>19</sup> Para Paulo Freire (2006, p. 68), as relações de dominação ao longo da história imprimem a negação das potências humanas e seus processos históricos. Entre o passado e presente, as práticas humanas expressam também a seletividade de benefícios a grupos de poder, econômicos e sociais, que se reproduzem na dinâmica da vida social com um “dado natural”, de uma “história natural”, negando a própria história como produção-relação-construção humana. Na particularidade brasileira, levando em conta seu processo de formação social e cultural, a ideia do colonizador persevera nas consciências históricas alimentando a opressão e dominação.

<sup>20</sup> “Costuma-se pensar que sou o autor deste estranho vocábulo, ‘conscientização’, por ele ser o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, ele foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudo Brasileiros, em 1964, aproximadamente”. (FREIRE, 2016, p. 55).

O princípio da *práxis* (ação/reflexão) proposta por Paulo Freire no contexto educacional, também, expressasse-se com a denúncia da opressão desumanizante presente na sociedade de classes, e segue provocando mecanismos de libertação social por meio da educação dialógica, culminando com a “conscientização” que liberta o sujeito da realidade opressora e injusta. Dessa forma, mobilizamos, também, na apreensão das relações educativas e práticas sociais, neste trabalho, os conceitos freireano de “conscientização” e “historicização” para friccionar a “consciência histórica”, produzida pelo protagonismo dos sujeitos históricos no Ensino de História.

Com aproximação na perspectiva da historicidade de Paulo Freire, é importante considerar o alinhamento com a dinâmica da História Local, já que as relações para o direcionamento de “conscientização” promovida no Ensino de História passam pela atividade pedagógica do professor em romper com a historiografia dominante. Esta Dissertação, ao produzir uma narrativa histórica diferente das produzidas sobre o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, que prioriza elementos do eixo Rio-São Paulo, promove uma abordagem da História local, criando uma historiografia que servirá ao Ensino de História.

Sobre o campo de observação da História local, Aryana Costa (2019) define que:

Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe tomá-la como objeto do conhecimento (quando nos concentramos em escalas “menores” e mais próximas a nós nos nossos recortes, como o bairro, a cidade, o Estado, mas também grupos sociais e cultura material que não necessariamente correspondem aos limites geográficos e políticos dos lugares) ou como o lugar de onde partem os conhecimentos (dos próprios professores e alunos, da comunidade, de associações e organizações locais, das universidades). Assim é que uma primeira discussão que ela permite fazer é sobre a “presença de história” em espaços (como objeto) ou a partir de sujeitos que, no senso comum, não seria cogitada. (COSTA, 2019, p. 132).

Aryana Costa (2019), ao ponderar o “local” enquanto princípio educativo, problematiza o sujeito/aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem. Logo, a partir das propostas de Freire, o local aproxima-se como estratégia de releitura da História por imprimir a conscientização por meio do engajamento histórico. A medida que a narrativa histórica produzida nesta Dissertação expressa sobre o campo de observação da História local, compreende-se a cidade enquanto ambiente de memórias e dimensões temporais e espaciais, que crivam as memórias com fatos, relações, conflitos, ou seja, um “lugar de história e memória”, onde as disputas de saber são forjadas nas dinâmicas de poder, de vida social, cultural, de reprodução/transformação, compondo os saberes da cidade ao longo do tempo por meio das “teias” de memória.

Deste modo, a Dissertação está organizada da seguinte forma:

Na segunda seção, denominada *Conscientização*, discutimos diferentes possibilidades de ensino e aprendizagem no Ensino de História a partir desta pesquisa histórica. Na terceira seção, denominada *Mãe-Terra*, trabalhamos com vários autores que nos ajudaram a refletir sobre o papel da terra enquanto espaço de disputa, no processo de migração de homens e mulheres para o estado de Mato Grosso. Já na quarta seção, denominada, *A miragem da encruzilhada*, analisamos a constituição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, explicitando alguns significados desse processo, construído pelos seus protagonistas. A quinta seção, denominada *Os saberes históricos da cidade*, explicitamos a constituição dos saberes da cidade, enquanto elemento de disputa e dominação, destacando o confronto entre os “calos do saber” produzidos nas experiências de vida dos trabalhadores da terra com o “saber moderno”, incentivado pelo Estado com a intenção de aumentar a produtividade agrícola do país, por meio de incentivos econômicos desconsiderando os saberes construídos pelos próprios trabalhadores da terra, que não se baseavam em insumos químicos, defensivos e adubos.

## 2 CONSCIENTIZAÇÃO

### 2.1 Conscientização pelo Ensino de História

O patrono da educação brasileira<sup>21</sup> Paulo Freire, em seu trabalho *Educação Como Prática da Liberdade*, publicado no ano de 1967, recorre a História do Brasil para explicar a sociedade da década de 1960, de forma minuciosa, algumas linhas principais do olhar pedagógico e de métodos de ensino, contextualizando historicamente a proposta e expressando suas conjecturas político e filosóficas.

Embora, produzido nesta década, existem relações e análises que possam balizar novas reflexões da atualidade brasileira? Ainda, nesta direção, será que a obra de Freire reservou críticas para a temporalidade atual? O pensamento freireano potencializa confrontar o contexto político, social e cultural do século XXI do Brasil? Como compreender as críticas e análises de um período de organização dos movimentos populares que tiveram no Nordeste, em 1962, com a educação popular, sua efervescência necessária?

Deste conjunto de questionamentos provocados de temporalidade diversa, mas não paradoxal, delinea-se o fio mediador na condução do conceito de “conscientização” que toma a centralidade na primeira edição de 1967. Freire identifica o ato de “consciência”, inicialmente, como ingenuidade, pois somente a aproximação da realidade provocaria apenas experiências do real. A “conscientização” ultrapassa a perspectiva de compreensão da realidade. Para experimentar esta realidade como objeto devemos interligar ação e reflexão.

Inicialmente cabe destacar que Freire situa a consciência do povo brasileiro conectada à herança das práticas coloniais e imperiais, nas palavras do próprio autor:

Não será exagero falar-se de um centro de gravitação de nossa vida privada e pública, situado no poder externo, na autoridade externa. Do senhor das terras. Das representações do poder político. Dos fiscais da Coroa, no Brasil Colônia. Dos representantes do Poder Central, no Brasil Império. O que estas circunstâncias propiciavam ao povo era a introdução desta autoridade externa, dominadora; a criação de uma consciência hospedeira da opressão e não uma consciência livre e criadora, indispensável aos regimes autenticamente democráticos. (FREIRE, 2006, p. 79).

Desde “o ventre”, a nação brasileira nunca teve voz própria, nascemos e fomos criados para a obediência, sendo conformados a nos instituir como um povo “mudo”. A resiliência construída nos últimos tempos está se demonstrando insuficiente, pois foi pautada no pensamento subserviente colonial. Não apenas nascemos, mas crescemos em condições favoráveis para a desqualificação da nossa verdadeira identidade de diversidade cultural. Somos um povo com tanta diversidade cultural que continua difícil falarmos de “minorias”, porém

---

<sup>21</sup> Lei Federal nº 12.612, de 13 de abril de 2012.

temos vários grupos que se ligam por esse pensamento subserviente colonial formando uma falsa “maioria” na sociedade brasileira.

Freire explica que o individualismo da sociedade brasileira decorre do modelo de nossa colonização e da formação dos centros urbanos, feito de cima para baixo, construídos para “arrebatar” a população. Implementado no “ajustamento” e na “acomodação”, servindo um poder que, historicamente, foi centrado na posse da terra. Como será apresentado nas próximas seções desta Dissertação, que identificou como o “saber moderno” propagado pelo Estado e capital econômico, que confrontamos com o conceito de “calos do saber”<sup>22</sup>, a partir do qual baliza as experiências dos trabalhadores da terra e com a terra.

Primeiramente fomos “ajustados”, isto é, incutiram normas e padrões a serem seguidos e, nessa sequência fomos “acomodados” pela cumplicidade do “jogo político” (BOURDIEU, 2010), pois, não discorremos e problematizamos nossos verdadeiros anseios. Freire coloca como fundamental a contribuição do educador brasileiro à sua sociedade na construção da “integração” social, possibilitando o “máximo de razão e consciência” (FREIRE, 2006, p.82). É essa “razão e consciência” que devemos despertar em nossos alunos e o Ensino de História tem um papel fundamental nesse processo.

Recorrendo a história do Ensino de História no Brasil, percebe-se que o modelo de colonização e estruturação política da nação também normatizou a elaboração dos currículos escolares para disciplina de História. Destacamos alguns momentos: no século XIX o ensino foi organizado sob influência da França e com argumento de laicização da sociedade; as décadas de 1930 e 1940, no Governo de Getúlio Vargas, foram constituídas pela intervenção normatizadora do estado brasileiro; no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foi introduzido nos currículos disciplinas, como Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais, desqualificando o Ensino de História, surgindo apenas a partir da década de 1980 um movimento popular consistente de resistência aos modelos curriculares propostos pelo Estado, (BERUTTI, 2009).

Mediante nossa própria história, é possível entender o quanto é necessário construirmos um ensino que proporcione uma “conscientização” em nossa sociedade. As experiências do passado no Ensino de História não proporcionaram “conscientização”, levando desse modo, ao pensamento colonial de subserviência e, conseqüentemente contemplando o processo de Ensino de História como imprescindível.

---

<sup>22</sup> Conceito a ser explorado na quinta seção: Saberes tradicionais construídos por meio de práticas e costumes, que foram perpetuados nas memórias dos trabalhadores da terra.

A nossa inexperiência histórica de democracia mostra um povo distante da “críticidade”, raro em alguns momentos de repressão política. Valorizando as curiosidades aparentemente mais ingênuas dos alunos, podemos instigar a curiosidade crítica, que deve ser libertada dos conhecimentos normatizadores e acríticos.

O indivíduo acrítico seria apenas um cumpridor de tarefas sociais, inábil de discutir política, economia e sociedade, partindo apenas de visões ideológicas. Já o indivíduo crítico transcende sua classe social, reconhece o mundo a sua volta na totalidade, recriando-o.

Freire (2006) defende uma educação “crítica e criticizadora” – essa seria a contribuição do educador para a sociedade: o próprio saber da experiência cotidiana dos alunos que suplantarão o indivíduo acrítico. Contudo, somente este saber não é suficiente, porque é um processo. Freire destaca o método dialético pedagógico, valorizando o conhecimento empírico, não o superando, mas sim, atribuindo-o outras formas com conteúdo de relações e apreensões no processo de ação e reflexão.

Paulo Freire considerava como ponto fundamental na alfabetização o conhecimento do “senso comum”, pois os alunos estão sempre em condição de avançar e não são indivíduos estáticos que apenas absorve conhecimento. Sabemos que os conceitos instintivos do “senso comum” foram construídos através do tempo, a partir de experiências que levaram a erros e acertos, ajudando a construir: atividades agrícolas, tratamentos de saúde, costumes alimentares e práticas culturais e sociais, por exemplo, os “calos do saber”, apresentados nesta Dissertação.

Ao considerar o “senso comum” e os interesses dos alunos, os professores podem ligar suas experiências com as tramas e conceitos presentes nos currículos. Caimi, ao se referir a essa dinâmica, sublinha as mediações fundamentais que são possíveis de construir:

[...] levar em conta o universo da criança ou do adolescente não é, pois, abdicar do rigor intelectual ou do valor do conhecimento histórico, mas garantir que a apropriação deste conhecimento ocorra permeada de sentido e significação, resultando em sólidas aprendizagens [...] (CAIMI, 2006, p. 34).

Caimi descreve que os professores têm que levar em consideração os pressupostos e os mecanismos com que os alunos contam para o aprendizado, tornando o ensino mais significativo. Ao exercer a tarefa de problematizar a História local (como foi realizado nas seções subsequentes), o professor pode envolver seus alunos com a pesquisa, possibilitando a curiosidade e busca de novas fontes de informação, no caso, fontes históricas, comparando, confrontando e relacionando os conteúdos de História aprendidos e a serem construídos.

## **2.2 Inserção da pesquisa no Ensino de História pelas narrativas de memória**

Em cidades que existem centros universitários e abarcam aspectos históricos reconhecidos pela História nacional ou estão próximos a centros editoriais, possuem uma

grande quantidade de narrativas históricas. Porém, na maioria das cidades brasileiras existem uma carência de pesquisas históricas referentes ao local, visto que o professor de História e o Ensino de História podem ocupar uma função social que vai além dos muros da escola, quer dizer, ao promover a pesquisa histórica e a historiografia do local de convivência de alunos e professores se pratica uma educação que valoriza os diferentes sujeitos no processo de ensino e aprendizagem. Marcos Martins (2010) propõe aos profissionais do Ensino de História, a pesquisa com a História regional e local nas escolas.

Os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar *pesquisadores*. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, é claro, as situações concretas vividas pelos profissionais de História. O que não se poderá fazer é ficar de braços cruzados, à espera de que alguma Universidade ou algum pesquisador consagrado produza material didático suficiente para atender as demandas dos professores espalhados pelo Brasil, País tão grande quanto multifacetado. (MARTINS, 2010, p. 146).

Além da pesquisa e produção historiográfica, os professores de História podem estimular o trabalho de campo feito por alunos, como: entrevista de parentes ou vizinhos, coleta de imagens fotográficas e visita a locais históricos. Como disse Marcos Martins (2010, p.146), [...] O que não se poderá fazer é ficar de braços cruzados [...]. As atividades que estimulam o conhecimento da História de pessoas e grupos de convívio dos alunos possibilitam a percepção das relações sociais existentes no local.

A pretensão deste trabalho não consiste em dizer o que os professores de História devem fazer, mas, apresentar possibilidades de inserção pedagógica da pesquisa histórica pelas narrativas de memória e outras fontes documentais ao Ensino de História. Do mesmo modo, partilhamos com as preocupações de Silva sobre a conjectura do ensino.

Logo, defendemos as pesquisas colaborativas e o papel dos professores como pesquisadores. As práticas, as experiências, os saberes históricos, pedagógicos, curriculares não são apenas objetos de ensino, mas também de investigação. Dessa perspectiva, os professores da educação básica não são meros técnicos, reprodutores, transmissores, mas, sim, sujeitos produtores de conhecimentos. (SILVA, 2012, p. 29).

A pesquisa histórica apresentada nesta Dissertação contextualiza os conteúdos relacionados as formas de poder e relações históricas do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, voltadas para as atividades com a terra, que incentivaram o processo migratório para o Estado de Mato Grosso entre as décadas de 1960 e 1980. Dessa forma, produzindo novas problematizações para o Ensino de História, que não estão contempladas nas narrativas históricas “oficiais”. Esta Dissertação considera personagens e ações políticas, culturais e sociais, que estão representadas fora dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Fortalecendo como disse Silva (2012), “o papel dos professores como pesquisadores”.

Assim, as narrativas de memória que serão apresentadas nesta pesquisa possibilitariam aos alunos da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT compreenderem o local em que habitam enquanto ambiente de memórias, com dimensões temporais e espaciais diversas. Sobre a dimensão do estudo da História local, Bittencourt (2009) considera:

**A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais.** Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, **a outros “lugares”**. (BITTENCOURT, 2009, p.172, grifo nosso).

Desta forma e sobre esta direção, para que ocorra a conscientização e historicização pelas narrativas de memória no Ensino de História, faz necessário articular aspectos do local com dimensões temporais e espaciais diversas, como disse Freire (2019, p. 39): “O homem se identifica com sua própria ação: objetiva o tempo, temporaliza-se, faz-se homem-história.” Ao analisar as narrativas de memória que compõem o local da pesquisa histórica, verifica-se “contornos temporais e espaciais” e aspectos de “outros lugares”, como disse Bittencourt (2009), e podemos acrescentar de “outros tempos”. Como se constata na narrativa do senhor D.M:

*[...] nós estava morando em São Paulo, a gente tinha apenas cinco alqueires de terra, que meu pai herdou do pai dele, herança do meu avô, e nós era em nove irmão, e não tinha mais terra para trabalha [...] (Entrevista do senhor D.M).*

Identifica-se nesta narrativa de memória, a valorização das terras no Sudeste brasileiro durante a década de 1950, problema que gerou um excesso de mão de obra, apropriada posteriormente como força de trabalho na crescente indústria do país.

As narrativas de memória do cotidiano dos trabalhadores da terra promovem conexões temporais e espaciais difusas de fenômenos de “longa duração histórica” (BRAUDEL, 2005). Deste modo, recorrendo ao século XIX no continente europeu, compreendemos as primícias do processo promovido pelo capital de desestabilização da sociedade camponesa. As tecelagens de algodão produziam roupas a baixo custo, levando a ruína a tecelagem doméstica, logo a indústria capitalista, devido a sua superioridade, eliminou rapidamente a indústria doméstica do camponês. Desestabilização das sociedades camponesas é creditada ao capitalismo industrial desenvolvido nas cidades, por conseguinte, a indústria urbana produziu novas necessidades que penetraram no campo. (KAUSTSKY, 1980).

Como podemos relacionar as forças do capital do século XIX, com as do século XX? Kautsky (1980), em seus escritos, afirma que, quanto mais o trabalho pago avança e o trabalho doméstico torna-se acessório, mais as propriedades diminuem e menos atendem as necessidades



domésticas. Ao rememorar a vida de sua família (pai, mãe e nove filhos) em uma propriedade de cinco alqueires no interior do Estado de São Paulo, o senhor D.M., descreve a necessidade de migrar para uma área de terras que acomodasse a família em crescimento. Resistindo, portanto, as “forças do capital”:

*[...] ou a gente vinha para um lugar que tinha mais terra em abundância, ou tinha que ir pra cidade pra procurar emprego [...]. (Entrevista do senhor D.M.)*

As narrativas de memória das personagens deste local seriam um aspecto relevante na compreensão deste cotidiano construído sobre particularidades, porém, conectados com elementos gerais, de caráter comum e universal, no movimento com as singularidades que delineiam aspectos estruturantes, não somente de sociedades modernas e industriais, mas também de sociedades tradicionais.

Nesse sentido, as narrativas de memória de personagens do local de convivência de professores e alunos sob o campo de observação da História local possibilitam análises historicamente difusas no espaço e no tempo mais pertinentes do entorno do aluno, mobilizados em suas relações de vivência e conscientização. Podemos encontrar nas narrativas de memória que compõem a cidade, novos elementos para o Ensino de História, como destacou Ricardo Oriá (2017), sobre o papel da memória na cidadania, que podem ser interpretadas na educação.

*E por que a memória é importante na construção da identidade e da cidadania cultural? Ora, é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha... Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de seu reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (ORÍ, 2017, p. 139).*

Assim, as narrativas de memória da cidade possibilitam delinear as referências históricas que mobilizam o Ensino de História. Oriá (2017) identifica na memória o elo entre as sucessões das gerações e o tempo histórico. E como disse Freire (2018, p. 137) sobre os temas geradores: “Os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos”. Dessa maneira, a cidade torna-se um palco desse processo, onde os indivíduos se constituem enquanto sujeitos históricos e coletivamente.

Ao compreender que todos somos sujeitos da história, inserimos os alunos no processo ensino e aprendizagem, levando-os a identificar sua própria história, de sua família, do nível local ao qual pertence, ao nacional e mundial. Dessa forma, a metodologia de ensino proposto por Paulo Freire de “temas geradores”, mediante a “práxis” (ação/reflexão) e da “dialogicidade” entre professores e alunos, levaria ao encontro dos “temas geradores” que fazem sentido na vida

dos alunos. Partindo da cidade enquanto elemento geral, podemos caminhar aos temas mais particulares, sem deixar de lado a compreensão de totalidade.

O Ensino de História assume o papel central no processo de preservação da memória social. Emergindo os conhecimentos historicamente edificados nas narrativas, como instrumentos da educação, dá-se o reconhecimento dos diferentes saberes que são difundidos e reconstruídos pela memória, possibilitando as referências históricas necessárias ao reconhecimento dos saberes históricos no ensino.

As possibilidades de aplicar metodologicamente as narrativas de memória no Ensino de História não ficam restritas na perspectiva apenas da História local ou da cidade, pois, a memória compreende aspectos extrínsecos ao tempo e espaço narrado. Como foi identificado na pesquisa histórica, o senhor D.M, ao rememorar o processo migratório para o Estado de Mato Grosso, relata a migração nordestina ocorrida na década de 1950 para o estado de São Paulo:

*[...] Teve uma época, que veio muita imigração de gente do Nordeste do Norte passando por São Paulo, naquela região de Jales, eu era criança e lembro, falava o sertão de Jales, era um lugar novo, aquilo encheu de gente de tal maneira, que virou um formigueiro de gente [...] (Entrevista do senhor D.M).*

A narrativa de memória do senhor D.M. evidencia aspectos mobilizadores da História do Brasil, referente a distribuição regional da população internamente no país, durante a década de 1950, especificamente a migração ocorrida do Nordeste e do estado de Minas Gerais para as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Movimento ocasionado pelas drásticas secas que atingiram o Nordeste e do ímpeto da industrialização no estado de São Paulo (FAUSTO, 2003).

Da mesma forma, foram identificados na pesquisa histórica por meio das narrativas de memória os saberes tradicionais oriundos das atividades com a terra, de homens e mulheres, que constituíram a cidade enquanto espaço que classifica e elege saberes. Compreender os sinais históricos da cidade, produzidos e delineados por disputas, entre o saber tradicional e moderno proporciona ao Ensino de História a problematização da cidade enquanto espaço educativo.

Nessa perspectiva, a relação de homens e mulheres com a terra (condição para manutenção da vida) favorece uma compreensão global da História conectada aos locais com suas especificidades próprias. As problemáticas ambientais, também possibilitam pesquisas e ações educacionais para o Ensino de História. É o que podemos observar no âmbito dos Temas Transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>23</sup> (PCNs):

---

<sup>23</sup> As referências aos PCNs, justificasse pela dinâmica da transversalidade constituída no Ensino de História. Na atualidade a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configurasse como principal documento de normativa curricular.

Como se infere da visão aqui exposta, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. (BRASIL, 1997, p. 29).

A questão ambiental para o Ensino de História, possibilita identificar elementos de conexões históricas da humanidade, em atividades sociais, culturais, econômicas, políticas e de sobrevivência. Tal como, os “calos do saber” (que será apresentado na quinta seção), evidenciam práticas cotidianas de uso da terra conectadas com a existência humana nas relações entre passado e presente com o meio ambiente. Os PCNs, ao propor nos Temas Transversais as questões ambientais, delineiam novas necessidades ao Ensino de História, pois, permitem a reorganização de conceitos ambientais historicamente desconfigurados propositalmente por projetos do Estado, movidos pelo capital econômico. Como seria o caso das propagandas sobre as terras da Amazônia durante a Ditadura Civil-Militar: “terras sem homens, para homens sem terra”.

Assim como, o nível de influência das ações globais na cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, podem ser realçados pela questão ambiental identificado nesta pesquisa e, dessa forma, possibilitando ao Ensino de História, a compreensão das diversas sociedades difusas no tempo e espaço, ao lado de interrogações sobre o presente e local de convivência de alunos e professores. Por mais que os trabalhadores da terra resistissem ao processo de “modernização” agrícola, em algum momento este local sofreu a subordinação do modo econômico mundial. Ao incentivar o cultivo de culturas agrícolas não praticadas na cidade, Estado e capital econômico, priorizaram produtos agrícolas voltados para exportação, pensando em resolver os problemas de divisa financeira do Brasil.

Com isto, o discurso do “saber moderno” durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, propagava a importação de insumos agrícolas, como: tratores, colheitadeiras e defensivos químicos, adquiridos por meio de empréstimos, influenciados pelos movimentos mundiais da Revolução Verde e Crise do Petróleo de 1979.

Tal como, a questão ambiental tornasse um elemento significativo de compreensão histórica do período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Podemos tomar como exemplo, o chamado “Milagre Econômico” período ocorrido entre 1969 a 1973, que conciliou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e taxas de inflação controladas, mas que, gerou crescimento da dívida externa brasileira, das importações e devastação ambiental (principalmente nos estados que compõem as regiões centro-oeste e norte do país). Cabe ao campo de observação da História local compreender como tais ações influenciam de formas distintas os locais que compõem o

território nacional. A quem este “Milagre Econômico” serviu? Como as políticas públicas voltadas para reocupação das terras do país atingiram o meio ambiente, povos indígenas, remanescentes quilombolas e demais grupos tradicionais? Por que a pobreza e desigualdade social ascenderam em um período de crescimento econômico? As perguntas levam a educação “crítica e criticadora”, defendida por Paulo Freire.

Ao identificar as memórias abarcadas no período da Ditadura Civil-Militar, o Ensino de História torna-se o ponto de encontro entre a memória coletiva e o saber histórico do professor, que pode explorar as memórias referentes a este período, reorganizando conceitos históricos desvirtuados no processo de rememoração. Assim, a cidade gera saberes que são edificados por meio das disputas de poder e experiências de vida.

Atualmente, as memórias sobre a ditadura brasileira que os jovens alunos possuem (mesmo não tendo vivido este período) em pleno século XXI, ainda carregam vestígios de artifícios ideológicos utilizados no limiar de 1964 a 1985. Silva (2016) destaca o papel do Ensino de História na reflexão dos vestígios deixados pela ditadura na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a prática do ensino crítico de história é uma faceta da luta contra a ditadura que precisa ser mantida, inclusive quando não se fala diretamente a respeito desse tema. O estudo de diferentes formas de opressão e de luta pela liberdade tem na experiência ditatorial uma permanente referência. E sair da ditadura é tarefa que continua depois que ela acaba institucionalmente. Para tanto, a prática cotidiana de indagações na aprendizagem fortalece o entendimento de um fazer permanente da liberdade, que tem nas ditaduras um inimigo contínuo. (SILVA, 2016, p. 71).

Ao reconhecer as escórias sociais da ditadura presentes na atualidade, Silva (2016) propõe seu enfrentamento por meio do ensino crítico de História. Assim a construção de uma narrativa histórica diferente das produzidas no eixo Rio-São Paulo, proporcionam ao Ensino de História uma saída à “História única” sobre a ditadura brasileira, propagada nos Livros Didáticos e amalgamada na memória coletiva da sociedade.

Nesse sentido, como podemos combater forças sociais (Estado e capital econômico) que não são compreendidas pela sociedade? Ao promover a historicização e conscientização pelas narrativas de memória no Ensino de História, proporcionamos aos alunos a capacidade de compreender as relações de forças existentes na sociedade, pois, não podemos combater forças incompreensivas. Nas palavras de Freire, “[...] a realidade só pode ser modificada se o homem descobrir que pode sim, e pode sê-lo por ele. Portanto, é preciso fazer dessa conscientização o objetivo fundamental da educação; é preciso, em primeiro lugar, provocar uma atitude crítica, de reflexão, que leve à ação”. (FREIRE, 2016, p. 76).

Nessa perspectiva, Santos (2018) abre um leque de novas possibilidades de pensar o campo de observação da História local, quando assinala a ação dos “lugares” (local, das frações do território), no movimento local/mundo:

Como sabemos, o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares. (SANTOS, 2018, p. 112).

Ao empregar o conceito de “lugares”, Santos (2018) proporciona novas possibilidades de recortes históricos ao Ensino de História e na inserção de locais e sujeitos históricos não contemplados em narrativas históricas ditas “nacionais”. Dessa forma, reconhecemos a História local enquanto objeto do conhecimento, pois, oportuniza-se a pesquisa histórica feita por professores e alunos no processo de produção do conhecimento histórico.

Seguindo o movimento proposto por Santos (2018) de compreensão das singularidades e totalidades presentes nos lugares, ainda podemos pensar a contextualização dos conteúdos históricos, associados ao local dos alunos com o mundo propostos por Paulo Freire. Em *À sombra desta mangueira*, Freire descreve sua infância na Casa Amarela, o brincar na sombra das mangueiras e cajueiros de seu quintal na cidade de Recife e relaciona o seu local de origem ao mundo, possibilitando em nosso caso compreender aspectos da História local ao Ensino de História. “Em certo momento, a amorosidade pelo nosso quintal se estende ao bairro onde se acha a casa, vai se ampliando a outros bairros e termina por se alojar numa área maior a que nos filiamos e em que deitamos raízes, a nossa cidade.” (FREIRE, 2013, p. 41).

Dessa forma, o primeiro nível da constituição do cidadão, encontra-se na compreensão do seu local enquanto espaço de cidadania. Assim, disse Freire (2013, p. 41): “Antes de tornar-me um cidadão do mundo eu fui e sou um cidadão de Recife, que cheguei a partir de meu quintal num certo bairro do Recife, o de Casa Amarela”. O Ensino de História ao promover diálogo com os lugares, promove estes espaços enquanto princípio educativo.

Nesta perspectiva, a História local não se trata apenas de pequenas porções de uma história nacional, mas de analisar criticamente as interpretações nacionais dominantes, mediante a outras possibilidades, levando alunos e professores a refletirem sobre as múltiplas interpretações da cidade em que vivem. No mesmo movimento, Bittencourt (2009) destaca a indicação do campo de observação da História local para o ensino:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa,

comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2009, p. 168).

Ao compreender aspectos mobilizadores das memórias dos povos migrantes que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, propiciaremos o conhecimento a partir da História local, relacionando dimensões espaciais e temporais diversas. A cidade constitui-se em um espaço de construção do conhecimento, que não está apenas nas edificações físicas, como: grandes avenidas, ruas esburacadas, praças, igrejas e monumentos, mas também como ambiente de memórias.

Quer dizer, a cidade enquanto um ambiente de memórias, edifica-se nos “jogos de poder” (BORUDIEU, 2010), onde são forjados os valores morais, estilos de vida e atividades culturais. São essas práticas cotidianas que definem a cidade enquanto espaço único, ao mesmo tempo que repete ações institucionalizadas em outros espaços de convivência social. A cidade configura-se em um palco de concepção de experiências culturais, pois, podemos adotar estes elementos como novas possibilidades ao Ensino de História na Educação Básica.

### **2.3 O livro didático no movimento da História local**

A contextualização dos conteúdos históricos, necessitam, como afirma Bittencourt, (2009, p. 165) de [...] associação entre cotidiano e história de vida dos alunos, pois possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva [...]. Neste sentido, as narrativas de memória de homens e mulheres do local de convivência de alunos e professores proporcionam a compreensão do entorno do aluno, incidindo generalizações e particularidades da História nacional, já que, o passado tem mais sentido quando se parte de uma análise do local, possibilitando aos professores que estão trabalhando na educação básica, contextualizar o saber histórico do local no movimento com os materiais didáticos disponíveis e ofertados pelas instituições de ensino.

Os livros didáticos de História, fornecidos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) são pensados e produzidos para atender estudantes de todo o território nacional, não sendo possível incluir aspectos da História regional e local que contemplem a diversidade cultural brasileira. O professor, nessa medida, é desafiado a criar e definir dimensões pedagógicas e de conteúdo que mobilizem relações históricas e que intermediem o processo de aprendizagem no Ensino de História. Essas mediações ainda dependem de outras conexões fundamentais, tais como: formação inicial e continuada do professor; conhecimento prévio dos estudantes; materiais didáticos e paradidáticos e infraestrutura escolar.

Considera-se, nessa medida, os aspectos socioculturais de estudantes e professores. Dessa maneira, embora o PNLD concorra para uma universalização engessada do Ensino de

História, cabe destacar que o currículo trata muito mais do que organização disciplinar, temáticas, conteúdos e bibliografias. O currículo extrapola o aspecto formal e expressa um “currículo em ação” (SROCZYNSKI, 2002).

Um dos desafios do Ensino de História está justamente em estabelecer ligações que façam sentido para os alunos, entre a História local, nacional e geral. Substituindo a abordagem eurocêntrica por outras que valorizem diversos aspectos, por exemplo, culturais, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Sobre o local, Paulo Freire (2016, p. 81) argumenta: “São situações locais que abrem perspectivas à análise de problemas nacionais e regionais”. Nesta direção proposta por Freire, identifica-se nas narrativas de memória descrita na Dissertação, elementos constitutivos do papel da terra na vida de homens e mulheres migrantes que se relacionam com movimentos diacrônico e sincrônico de elementos históricos difusos no espaço e tempo.

A ideia de estudar toda a História da humanidade já foi descartada pelos historiadores, contudo, deve-se ter uma preocupação nas abordagens historiográficas em sala de aula com uma concepção de totalidade. A proposta de “temas geradores” em Freire fornece elementos para associar a História do local de convivência de alunos e professores, com os conteúdos propostos nos currículos oficiais.

Os “temas geradores” existem a partir dos alunos (FREIRE, 2018). Nesse sentido os “temas geradores” no movimento do currículo oficial podem gerar *starts* diferentes na dinâmica com a realidade, pois este não proporciona estabelecer conexões entre o local, nacional e geral. Compete ao professor esta tarefa, de transformar o saber acadêmico em um saber a ser compreendido pelos alunos, o saber do professor é diferente do saber de um técnico, visto que, o professor opera com diferentes possibilidades, entre eles, subsídios trazidos pelos alunos; formação inicial e continuada e; diversos fatores que fornecerão elementos para a formação não apenas dos alunos, mas também dos professores. Assim, partimos do princípio de que os alunos enquanto sujeitos no ensino e na aprendizagem, constrói-se a “dialogicidade”, proposta por Freire, ou seja, a essência da educação como prática de liberdade entre professores e alunos.

Observa-se que o livro didático é o instrumento de trabalho mais utilizado na educação, isto é, uma das principais e essenciais formas de documentação e consulta empregados por alunos e professores dentro e fora da sala de aula. A produção deste gênero literário está passando por algumas mudanças nos últimos anos, mas a ideia de um livro ideal coloca este material em alguns momentos como vilão da educação. Ele possui vantagens e desvantagens como qualquer outro instrumento pedagógico.

Neste sentido, não devemos esperar que os livros didáticos contemplem todas as

necessidades de ensino e aprendizagem dos alunos, considerando também que se volta para uma base comum de conteúdos independente das histórias locais.

Os livros didáticos de História distribuídos pelo PNLD para as escolas públicas, apresentam o período histórico pesquisado nesta dissertação, tão-só os conteúdos relacionados a Ditadura Civil-Militar, destacando apenas os aspectos políticos (Atos Institucionais, SNI e DOPS)<sup>24</sup> e econômicos, tais como o “milagre econômico” e a crise do petróleo no final da década de 1970.

É certo que o uso de apenas uma fonte para o estudo de História limita as possibilidades do conhecimento histórico, porém não é possível desenvolver o conhecimento histórico sem textos ou fontes históricas. O livro didático pode servir como um ponto de partida, não podendo ser o culpado por todos os problemas do ensino, segundo Fonseca (2006, p. 56), “o livro didático é uma das fontes de conhecimento histórico e, como toda e qualquer fonte, possui uma historicidade e chama a si inúmeros questionamentos”.

Quando o professor se vale do livro didático como fonte do processo de aprendizagem para a construção do conhecimento histórico, poderia principiar pela análise do contexto histórico em que o material foi produzido, pois este possui uma historicidade própria. Os alunos da educação básica não dominam plenamente os aspectos históricos da produção de um documento e, apesar disso, podemos introduzir algumas reflexões sobre a produção do livro didático, exercendo ações que conduzem ao protagonismo do aluno enquanto sujeito no processo ensino/aprendizagem.

As experiências históricas podem ser construídas com diversas fontes. Porém muitas vezes o único material textual que temos acesso consiste no livro didático, contudo, podemos servir dele como uma fonte introdutória para o conhecimento histórico. As críticas aos livros didáticos serão necessárias, pois sabemos que toda escrita histórica nunca será definitiva, precisando constantemente de reformulações e novas pesquisas historiográficas. Silva (2007) destaca que: “Mesmo um bom livro didático terá efeitos prejudiciais, se não for entendido como um instrumento a mais nesse processo, que depende de outras leituras, da interpretação de diferentes fontes de época” (SILVA, 2007, p. 87).

Silva (2007), ao destacar o livro didático como um instrumento de ensino, enfatiza a importância de trabalhar com diferentes fontes, pois mesmo um “bom livro didático”, não seria suficiente ao aprendizado histórico, precisando mesclar outras possibilidades de trabalho, trazendo significado ao conhecimento histórico, pois este não é estático, havendo sempre a

---

<sup>24</sup> Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).



necessidade de um diálogo entre passado e presente. Nesse sentido, a inserção da pesquisa histórica de narrativas de memória e de outros suportes documentais ao Ensino de História, constitui-se como uma ferramenta na construção de novas relações de ensino e aprendizagem do conhecimento histórico.

Como resolver o problema de simplificação de temáticas feita pelos livros didáticos? Talvez esta resposta esteja na diversificação das fontes trabalhadas em sala. É dessa perspectiva que é necessário conceber novas mediações pedagógicas e didáticas para o Ensino de História, em nosso caso, mobilizar a História local a partir das narrativas de memória. Dessa forma, esta pesquisa histórica possibilita novas problematizações ao Ensino de História.

Conseqüentemente as narrativas de memória transformadas em materiais didáticos, contribuirão para a iniciação da compreensão de documentos históricos em sala de aula. O professor poderá iniciar a partir dos interesses dos alunos, ligando suas experiências com as tramas e conceitos presentes nos suportes educacionais disponíveis na escola.

De modo conseqüente, o professor de História em sala de aula pode buscar outras formas de contribuir para o conhecimento de seus alunos, por meio da pesquisa-histórica, tendo a pesquisa como uma descoberta do conhecimento, proporcionando o protagonismo do aluno nesta dinâmica. Como afirma Silva, “A ideia de que para ser professor de história, ou melhor, um ‘bom professor de história’ é necessário apenas saber história já foi ultrapassada”. (SILVA, 2007, p. 70).

Portanto, exercendo a tarefa de problematizar a História local, o professor envolve seus alunos com a pesquisa, possibilitando a curiosidade e a busca de novas fontes de informação, neste caso, fontes históricas, comparando, confrontando e relacionando os conteúdos de História aprendidos e a serem construídos. Levando-os, por exemplo, a pesquisar em jornais antigos, livros literários como documento interdisciplinar, arquivos digitais, e até mesmo certidões de nascimento, carteira de trabalho, carteira de motorista, documentos que proporcionam acessar os direitos do cidadão, entre outros.

Além de problematizar aspectos do processo migratório e constituição da Cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, esta Dissertação pode conduzir algumas compreensões relativas a Ditadura Civil-Militar brasileira. Assim, relacionar e comparar fatos históricos de diversas dimensões, local, regional e nacional, validando interpretações de processos históricos globais e locais, generalizações, particularidades e singularidades dos contextos históricos, conduzem a construção do “currículo em ação” (SROCZYNSKI, 2002), adequado ao que efetivamente é realizado em sala de aula por professores e alunos.

## 2.4 O Ensino de História como instrumento de potência de libertação

O estudo proposto por Paulo Freire no final da década de 1960, de “temas geradores”, por meio da “dialogicidade” atenderia as necessidades do Ensino de História da geração atual de estudantes? Afinal, passado meio século da produção da obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, os estudantes do século XXI estariam ainda na posição de oprimidos? O que oprime os estudantes na atualidade? Movidos pelos questionamentos, podemos vislumbrar possibilidades de compreender estas problemáticas na perspectiva do Ensino de História.

Para que ocorra a prática da liberdade, Freire (2018, p. 115) indica que “o diálogo começa na busca do conteúdo programático” e a “dialogicidade” inicia quando aquele reflete, antes da situação do encontro, o que vai dialogar com estes. O conceito de diálogo não serviria tão somente para conversar, mas para crivar a leitura de mundo sob a perspectiva de transformação.

A empatia poderia contribuir na prática pedagógica quando nos colocamos no lugar do outro, identificamos: medos, incertezas, sonhos e desejos, levando a uma ajuda mútua (em nosso caso entre professores e alunos). O diálogo ocorreria sem empatia? Freire nos fala, que não há diálogo sem amor, humildade, coragem e fé. “O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles”, (FREIRE, 2018, p. 112).

Quando alunos são considerados “potes vazios” que necessitam ser preenchidos com o conhecimento “repassado” por professores, ocorre a “antidialogicidade”. Para o professor de História, “dialógico”, o conteúdo programático não deve apenas constituir de amontanhados de acontecimentos políticos e façanhas de heróis a serem colocados aos alunos. Freire chama este processo de educação “bancária. “Na visão ‘bancária’ da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 2018, p. 81), sempre alienando o outro na ignorância. Quando o conhecimento histórico se apresenta como uma mercadoria a ser depositada, provavelmente a apropriação ocorrerá de forma acrítica e distorcida quanto a campo da experiência e da realidade – presume-se o sujeito espectador e tão somente desprovido de sua condição de ser e estar no mundo e de interação humana.

A História local ou/e os princípios educativos da História da cidade pode ser um ponto de partida no Ensino de História para compreensão de acontecimentos históricos. Poderia principiar por algumas problemáticas da contemporaneidade que conduziriam ao professor promover esta “dialogicidade” com seus alunos, partindo de conhecimentos prévios. A dimensão da problematização tem na “dialogicidade” um caminho de expor e apreender relações e processo que produzem inclusive por preconceitos e estereótipos culturais e sociais ao longo da sociedade, das distorções que se produzem simbolicamente e de suas violências

(BOURDEIU, 2010), e desse modo, necessitando neste momento de um trabalho de reorganização de conceitos.

Quando o professor se coloca como proprietário da sabedoria e da verdade, ele fecha as portas para o diálogo com seus alunos, quanto mais energia estes gastam para acumular informações, menos sobra para desenvolver a capacidade crítica da conscientização.

A aprendizagem, assim, ocorre por meio das relações sociais. Nesse processo, o professor aceitando os alunos como sujeitos históricos, por meio de sua prática pedagógica, proporcionará a “dialogicidade”. Sobre “educação bancária”, Freire argumenta:

A concepção e a prática “bancárias”, imobilistas, “fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que os reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos em e com uma realidade de que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. (FREIRE, 2018, p. 101).

Na concepção freiriana, a “educação bancária” é fixa, proporcionando a permanência e continuidade de conceitos ultrapassados historicamente e culturalmente, enquanto a educação problematizadora avigora a mudança. A alfabetização ultrapassa o saber decodificador de códigos textuais e, assim, ela acomoda reconstruções críticas sobre o mundo.

Mas qual seria a relevância do Ensino de História na educação básica? Podemos encontrar uma alternativa para essa resposta nas palavras de Selva Guimarães Fonseca (2006). “Por isso, a história ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver” (FONSECA, 2006, p. 40).

Selva Guimarães coloca uma “ação” no Ensino de História, destacando a compreensão do mundo em que vivemos para contribuir com o mundo que gostaríamos de viver. Para isto acontecer, os alunos precisam desenvolver competências e habilidades que possam ser mobilizadoras de várias problemáticas históricas, não permanecendo preso aos determinismos sociais e ideológicos.

Para colocar os alunos diante de situações que proporcionam o desenvolvimento e ampliação de certas competências e habilidades, podemos levar em consideração alguns posicionamentos, tais como: a) o diálogo entre o presente e o passado; b) compreensão de permanências e mudanças; c) o reconhecimento das diversidades culturais. Estas práticas proporcionam ao aluno a construção autônoma de pensamento.

Os historiadores da escola/movimento dos Annales (1929-1989) deixaram grandes contribuições para a História acadêmica e o Ensino de História. Na substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma História-problema, na valorização de todas as atividades

humanas e não apenas História política, e na colaboração interdisciplinar. Mas talvez, a contribuição mais importante desta escola/movimento para o Ensino de História consiste no fato de que a História se faz a partir do presente e para ele.

Ao destacar o papel da História enquanto formadora de sujeitos, Durval Muniz de Albuquerque Júnior responde à pergunta, para que serve a história?

Quando muitas vezes, somos interpelados com certo ar de desprezo sobre para que serve o que ensinamos e o que escrevemos, devemos responder que a história serve para produzir subjetividades humanas, para humanizar, para construir e edificar pessoas, para lapidar e esmerilhar espíritos, para fazer de um animal um erudito, um sábio, um ser não apenas formado, mas informado, de um ser sensível fazer um ser sensibilizado. (ALBUQUERQUE JR, 2012, p. 31).

Albuquerque Jr. demonstra a relevância social do Ensino de História para a sociedade, assim quando a História é apropriada pelo ensino, constitui-se enquanto ferramenta na construção de sujeitos subjetivos. O passado deve ser pensado sempre a partir do presente para “fazer defeitos nas memórias”, como disse Albuquerque Jr., em que o interesse pelo passado parte das problemáticas do presente, buscando formular compreensões para atos de permanências e mudanças dos seres humanos na sociedade.

Seria a partir do presente e do local, que criamos dimensões e potências para entender as aspirações do povo, em que o sujeito possa estar na centralidade do currículo e dos conteúdos de aprendizagem. Freire (2018, p. 121) destaca que “O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores”.

O fio condutor desta ação de “temas geradores” é a “educação dialógica”. E não seria apenas dispor os alunos como objeto de investigação, mas compreender sua visão de mundo e como percebem sua própria realidade. A história por ter características de mobilidade, instigando o próprio professor a se instituir para além daquele que ensina dimensionando-se como aquele que aprende com seus alunos. Movimentar-se no processo de aprendizagem entre presente e o passado com o protagonismo dos alunos, superando a ordem bancária do ensino.

Os “temas geradores” derivam de problemáticas sociais enfrentadas pelos alunos em suas experiências de vida em comunidade, procedendo a participação das diversas disciplinas escolares, sendo desenvolvido de forma paralela com outros conteúdos ao longo do ano letivo. Um exemplo equivocadamente de trabalho com “temas geradores” no Ensino de História seria implantar o tema “trabalho”, assentando a temática em uma linha histórica e descrever como ocorreu nas relações humanas de “trabalho”, da antiguidade até os dias atuais, constituindo por vezes um único tema trabalhado por todo o ano letivo. Em contrapartida, podemos ter como

uma referência pertinente com o tema “trabalho”, a pesquisa histórica apresentada nesta Dissertação sobre os trabalhadores da terra.

O trabalho com “temas geradores” não pode limitar as possibilidades de conteúdo a serem ensinados e apreendidos. Sabemos que seria impossível ensinar toda a História da humanidade. Nesta perspectiva os “temas geradores” do Ensino de História no mesmo movimento em que imprime ao aluno a uma posição de espectador, acabam, por sua vez, e sob essa direção (equivocada), esvaziando do seu prioritário do processo de construção coletiva e individual: os sujeitos em “dialogicidade” e em comunhão. O conjunto de temas devem ser pensado de forma dialética, centrado nos sujeitos enquanto ser relações – “Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é” (FREIRE, 2006, p. 47).

Nesse processo dialético, os alunos podem construir seus conceitos históricos. Para Freire (2018, p. 136), “investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis”. A partir da reflexão-ação, que nascem a tomada de consciência, a análise dialética dos temas geradores transforma o modo de percepção da realidade, o confronto de teses opostas subsidia a construção da crítica.

A proposta feita por Freire de “temas geradores”, por introduzir uma História social, rompe com o modelo de História tradicional quadripartite, não significando retirar conteúdos tradicionais do currículo escolar, mas problematizá-los sob o caminho da “dialogicidade”. Logo, a “conscientização” é elevada pela teoria de Paulo Freire, como tema gerador.

Podemos encontrar estas propostas de “temas geradores” efetivadas para os currículos escolares, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), identificado com a denominação “eixo temático”, nas escritas do PCN de História é traçado algumas sugestões e possibilidades para os professores:

**[...] fazer alguns recortes e escolher alguns temas, priorizando os conteúdos mais significativos para que os alunos interpretem e reflitam sobre as relações que sua localidade estabelece ou estabeleceu com outras localidades situadas na região, no país e no mundo, hoje em dia e no passado;** Desenvolver um trabalho de integração dos conteúdos de História com outras áreas de conhecimento; Avaliar o seu trabalho ao longo do ano, refletindo sobre as escolhas dos conteúdos priorizados, as atividades propostas e os materiais didáticos selecionados, para replanejar a sua proposta de ensino de um ano para o outro [...]. (BRASIL, 1997, p. 66, grifo nosso).

O trabalho com “eixo temático” proposto nos PCNs está articulado com as “localidades”, proporcionando integração de temáticas diversas, como: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, saúde, educação sexual, trabalho e consumo. Inserindo novas provocações

para inserção da História local no Ensino de História, possíveis de serem articuladas com outros locais e tempos, situados na região no país e no mundo. Com aproximação no mesmo movimento, podemos pensar as “localidades” propostas nos PCNs com a quinta competência específica de Ciências Humanas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): “Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.” (BRASIL, 2017, p. 357).

Nesta perspectiva, a História local, valendo-se do aluno como sujeito de diálogo e historicidade, pode ser mobilizada sob dois movimentos, são eles: o do alcance do conhecimento histórico e das vivências dos sujeitos no tempo e espaço, focando nas problematizações que emergem das relações dialógicas, como caminho metodológico do ensino. Em nosso caso apresentamos a cidade como composição de memórias e saberes enquanto princípio educativo.

Apreendendo questões sobre a realidade e planejando suas transformações, provoca-se nos homens e mulheres uma percepção de pertencimento de mundo, não apenas relacionado com problemas à sua volta, mas se conscientizando de realidades opressoras que podem ser repetidas em locais e momentos diferentes. Sobre a inserção da realidade no trabalho com temáticas, Freire (2018, p. 140) destaca que: “a investigação da temática, repitamos, envolve a investigação do próprio pensar do povo. Pensar que não se dá fora dos homens, nem num homem só, nem no vazio, mas nos homens e entre os homens, e sempre referido à realidade”.

É nesta proposta que Freire destaca no homem o papel de protagonista, na investigação do próprio pensar, da sua própria existência enquanto ser social e cultural e na produção de valores. As propostas de trabalho com “temas geradores” fazem sentido na contemporaneidade do ensino, pois ainda não conseguimos encontrar alternativas para proporcionar um ensino dialógico, que contribua na formação de “homens sujeitos”.

Paulo Freire não apresenta simplesmente um método, suas intervenções propõem um direcionamento para o ensino pautado em uma educação libertadora. Mesmo em pleno vislumbre do século XXI, nossos alunos encontram-se oprimidos, já que, seus anseios não estão sendo ouvidos. Por meio do trabalho com “temas geradores” poderíamos implantar no Ensino de História da educação básica uma educação dialógica, na promoção e potencialização do sujeito histórico que interprete e aja sobre as realidades diversas da educação brasileira.

Nesta perspectiva de compreender o homem com sua realidade, a memória assume um papel direcionador e problematizador porque está amalgamada com a História local, pois, o homem relaciona-se com o mundo de forma plural, na sua própria particularidade reflexiva. Como argumentou Paulo Freire (2006), “a partir das relações do homem com a realidade,

resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo.” (FREIRE, 2006, p. 51).

Ao utilizar metodologicamente as narrativas de memória no Ensino de História, podemos provocar uma reflexão histórica que proporcione a “conscientização” dos alunos, e considerando as memórias dos sujeitos não contemplados pela historiografia tradicional, estruturamos os atores como autores de sua própria história, assim: “a ‘conscientização’ não tem como base uma consciência, de um lado, e um mundo, de outro; aliás, ela não busca tal separação. Pelo contrário, está baseada na relação consciência-mundo” (FREIRE, 2016, p. 56).

Como enunciou Freire (2016), “conscientização é engajamento histórico”, essa atitude crítica dos homens e mulheres na História possibilitam o empossar da realidade. De tal modo, tratamos nas próximas seções o papel da terra no processo migratório, construindo uma narrativa histórica diferente das apresentadas nos Livros Didáticos e Paradidáticos oferecidos para o Ensino de História sobre o período pesquisado. Assim, em termos das relações produzidas pela conscientização e dos temas geradores na perspectiva de novos horizontes ao Ensino de História, as próximas seções iniciam-se na dinâmica da pesquisa histórica voltada para as problematizações das relações de composição da vida por meio da terra.

### 3. MÃE-TERRA

#### 3.1 TERRA: A mãe que nunca deixa o filho na mão!

As narrativas de memórias, que fazem parte desta dissertação, foram produzidas sobre as marcas da terra no processo de composição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Os homens e mulheres migrantes encontraram no território, onde hoje localiza-se a cidade, novas possibilidades e condições de sobrevivência mediante o trabalho com a terra. Revelando-se por meio do território os movimentos dos atores/testemunhas da pesquisa, delineiam a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Logo este trabalho utilizará o conceito de território construído por Milton Santos: “Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional”. (SANTOS, 2018, p. 79-80).

Nesse movimento, a memória tem o poder criador da identidade de grupos sociais, sendo alimentada e explicitada sempre a partir do presente. A história do “tempo presente”<sup>25</sup>, constitui-se no principal palco entre os encontros da história e memória, por meio dela foram analisadas as memórias dos atores/testemunhas que compõem a memória coletiva da cidade. Para compor a dissertação, faz-se necessário principiar por uma apreciação diacrônica e sincrônica da ação da terra na vida humana entre história e a memória.

É possível apreender movimentos necessários que revelem não só a vida cotidiana, mas também, que explicitam os elementos fundamentais constitutivos das interações e processos históricos. É justamente sobre essas implicações que cabe considerar as observações de Peter Burke (2011). O autor propõe um novo modo de escrever a história, em que narrativas, contando a história particular dos indivíduos, significam e identificam processos, relações, dinâmicas e composições sociais no e do tempo narrado. Burke (2011) destaca as novas formas de narrativas que os historiadores escolhem para contar a História: “Estas novas formas incluem a micronarrativa, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre o mundo público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos a partir de pontos de vista múltiplos” (BURKE, 2011, p. 347).

O papel das narrativas no movimento da memória é fundante para compreender o lugar da terra neste processo migratório. Funcionando como “força motriz”, atraiu migrantes (proprietários de minifúndio<sup>26</sup> e meeiros<sup>27</sup>) do interior do estado de São Paulo e também, em

<sup>25</sup> Para saber sobre História do Tempo Presente, ver: HOBBSAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>26</sup> Imóvel rural de área inferior as necessidades básicas de sobrevivência de uma família.

<sup>27</sup> Trabalhadores da terra que exercem atividades agrícolas em propriedades de terceiros, ofertando parte da produção como forma de pagamento sobre o uso da terra.



menor proporção, de Minas Gerais, Paraná e diversos estados nordestinos para um novo espaço de vida e relações, ou seja, de novas vivências mato-grossenses, as quais compuseram a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Por meio dos “caminhos da terra, percorridos pela memória”, podemos sublinhar como a “miragem” da “terra em abundância” atraiu homens e mulheres, para o sertão mato-grossense.

Assim, a terra funcionou como “força motriz imaginária” na condução dos primeiros migrantes para o território onde, hoje, localiza-se a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, entre os anos de 1960 e 1980. As novas condições que a terra trouxe nos sonhos e desejos conduziram para o caminho das “esperanças” (ideia criada e difundida pelo capital): em prosperar economicamente, de uma vida mais digna, e de manter a “unidade familiar” (que para o capital-expansão, representa acumulação). A terra seria a “mãe” que cuida dos filhos, aleitando-os por meio de seus “seios” com o “leite” que sai de suas entranhas – a “mãe-terra” entrega o sustento para o corpo físico e espiritual. Este imaginário dos povos migrantes, são delineados também por ações dos “jogos” existentes pelo território no mundo globalizado, agenciados pelo capitalismo (SANTOS, 2018).

É possível observar nos relatos<sup>28</sup> o papel da terra na vida desses migrantes que foram impelidos pelas forças do capital do “colo” da “mãe-terra”, buscando reocupar seus lugares no sertão mato-grossense:

*[...] eu digo pra você que **a terra pra mim significa mãe!** Que desde que me entendo por gente, foi trabalhando em cima da terra, o pouquinho que eu tenho uma casa de morada, eu consegui com a terra, eu nunca tive emprego uma coisa extra, era com a terra. Ela não te deixa na mão, ela produz de tudo, tudo que você planta ela produz. Pra vender pra fazer dinheiro a terra pra mim é tudo, mas a terra pra mim até hoje eu penso significa tudo [...]. (Entrevista do senhor D.M.)*

*[...] **A terra é a mãe!** Sem a terra nós não somos ninguém, como é que nós vamos ficar em pé? E sem a terra dar o fruto, como é que você vai comer? Pra mim a terra é uma mãe, e uma mãe boa, uma pena que o homem estragou muita coisa dessa terra, mas ela está aí em pé [...]. (Entrevista da senhora J.B.S.M)*

*[...] a terra é uma coisa muito boa, se tem um pedacinho de terra, pra você cuida dela pra trabalha dentro dela, **é a mesma coisa de zela de uma criança que você tem, é uma coisa muito boa [...]. (Entrevista do senhor S.C.G.)***

O papel da terra implica em diferentes significados. Para os representantes do poder estatal, empresas de colonização, corretores e o grande latifundiário, ela se limita representar

---

<sup>28</sup> Como apresentado na primeira seção, optamos em ocultar os nomes reais, substituindo-os por siglas, preservando a identidade dos colaboradores da pesquisa.

uma mercadoria, sob forma de venda e compra e relações produtivas para novas mercadorias. Para o “trabalhador da terra”<sup>29</sup>, ela ultrapassa a condição de mercadoria, como podemos identificar nos relatos, neste caso, a terra representa uma divindade feminina quando chamada de “mãe”, aquela que gera a vida por meio de suas entranhas, proporcionando o “pão” para seus filhos e, quando comparada a uma “criança”, demonstra o cuidado que o trabalhador necessita ter com essa divindade.

Ao longo da história da humanidade os filhos foram apartados da “mãe-terra” pelas forças do capital. Sobre o processo de acumulação primitiva, Marx (1988, p. 252) considera: “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produção e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. O detentor do capital detém os meios de produção/mãe-terra, predando e apartando “os filhos de sua mãe”, criando os “órfãos da terra”, para controlar as forças do trabalho e processo de produção.

As coexistências da proliferação dos “órfãos da terra”, com os escassos “abastados da terra”, promoveram/promovem o fortalecimento da acumulação do capital e sua reprodução. Como analisado por Marx (1988), foi pela desapropriação da terra, ainda no século XV, que se inicia a acumulação primitiva. Esse processo de construção dos “órfãos da terra” teria ganhado impulso com a Reforma Protestante no século XVI, servindo de base para o desenvolvimento do capitalismo. As consequências da expropriação da terra proporcionaram a criação de um “exército de força de trabalho industrial de reserva”.

Nessa perspectiva sobre acumulação do capital, Marx (1988, p. 282) expressa: “Propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, existe apenas onde os meios de trabalho e suas condições externas pertencem a pessoas privadas”. A população “excedente” torna-se um produto necessário da acumulação do capital, por meio do uso da terra.

A terra, como fonte natural, tem alcançado sentido para além de sua forma e conteúdo. Com ela se elevam sentidos e significados conjugados a vida humana e organização social, no tempo e no espaço: “Na Roma antiga a terra pertencia para sempre a família que a cultivava, que nela enterrava seus mortos e erigia o altar dos deuses lares. Terra, família, religião comungavam no mesmo espírito. Na terra se cultivavam o alimento e a memória dos vivos e mortos” (BOSI, 1994, p. 424).

---

<sup>29</sup> A expressão “trabalhador da terra”, por meio da preposição “da”, traz para o trabalho de dissertação a representatividade desse trabalhador, que tem na terra a constituição de sua humanidade. Diferenciando-os de representantes do latifúndio e de trabalhadores ligados a empresas de colonização e representantes do Estado que tem na terra apenas um meio de manter o *status quo*.

O papel da terra vai além de proporcionar subsistência da vida individual e coletiva, tanto na antiguidade como na contemporaneidade. Esse papel também é de enraizamento cultural e social de práticas e ações cotidianas, que levam ao sentimento de pertencimento.

Na cultura judaica/cristã, a “terra prometida” por Deus ao povo que vivia na cidade de Ur na Mesopotâmia, teve um papel político e ideológico<sup>30</sup> central em todas as suas ações. Este imaginário da terra permeou/permeia relações e as ações de homens e mulheres que vislumbravam a possibilidade de uma “vida próspera” da terra que provém “leite e mel” para os filhos.

Como associar eventos históricos/culturais ocorridos antes de Cristo, com a ações do final do século XX? Braudel (2005), por meio do conceito de “tempo”, identifica nos eventos de “longa duração” (estruturas estáveis que atravessam gerações) os elementos universais e intrínsecos da existência humana. “Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim, como um personagem embaraçante, complicado, amíúdo inédito.”, (BRAUDEL, 2005, p. 52).

Levando o historiador a narrar uma história que não considere apenas os testemunhos, mas também a geografia, sociologia e a economia política, a “longa duração” de Braudel (2005), articula longa/média/curta duração nos diferentes ritmos: o tempo quase imóvel da geografia, com o tempo individual das ações humanas. À medida em que as ações do tempo permeiam os significados da terra na vida humana.

Dessa forma, e sob essa direção, Barrozo (2017) descreve sobre os migrantes nordestinos que vieram para o estado de Mato Grosso, em busca da terra prometida:

Centenas, milhares deles, migraram para as fronteiras de Mato Grosso, sonhando com a **Terra Prometida**, com a Nova Canaã, que nomina tantas vilas e povoados da Amazônia. Sobretudo os retirantes da seca procuravam uma terra onde os rios não secam e onde as árvores estão sempre verdes, como profetizara o Padre Cícero do Juazeiro. (BARROZO, 2017, p. 08)

Barrozo (2017) identificou, em suas pesquisas, a relação espiritual e religiosa dos migrantes com a terra, esse culto conduziu homens e mulheres na manutenção da vida. Por meio da miscigenação cultural brasileira é possível compreender o papel das “terras”<sup>31</sup> em nossa sociedade, ao chamar a terra de “mãe” os colaboradores da pesquisa sugerem indícios desta

<sup>30</sup> A “ideologia”, como uma das propriedades do poder e as relações de classe, pode ser compreendida pelo conceito de “ideologia” das forças da classe dominante de Marx e Engels (1991, p. 37). “E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida [...]”.

<sup>31</sup> Esta dissertação traz a palavra terra no singular para acomodar o objeto da pesquisa, mas devemos levar em consideração que há muitas “terras” e muitos personagens que compõem a sua pluralidade, as “terras” acolhem toda a diversidade viva sobre ela (fauna e flora). O ser humano não é filho única da “mãe terra”.

diversidade.

Os povos indígenas tratam a terra como uma “mãe”, que cuida dos filhos desde o nascimento até sua morte, pois é nela que seus corpos são enterrados. A ação da terra para os povos indígenas é identificada por Magalhães (1991) como espaço comunitário em que o indivíduo estabelece suas práticas culturais, espirituais e de manutenção da vida, de forma interligada e coletiva.

A terra indígena se traduz, portanto, no domínio e na posse do espaço territorial reclamando enquanto necessário à sobrevivência não apenas física, mas também social e simbólica mesmas de cada nação indígena. Há de se considerar ainda que estas sociedades diferem entre si quanto ao seu relacionamento com o território que dominam. Assim é que a antropologia tem observado que entre as populações indígenas e relação homem-ambiente não é algo estabelecido em regras e normas fixas, mas se faz, se concretiza também, ou, mesmo mais além, do que na mera identificação de domínio geográfico. (MAGALHÃES, 1991, p. 95)

Do mesmo modo que a “terra mãe” ocupa um papel de destaque em todas as atividades indígenas, faz-se necessário, como identificou Magalhães (1991), considerar as diferenças existentes entre as diversas sociedades que estabelecem relações distintas com a terra, assim como, não devemos excluir da apreciação da terra para os povos indígenas os problemas gerados pelo capitalismo. Igualmente, como para o negro escravizado no território brasileiro, a “terra livre” das comunidades quilombolas promoveriam o seu “renascimento”, ressignificando este espaço como meio de sobrevivência de seus corpos, espíritos e culturas.

Castilho (2011), em seu trabalho de pesquisa realizado no Quilombo contemporâneo Boa Vida Mata Cavallo, pertencente à cidade de Nossa Senhora do Livramento no estado de Mato Grosso, designado *Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas*, explicita a relação da população negra da comunidade rural com a educação escolar, em que o significado da terra vivifica o lugar da história e das memórias, como unidade presente-passado, da terra no movimento luta e resistência: os significados culturais tem na terra a expansão de suas atividades de manutenção da vida e unidade, resistência e produção.

Dessa forma, Castilho (2011) descreve a relação dos descendentes de escravizados que carregam as heranças culturais dos povos afro-originários com a terra.

No presente, a terra é o centro de existência e resistência dessas comunidades camponesas. Para os moradores da Comunidade Negra Rural Mata Cavallo, a terra, longe de representar um bem econômico, é o lugar onde se situam os parentes, “a raça”, onde vige a memória, a tradição, onde se ordena o passado, o presente e o futuro. É um espaço de luta, de lágrimas, de sangue. É também um lugar de liberdade, de alegres festejos, de fé e continua sendo, como nos primórdios, o lugar de refúgio para os parentes escravizados pela exclusão dolorosa da cidade. É onde o homem negro é identificado de modo individual, conhecido e reconhecido pela coletividade da qual faz parte. A terra é como

um ser vivo, que de suas entranhas nascem novas vidas, cuja existência só faz sentido em referência a ela. A relação entre o negro e a terra está centrada em ritos, mitos, lendas e também em fatos. (CASTILHO, 2011, p. 51)

Os “filhos” negros impelidos do continente Africano na condição de escravizados, foram sequestrados e apartados da “mãe-terra”, tornando-se “órfãos da terra”. O significado da terra para esses povos identificado por Castilho (2011), demonstra o papel da terra na vida desses trabalhadores camponeses, dela não tiram apenas o sustento para o corpo físico, mas também para significação dos modos de vida.

Povos esses que foram desterrados de suas terras originárias do continente Africano, no processo de escravização ocorrido por mais de trezentos anos no território brasileiro, que obtiveram somente a partir de 1888 com a Lei Áurea o fim da condição de escravizado, entretanto, continuaram e continuam sofrendo as consequências deste processo, principalmente nas questões relacionadas à posse de suas terra originárias, que mesmo com o reconhecimento dos ocupantes tradicionais dos territórios de Quilombo com a Constituição de 1988, coexistem nelas com muitas batalhas, como: pela manutenção da vida e do direito à sua posse.

Do mesmo modo, para compreender a “terra” na contemporaneidade, se faz necessário identificar o papel do Estado<sup>32</sup> na sua promoção como propriedade. A primeira Lei de Terras efetivada no Brasil proibia o acesso à terra por meio da posse a partir de 1850, inaugurando a propriedade rural no país. “A lei de Terras se inspirou na teoria da colonização de Wakefield, que propunha a venda das terras públicas das colônias para os imigrantes, enquanto medida capaz de garantir a oferta da força de trabalho para os capitalistas”. (BARROZO, 2017, p. 111). Ou seja, a Lei de Terras de 1850, proporcionou a efetivação das forças do capital na propriedade rural: estas forças recorrem ao Estado para regular suas ações.

Em 16 de novembro de 1892, o governador de Mato Grosso Manoel José Murtinho, aprovou a primeira lei de terras no estado, garantindo a permanência da posse dos grandes detentores de terra (sesmeiros e posseiros), mantendo o contexto de posse presente na lei de terras de 1850. As leis estaduais subsequentes responsáveis em normatizar e racionalizar o uso da terra sempre partiram do método conciliativo para regulamentar a posse das grandes propriedades rurais (MORENO, 2007).

O processo que inaugura no século XX uma nova etapa no estado de Mato Grosso, de implementação da terra como mercadoria de poder comercial, encontra nas políticas públicas do governo de Getúlio Vargas, no período conhecido como Estado Novo (1937-1945), um novo

---

<sup>32</sup> Utilizaremos o conceito de Estado com letra maiúscula, como correlação de força de sociedade política nas dinâmicas da sociedade civil.

desenho na implementação da terra como propriedade.

Para diversificar a agricultura, Vargas procurou incentivar a expansão da pequena propriedade, sob o lema “Trabalho e colonização”. O desenvolvimento econômico, conforme objetivo nacionalista do governo, deveria ser tarefa comum a todos os segmentos da sociedade: pequenos e grandes produtores rurais, industriais, operários e governo. Iniciou-se, assim, a “Marcha para o Oeste”, projeto assentado numa política de distribuição de terras a trabalhadores nacionais sem-terra e estrangeiros com experiência agrícola. Cabia a eles promover a conquista do interior do país, dentro da estratégia geopolítica dos “espaços vazios”. (MORENO, 2007, p. 101).

Na perspectiva regional do estado de Mato Grosso, Moreno (2007) identifica nas políticas públicas do governo Vargas, para ocupação dos “vazios demográficos”, com objetivo de integrar as regiões do Centro-Oeste e Norte com o território nacional, estabelecendo ao estado a função de “esteira” no processo migratório.

O discurso de ocupar os “espaços vazios” ganharam força efetiva na região onde, hoje, localiza-se a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Em uma entrevista realizada no ano de 2002, que compõe o trabalho de dissertação de Heinst (2003) com o senhor Paulo Mendonça, um dos proprietários das terras, loteadas e vendidas para formar a cidade de Mirassol D’ Oeste/MT, identifica-se que um dos primeiros sinais de tomada de posse da terra de modo efetivo (tendo o estado como regulador das propriedades), em que corresponde a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, deu-se no início dos anos de 1960, quando Zeferino José de Matos adquiriu uma área de terras do senhor Paulo Mendonça. Nos relatos, as forças do Estado e capital atuam articuladas para implantação desse controle sobre a terra.

[...] depois eu adquiri por procuração de causa própria, Dr. Ambrósio foi advogado em Cáceres, foi prefeito lá e ele adquiriu uma terra do Estado 10.000 hectares. [...] eu adquiri dele por procuração de causa própria, quer dizer continuou sendo dele e eu adquiri pra vende. Então comprei ali 10 ou 12 títulos de 2.000 hectares cada um na região do Quatro Marcos onde tinha um pessoal também tinha comprado do Estado e, num são daqui, é gente de fora, eu até comprei de corretores através de procuração. Eu não conheci nenhum proprietário dali [...]. (HEINST, 2003, p. 47).

[...] eu comprei vários títulos, para não passar todas as escrituras no meu nome, então eu pegava procuração de causa própria. A procuração de causa própria me dá o direito de pagar o imposto, transmissão de inter vivos, eu tendo a procuração de causa própria eu pago o imposto e requiro a escritura, independente do indivíduo. Enquanto eu não faço isso, com aquela procuração eu posso ir vendendo os lotes, quer dizer, não passa para o meu nome, então era do Luiz Ambrósio, eu passei para o Zé Ferino direto. Luiz Ambrósio e Zé Ferino, não passou por mim, então me livrou de pagar o imposto [...]. (HEINST, 2003, p. 48).

Nos relatos do senhor Paulo Mendonça, sobre as terras pertencentes à região denominada de “grande Cáceres”, é possível apreender como foram consideradas devolutas, mesmo sendo ocupadas por povos indígenas e populações tradicionais, com a finalidade de

“ocupar” e obter recursos financeiros com a comercialização. Entre as modificações ocorridas em 1951 do primeiro código de terras do Estado de 1949, destaca-se o limite dos lotes: “As terras devolutas, consideradas livres para venda, poderiam ser adquiridas em lotes maiores ou menores, nunca superiores a 10.000 hectares, salvo autorização expressa do Senado Federal” (MORENO, 2007, p. 107). Esta modificação no regimento de terras pelo Estado conecta-se com o relato do senhor Paulo Mendonça ao detalhar o tamanho da área (10.000 hectares) adquirida do estado de Mato Grosso pelo Dr. Luiz Marques Ambrósio, no território que viria constituir a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

O senhor Paulo Mendonça comprou as terras que correspondem a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT do Dr. Luiz Marques Ambrósio<sup>33</sup> (Promotor de Justiça, Vereador e Prefeito da cidade de Cáceres por dois mandatos, que contraiu as terras em seu favor diretamente do estado de Mato Grosso) e revendeu ao senhor Zeferino José de Matos (considerado o pioneiro fundador da cidade), utilizando-se de subterfúgios para não recolher os impostos devidos.

Agentes públicos foram privilegiados na aquisição de terras no estado de Mato Grosso, com claras intenções de promoção de futuros pleitos eleitorais, como foi o caso do Dr. Luiz Marques Ambrósio, que teve toda uma vida constituída dentro do setor público do estado. Sobre a aquisição de terras no estado neste período, Moreno (2007) destaca:

Na primeira gestão do Governo Fernando Corrêa da Costa (1951-1955), 20.756 requerimentos de compra de terra deram entrada nos órgãos de terra, sediados em Cuiabá e Campo Grande. Nesse período foram concedidos 10.533 títulos, entre provisórios e definitivos, abrangendo um total de 32.909.346 hectares, tendo em média cada propriedade mais de 3.000 hectares. As concessões, indicam a grande facilidade na aquisição de terras devolutas, seja de forma gratuita, seja a preços irrisórios, através de contratos. (MORENO, 2007, p. 115-116).

Em anos pré-eleitorais intensificava-se a violenta especulação, a qualidade e os preços

---

<sup>33</sup> O Dr. Luiz Marques Ambrósio exerceu várias atividades no setor público do estado de Mato Grosso, como: Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Promotor de Justiça da Comarca de Cáceres, vereador e ocupou por dois momentos o cargo de Prefeito Municipal de Cáceres, durante os períodos de (1942-1944) e (1971-1973). Em seu primeiro mandato, o “Dr. Luiz Marques Ambrósio tomou posse no cargo de Prefeito Municipal de Cáceres no dia 22 de agosto de 1942. Foi nomeado, em comissão, por ato de 18 do mês e ano, do Interventor Federal, Sr. Júlio Strubing Muller, na ocasião, Promotor da Justiça desta Comarca [...]. Inconformado com a nova divisão territorial que, sem prévio aviso e audiência do Prefeito, retirou de Cáceres vasta área para integrar o município de Barra do Bugres, afastou-se do cargo, apresentando, antes, seu pedido de exoneração, por telegrama, ao Sr. Interventor Federal. Posteriormente, como Presidente da Câmara Municipal, substituiu por um mês o Prefeito Sr. João Antônio Ferreira Souto (1951-1955).” (MENDES, 2009, p. 107). Em seu segundo mandato foi, “Nomeado por ato de 4 de novembro de 1971, do Sr. Governador do Estado, de acordo com o artigo 42, item VII, da Constituição do Estado, assumiu, no dia 10 de novembro de 1971, o cargo de Prefeito Municipal de Cáceres, o Dr. Luiz Marques Ambrósio, vago em virtude do falecimento do Dr. José Monteiro da Silva. Em solenidade realizada no salão nobre da Prefeitura Municipal, dia 10 de novembro de 1971, foi empossado no cargo de Chefe do Executivo Municipal o Dr. Luiz Marques Ambrósio”. (MENDES, 2009, p. 136)

baixos estimulavam as disputas pelas terras consideradas “devolutas” pelo Estado. Agentes públicos obtiveram vantagens nesta “corrida”, estes brindes e facilidades, faziam parte de um “jogo” de interesses, por meio de uma mercadoria que à época não tinha valor, pela abundância e desconhecimento das riquezas naturais (MORENO, 2007).

A terra fundiu os interesses de representantes dos setores público e privado, por meio de um intenso “jogo político”. Um jogo político que, como afirma Bourdieu (2010, p. 165), implica em combinações variadas de ações e expressões: “A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento”. Entende-se que não existe uma intenção sem uma técnica. Se não existisse a técnica na política como em outro jogo qualquer, como o xadrez, não se perceberia a intenção e as estratégias envolvidas nesse jogo político.

Dessa maneira, a vida política pode ser descrita na lógica da oferta e da procura, por causa da desigualdade dos instrumentos de produção e de distribuição de uma representação do mundo social explicitamente formulada. É no campo político que acontecem às concorrências ofertadas. Os “consumidores” destas ofertas, devido à desigualdade dos instrumentos de distribuição e de produção das representações muitas vezes se instituem cúmplices na concorrência e da reprodução da violência de técnicas e expressões produzidas por um grupo (políticos, colonizadoras, latifundiários) em detrimento dos outros grupos (trabalhadores da terra, assalariados) que escolhem, sem entendimento pleno, seus representantes (BOURDIEU, 2010).

A terra no estado de Mato Grosso foi empregada como um instrumento do capital e matizes diferentes de jogos políticos, servindo de “[...] plataforma política nas próximas disputas eleitorais, já que as terras, assim como os cargos públicos, faziam parte do jogo político-eleitoral [...]” (MORENO, 2007, p. 130). O Departamento de Terras e Colonização (DTC) que fora criado em 1946, passou por várias dificuldades ao longo de seu funcionamento, como foi constatado por Moreno (2007), este órgão estatal quanto outros foram utilizados como instrumento político nas administrações públicas, sofrendo com eventuais intervenções ao início de cada gestão pública estadual. Como podemos constatar nas ações governamentais do início de uma nova administração:

Em 1966, vencendo o partido situacionista, Pedro Pedrossian assumiu o governo do Estado prometendo acabar com a corrupção e as irregularidades ocorridas por força dos esquemas políticos tradicionais na administração estadual. Assim, cumprindo promessa de campanha, o governador surpreendeu seus correligionários e adversários políticos promovendo o esvaziamento e o enfraquecimento da capacidade de pressão da velha ordem sobre as suas propostas de modernização. O primeiro ato histórico do seu



governo foi suspender o funcionamento do Departamento de Terras e Colonização – DTC, em 1/2/1966, pela Portaria nº. 5/66 [...] (MORENO, 2007, p. 135).

Os governos que precederam a Pedro Pedrossian, também, efetivaram seu fechamento nos inícios de suas administrações para realização de balancetes sobre a condição das terras do estado, sendo reaberto posteriormente. As terras sempre tiveram um papel central na administração pública, além de serem utilizadas como composição do jogo político - neste momento as terras funcionavam como principal fonte de renda para o estado, por meio de sua comercialização. O fechamento do DTC teria ocorrido nesse momento de forma definitiva.

A Comissão de Planejamento da Produção (CPP) prosseguiu funcionando, até as suas funções serem repassadas para Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), fundada em 1966. Sendo retomadas as questões sobre as terras do estado somente com a criação do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), em 1975. (MORENO 2007).

Os entes federativos exerciam o papel normatizador da terra conjuntamente. No primeiro ano da Ditadura Civil-Militar brasileira é instituído o Estatuto da Terra<sup>34</sup>, em novembro de 1964 – um processo de “modernização” no campo, que, aparentemente, propunha uma “reforma agrária”, mas, na realidade, a dimensão mais profunda era a constituição das empresas rurais para não serem alvos de desapropriação para uma apropriada reforma que atendesse a dinâmica dos trabalhadores. Sobre a “reforma agrária” proposta pelos militares e empresários em 1964, Martins (1984) destaca que:

[...] o governo do marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural [...]. (MARTINS, 1984, p. 22).

Ao refletir este processo, Martins (1984) identifica interesses de expropriação e expulsão destes trabalhadores, purgando a terra para as grandes empresas. Esta mudança não ocorreu de forma passiva pelos trabalhadores da terra, a disseminação de conflitos pela terra teria expandindo-se por todo o território nacional. Na tentativa de evitar o sucesso dos trabalhadores da terra, o Estado promoveu a “militarização da questão agrária”, organizando

---

<sup>34</sup> Sobre o conceito de acumulação primitiva da terra na perspectiva da propriedade privada burguesa, Marx, (1998, p. 253) considera: “O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica.”

um esvaziamento dos conhecimentos tradicionais e de políticas públicas voltadas para desvalorização dos “calos do saber”<sup>35</sup>.

Toda ação política é feita por agentes ativos e passivos, o “poder simbólico”<sup>36</sup> (BOURDIEU, 2010) está velado nestas ações, por meio do apossamento da terra, agentes do Estado e do capital impedem o trabalhador da terra de exercer em plenitude suas ações. Essas ações passam pela posse da terra, práticas de manejo, comercialização e escolha de culturas agrícolas. Sobre estas ações promovidas pelo estado, podemos destacar alguns órgãos e programas federais criados sob a Ditadura Civil-Militar brasileira para regimentar as políticas de acesso à terra que contemplavam o projeto do Estado.

Na década de 1970, sob o governo militar, foi lançada a ‘Operação Amazônia’, através da qual o governo propunha atacar em várias frentes os problemas dessa região. Para viabilizar a Operação Amazônia, foram criados, pelo governo federal, vários órgãos e programas federais, dentre os quais se destacam a SUDAM, o INCRA, o BASA, o POLAMAZÔNIA, o PIN, o PROBOR, e outros que tinham o objetivo de possibilitar a ocupação empresarial da Amazônia e do Centro-Oeste<sup>37</sup>. (BARROZO, 2017, p. 114).

Mesmo não pertencendo territorialmente ao bioma Amazônico, a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT por encontrar-se inserida na Amazônia Legal<sup>38</sup>, foi contemplada por todas as políticas governamentais de desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste. Barrozo (2017) descreve que os governos militares e empresários concebiam a Amazônia Legal, enquanto “vazio demográfico”, justificando a presença empresarial e governamental para “desenvolver” a região.

Em 1979, a Companhia de Desenvolvimento de MT (CODEMAT) assumia um papel de órgão oficial de colonização, enquanto o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), respondia pela política fundiária, Moreno (2007), identifica a complementação das funções desses órgãos governamentais na tentativa de normatizar a posse da terra.

Neste mesmo período de tempo, Moreno (2007, p. 148) destaca que “[...] o território de Mato Grosso em 1979 já possuía 74,8% da sua superfície titulada [...]”. É possível observar

---

<sup>35</sup> Conceito a ser explorado na quinta seção: Saberes tradicionais construídos por meio de práticas e costumes que foram perpetuados nas memórias dos trabalhadores da terra.

<sup>36</sup> Logo, [...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem [...] (BOURDIEU, 2010, p. 07-08).

<sup>37</sup> Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Banco da Amazônia S. A (BASA); Polo de Desenvolvimento da Amazônia (POLONOROESTE); Plano de Integração Nacional (PIN); Programa de Incentivo de Produção de Borracha Natural (PROBOR).

<sup>38</sup> O conceito de Amazônia Legal foi instituído pela lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953, sendo uma área na região da floresta amazônica, que envolveu nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

como o Estado havia controlado as questões fundiárias, os interesses governamentais sobre o campo parecem ter se tornado uma prática clássica ao longo do tempo. Moreno (2007) evidencia que as normas relativas à posse de terras foram sendo construídas num “casuísmo” de interesses pessoais de políticos da época.

A região reterritorializada<sup>39</sup> nos anos de 1960 e 1970, que derivou a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT não poderia ser classificada por como “vazio demográfico”, pois já fora habitada ou perambulada por povos indígenas<sup>40</sup>. Ao imergir nas histórias orais, confrontando com as relações de poder, que investe no controle da terra, neste momento valemo-nos em apresentar a narrativa do senhor S. C. G.

*[...] nós vê o índio não viu não, mais barraco tinha muito, sempre você via dentro do mato, e a gente falava aqui tinha índio, via muito aqueles pedaço dos pote deles que eles quebrava, eu acho que quando eles sai de uma moradia deles pra outra, eu falo que eles quebra tudinho aqueles pote deles, parece que o pote não era queimado no fogo, era uma massa mole, parece que não foi bem queimado é mole, fácil de quebra [...]. Mas nós nunca viu índio, só o lugar que eles tinham ficado, um tipo de um limpeiro que tinha o barraco deles, mas uma área pouquinho, era de muito tempo que eles teve naquele lugar, eles já tinha ido pra outra área, por que os índios só gostam de mata virgem! [...]. (Entrevista do senhor S.C.G.).*

O senhor S.C.G, ao falar sobre a chegada no ano de 1966, nas terras adquiridas por sua família no estado de Mato Grosso, rememora as suas experiências de criança, de brincar no meio da mata fechada e encontrar objetos e vestígios, pertencentes a populações indígenas, deixando evidente a passagem ou vivência desses povos nesta área.

Apreende-se, no relato de memória, o “romantismo” ao indígena presente no imaginário do colaborador, “[...] os índios só gostam de mata virgem! [...]”. Por gostarem de “mata virgem” os indígenas teriam buscado outra área para viver, compartilhado seus espaços com os “irmãos” não-índios: o mesmo imaginário que permeia o indianismo nas obras de José Alencar. A natureza e o indígena exuberante estão simbolicamente representando uma nação que vive de maneira “harmoniosa”, entrando em perfeita comunhão com seu colonizador. (BOSI, 1992).

Dessa forma, Januário (2004) descreve em sua obra *Caminhos da Fronteira* a presença dos indígenas Bororo na cidade de Cáceres na região de fronteira com a Bolívia, povo este que teria vivido e perambulado no território onde hoje constitui-se a cidade de São José dos Quatro

<sup>39</sup> Sob a perspectiva de Oliveira (2008, p. 181), para o termo “reterritorializada”, é necessário para deixar evidente que, quando os não-índios ocuparam esta região, ela não se constituía em espaço vazio. Com podemos constatar no relato do senhor Sebastião Candido Gonçalves.

<sup>40</sup> A área onde hoje se localiza o município de São José dos Quatro Marcos/MT foi habitada pelo povo indígena Bororo, também, popularmente conhecido como índios Cabaçais, denominação dada pelos paulistas que chegaram na década de 1960. Hoje em dia os remanescentes do povo Bororo, também denominados Umutína vivem confinados na Área Indígena Umutína, em Barra do Bugres. (Histórico da Cidade produzido pela Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, no ano de 1988, p. 02)

Marcos. O processo de dominação dos povos indígenas, da região da grande Cáceres, foi exercido primeiramente por portugueses, espanhóis e missões jesuíticas; e posteriormente por bandeirantes paulistas e, durante as décadas de 1960 e 1980, pelas empresas de colonização e corretoras de terra resguardadas pelo poder do Estado, como foi apresentado anteriormente.

Na pesquisa realizada por Januário (2004), no início dos anos 2000, foi identificado que os povos indígenas, que sobreviveram ao processo de dizimação pelas forças do capital, encontram-se desorganizados socialmente e culturalmente, estando na contemporaneidade vivendo ainda um processo de dominação por meio do trabalho em fazendas com atividades de pecuária e agricultura.

Januário (2004) identificou como a identidade dos povos indígenas originários dessas terras está sendo desconfigurado:

Nos séculos seguintes, esses grupos passaram por diferentes processos históricos de mudanças, sendo forçados a integrarem-se à população local, deixando de existirem aos olhos da sociedade envolvente enquanto grupos indígenas. Emerge, a partir dessa situação de dominação e integração socio-cultural, a categoria social do “bugre”, designação atribuída aos descendentes de Chiquitano, Guató e Bororo que permaneceram nessa região. (JANUÁRIO, 2004, p. 109).

Movidos pelas forças do capital e amparados pelo Estado, os não-indígenas utilizaram-se de códigos que os povos indígenas desconheciam, por não compreenderem a terra enquanto propriedade. Por outro lado, a ação mais devastadora promovida por essas forças foi, além da falsa integração sociocultural, promovida pela ação de acultramento, as práticas de aniquilamento e destruição (assassinatos, genocídios), destituindo os povos indígenas de qualquer possibilidade de reação.

Da mesma forma, sobre as “terras já ocupadas”, além da presença indígena na área que viria constituir a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, considera-se, também, por meio das memórias dos colaboradores, a existência de atividades agrícolas e poaieiros.

*[...] a gente com 110 alqueires de mato [...], tudo mata fechada, tinha uma parte aqui na frente de 12 alqueires que já estava aberta, mas era um capoeirão, já estava tudo abandonado [...]. O mato era até mais fácil, porque roça derruba e queima [...]. (Entrevista do senhor J. M.)*

*[...] a poaia tinha muito, mas não era pôr tudo, ela chama tecnicamente ipecacuanha, o nome científico. Então em Cáceres tinha muito poaieiro, aquela região de Mirassol D’Oeste naquela serra, tinha muita poaia, pra cá tinha pouco. Então esse pessoal entrava na mata e ia procurando onde que tinha os fornos de poaia, forno era aquelas roda onde tinha poaia, aí cavucavam aquelas plantas, pra pegar a raiz dela, é compridinha cheia de gominhos, com umas bolinhas, aquela que era o remédio, então tirava aquela raiz, secava ela e ia vender em Cáceres, porque o comercio era Cáceres. Eu conheci algumas pessoas que a situação ficou difícil, que teve que embrenhar no meio do mato pra tirar poaia [...]. (Entrevista do senhor D. M.)*

A possível existência de atividades agrícolas pode ser evidenciada nas lembranças do senhor J. M. Ao relatar o trabalho com a terra de mata virgem, destacou a existência de uma porção de sua propriedade que já estaria aberta. Porém, estava abandonada fazia muito tempo. E a passagem na região da grande Cáceres de poaeiros (catadores de poaia<sup>41</sup>), destacada pelo senhor D. M., apresenta a compreensão do papel da “terra mãe” na vida e existência de seus diversos “filhos”, essa “mãe” sempre está à espera de seus “filhos”, mesmo quando o poder do “capital” cria os seus “órfãos”, ela permanece a sua espera.

### 3.2 Os caminhos da terra percorridos pela memória

Por tratar da história recente de sujeitos e personagens ainda vivos, destacamos o papel da memória na construção das narrativas históricas. O historiador Francês Pierre Nora, referência nos estudos sobre memória, contribui conceitualmente na apreensão do objeto ao mostrar como as memórias são organizadas: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]” (NORA, 1993, p. 9).

Para Nora, a memória<sup>42</sup> não se acomoda, ela possui dinamicidade, consistindo-se em: individual, coletiva, múltipla e desacelerada<sup>43</sup>. O ato de “rememorar”<sup>44</sup> torna os homens, também, em historicidade atuante conectada à história, como campo complexo de produção de sentidos, alicerçando a própria compreensão da história, como ser de existência. É a consciência histórica que promove a memória como propriedade estruturante do ser social.

Ecléa Bosi credita na memória a probabilidade de reelaboração do presente, possibilitando as testemunhas compreenderem aspectos contemporâneos de suas vidas. Neste

---

<sup>41</sup> “Conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, ipeca ou poaia é uma raiz de um pequeno arbusto, rico em emetina, substância que compõe os ingredientes de diversos medicamentos fabricados para a cura da coqueluche, bronquite e até mesmo disenterias. As qualidades medicinais dessa raiz já eram conhecidas entre os índios da América do Sul, que a usavam na cura de muitas doenças. Em Mato Grosso, a ipecacuanha era nativa no extenso território situado entre as bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Guaporé, com destaque para a região de Cáceres, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Vila Bela e até mesmo Cuiabá.” (SIQUEIRA, 2002, p. 107).

<sup>42</sup> Cabe destacar a observação de Kenski sobre a memória, considerando como um conceito que tem [...] “a amplitude e as singularidades [...] [memória]. Difícil de ser sintetizada de uma forma abrangente e única, a memória é diferenciada e estudada em muitas áreas do conhecimento e em muitas épocas” (KENSKI, 1995, p. 139). A complexidade que envolve o conceito memória pode expressar muitas vezes um labirinto de sentidos diversos e conflitantes. Por outro lado, como afirma Montenegro: “se são distintos [memória e história], arriscaríamos afirmar também que são inseparáveis. Afinal, compreendemos a história como uma construção que [...] (campo também da memória) aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória” (1994, p. 17).

<sup>43</sup> Pelas memórias compostas podemos pensar as narrativas históricas produzidas sobre as marcas da terra, entre as décadas de 1960 e 80, que constituirá a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

<sup>44</sup> Pensando a memória como uma reelaboração do presente, o conceito de Ecléa Bosi de “rememoração”, na apreensão das narrativas do passado sempre a partir do presente, em sua obra *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, explicita as vivências das memórias de pessoas (com idade superior a setenta anos) que compôs a história da sociedade paulista, destacando a função da memória na velhice.

sentido a “memoração” se institui como oportunidade de reflexão sobre o passado vivido. A história oral ganha relações necessárias com a história do tempo presente.

Ao rememorar a infância no interior do estado de São Paulo, na região da cidade de Jales, o senhor D. M. descreve um dos maiores processos migratórios ocorrido internamente no Brasil, fugindo da seca e atraídos pela “terra fértil”, uma grande quantidade de nordestinos migraram para o estado de São Paulo, no início dos anos 1950:

*[...] teve uma época, que veio muita imigração de gente do Nordeste do Norte passando por São Paulo, naquela região de Jales, eu era criança e lembro, falava o sertão de Jales, era um lugar novo, aquilo encheu de gente de tal maneira, que virou um formigueiro de gente. E o povo não tinha mais pra onde expandir, então surgiu essa terra aqui, então a grande quantidade de gente, veio daquela região! Vieram em busca da terra, pra sobreviver e trabalhar! [...]. (Entrevista do senhor D. M.)*

Nesta narrativa há uma síntese pertinente quanto aos caminhos percorridos pelos migrantes nos processos migratórios ocorridos internamente no Brasil. Esses homens e mulheres conectam-se pelas necessidades de acesso à terra para “sobreviver e trabalhar”. Ao descrever o “sertão de Jales”, o senhor D.V. comparou a um “formigueiro”, devido ao grande número de migrantes recebido na cidade de Jales no estado de São Paulo. Muitos desses migraram para outras regiões do Brasil, inclusive para o território mato-grossense, por não conseguir estabelecerem-se nas terras de São Paulo.

Ao pensar à narrativa histórica, Peter Burke (2011, p. 339) “considera não apenas as sequências dos acontecimentos, mas também as estruturas e modos de pensar, contribuindo para compreender como no cotidiano estes fatores de aceleração ou desaceleração dos acontecimentos acontecem”. Ao narrar as redes de migração existentes no interior do Brasil, o senhor D.M. faz emergir para superfície de sua memória elementos constituintes de um cotidiano marcado por dificuldades no interior do estado de São Paulo, delineando a luta pelo acesso à terra.

*[...] O que motivou a gente vim mais pro Mato Grosso foi... **a gente não tinha nada em São Paulo. A gente era em dez irmãos, o meu pai tinha comprado essa terra em 1962. E quando a gente viu assim o aperto essas coisas... e tinha chance de crescer aqui no Mato Grosso por que tinha mais terra né!?** Aí eu e meu irmão mais velho, nós resolveu mudar pra cá... **Começa abrir Mato Grosso que era terra tudo de mato, não tinha nada formado, e aí a gente veio pra crescer um pouquinho mais porque lá em São Paulo não tinha chance e aqui era uma área um lugar de terra boa produzia demais, tudo que se planta dá, a gente resolveu vim, errado não vai dar, porque se plantar vai colher, só se não quiser plantar, aí a gente veio pra cá por isso pra ter um espaçozinho maior para cada um trabalhar [...]. (Entrevista do senhor J. M.)***

*[...] Nós estava morando em São Paulo, **a gente tinha apenas cinco alqueires de terra, que meu pai herdou do pai dele, herança do meu avô, e nós era em nove irmãos, e não tinha mais terra para trabalha... Ou a gente vinha para um***

*lugar que tinha mais terra em abundancia, ou tinha que ir pra cidade pra procurar emprego [...]. Isso o meu pai ainda não queria, ir pra cidade! Então, isso que motivou ele vim naquela época pra cá, adquirir um “pedaço” de terra aqui, de vinte e dois alqueiro...Aí nós mudamos pra cá, pra trabalhar na terra [...]. (Entrevista do senhor D. M.)*

*[...] Lá em São Paulo nós era meeiros, plantava algodão, plantemos arroz num brejo lá, que tinha perto do rio São José, deu uma enchente no rio perdeu tudo a lavoura. Rapaz era uma vida difícil, eu mesmo não sabia o que era um pé de mamão, um pé café - milho era muito difícil, você sabe o que é não saber, o que é um pé de milho? Até uns quatro anos eu não sabia o que era um pé de milho um pé de mamão, agora laranja eu conhecia, o vizinho tinha uns pé de laranja bom, dava aquelas cargas! Como meeiro só algodão e feijão que a gente plantava lá era só esse feijão catado que eles falam [...]. Quando nós chegamos aqui no Mato Grosso, foi uma grande riqueza, você via pé de mamão, café, todo tipo de fruta [...]. (Entrevista do senhor S. C. G.)*

Os homens e mulheres que migraram para as terras mato-grossenses deparam-se nas suas regiões de origem, como é sublinhada na entrevista do senhor D.M em razão “do crescimento familiar”, em que a terra se reduzia em “apenas cinco alqueires de terra”, sob a forma de herança familiar em “que meu pai herdou do pai dele, herança do meu avô, e nós era em nove irmão, e não tinha mais terra para trabalha”; com a ampliação dos latifúndios promovida pela valorização financeira e especulação da terra no sudeste brasileiro. Ou, como é destacada na entrevista do senhor J.M, que migrar representava a “chance de crescer no Mato Grosso”. A migração pautava-se no imaginário de um “lugar de terra boa”, como foi observado na entrevista do senhor J.M, sob o movimento do processo capitalização de “novas terras” no Mato Grosso e concentração latifundiária, como narrado sobre a região sudeste do Brasil.

As narrativas apresentam, centralmente, a relação antagônica dos migrantes com o trabalho na terra. Dessa dimensão, Martins (2010) identifica nas áreas de influência do café, a constituição do delineamento das classes sociais brasileiras, criando o “sonho” da ascensão social pelo trabalho. “Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria a riqueza própria e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão”. (MARTINS, 2010, p. 203).

A fala capitalista coloca os trabalhadores livres assalariados em condições análogas ao empregador (detentor de bens materiais), a fim de fornecer ao mercado trabalhadores dedicados no aumento do capital do empregador (MARTINS, 2010). O trabalho intenso dos migrantes recém-chegados nas terras mato-grossenses, seria compensado pelo acesso à terra. O imaginário desenhado por Martins (2010), da ascensão social obtida simplesmente no trabalho com a terra (construído pelo discurso capitalista que permeou os trabalhadores das lavouras de café no estado de São Paulo), assemelha-se com as narrativas do processo migratório para as terras mato-grossenses. Esse movimento é frisado quando o senhor J.M vale-se de sua memória,

situando que sua família, constituída de dez irmãos, vislumbrava “ter um espaçozinho maior para cada um trabalhar”.

Estes problemas de acesso à terra foram cunhados pelo capitalismo industrial no sudeste brasileiro para desestabilizar as sociedades tradicionais<sup>45</sup>, promovendo um excesso de mão de obra que serviriam as forças do capital. Essas dificuldades enfrentadas na permanência dos trabalhadores da terra no campo, apontaram para caminhos que aglutinaram os migrantes no sonho com a terra, da “terra mãe”, no estado de Mato Grosso.

As narrativas de memória fundem-se na busca da terra. A família do senhor J. M. enfrentava a mesma situação de crescimento, com pai, mãe e dez irmãos e alguns netos. Depois de passados quinze anos da compra feita por seu pai de 100 alqueires de terra no estado de Mato Grosso, no ano de 1977, o senhor J. M. que já estava casado e com dois filhos pequenos, decide juntamente com o seu irmão mais velho migrar para a área de terras de mata nativa pertencente a sua família. Em entrevista apresentada acima, o senhor J.M rememora, que logo no mesmo ano, depois de constatado o sucesso dos irmãos mais velhos com o trabalho nas terras de Mato Grosso, os pais e os oito irmãos resolvem vender a propriedade de cinco alqueires em São Paulo e mudar-se definitivamente para a nova propriedade, “errado não vai dar, porque se plantar vai colher, só se não quiser plantar, aí a gente veio pra cá por isso, pra ter um espaçozinho maior para cada um trabalhar”. Ao transmitir, pelas narrativas uma “experiência coletiva”<sup>46</sup>, neste caso de um processo migratório instigado pela terra, a memória do senhor J.M. sugere o “sonho” da terra “fértil” no estado de Mato Grosso.

Do mesmo modo ao recorrer a “memória familiar” a senhora J.B.S.M. descreve a proximidade com as famílias que moravam no interior de São Paulo que, posteriormente, migraram para Mato Grosso:

*[...] eu conheço muita gente aqui, esse pessoal do J.M mesmo, eles vieram de lá, eu conheço eles tudo, nós era vizinho lá, eles jogavam bola com meu marido, quando eles eram tudo novo, quando nós caso, a gente mudou perto deles, tinha campo de bola, e uma venda, essa venda era de uma irmã do finado pai do J.M. [...]. (Entrevista da senhora J.B.S.M.).*

Os amigos e vizinhos aparecem na memória por meio da saudade de um tempo possível

<sup>45</sup> Kautsky (1980), ao analisar a relação do camponês e a indústria, em sua obra *A Questão Agrária*, identifica nas sociedades camponesas que fabricavam os utensílios teciam os agasalhos, fabricavam seus calçados, e que recorria ao mercado apenas para vender o excedente de sua produção, características que as tornavam “indestrutível”.

<sup>46</sup>As narrativas demonstram a importância metodológica da História oral na compreensão de possibilidades existentes no objeto de pesquisa, que apenas com os documentos escritos não seriam suficientes para alcançarmos todos os seus níveis. “Essas convicções sobre o que seria próprio da História sofreram modificações a partir da década de 1980: temas contemporâneos foram incorporados à História, chegando-se a estabelecer um novo campo, que recebeu o nome de História do tempo presente; passou-se a valorizar também a análise qualitativa, e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tonando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social.” (ALBERTI, 2018, p. 163).



e irrealizável, da perda, de uma vida que “ficou para trás”, como sobreposição como refere Bosi:

Na constituição da memória familiar são importantes os contatos com outros grupos. Uma família pode ter morado longos anos num mesmo bairro, formando vínculos estreitos com a vizinhança, suas lembranças brotam de um e outro, dada a íntima vivência com ambos. Se podemos reagrupar em nossa subjetividade lembranças de espaços sociais diferentes, podemos também sobrepor imagens do mesmo espaço social. (BOSI, 1994, p. 431).

A “memória familiar” dos espaços sociais frequentados pelo grupo social de trabalhadores da terra no estado de São Paulo evidencia as relações construídas ao longo do tempo, se reencontrando no processo migratório para o estado de Mato Grosso. A memória, como processo de construção do passado sob horizonte do presente, na dinâmica das lembranças – também instituída e mediada por uma série de eventos objetivos e subjetivos – explicita as articulações plausíveis de vivências, mesmo que revisadas das relações sociais (igreja, lazer, trabalho e escola) e de convívios de sujeitos com características diversas (BOSI, 1994). Os homens e mulheres migrantes produzem, articulam e compartilham, a partir das memórias sentimentos de saudade, paixão e aborrecimento. Estes sentimentos ajudam a compor o novo espaço de vivência.

As memórias vão sendo compostas não por lembranças prontas, mas de constante revisão e reelaborações das quais há associações de fatos ou situações que sirvam de “cimento” a narrativa construída. Descartando algumas lembranças ou realocando novas. O que se movimenta é uma narrativa construindo-se por “teias” de sustentação do presente, imprimindo ao passado composições. Embora a memória esteja amalgamada ao passado, é do presente que a narrativa emerge, orientando a tessitura da narrativa sobre um passado. Assim, as novas composições e reconfiguração fazem parte do processo de construção/reconstrução no movimento presente-passado. Em uma sociedade constituída de povos migrantes, este processo ocorre de forma mais acelerada, os “caminhos pela terra percorridos na memória”, demonstram essa situação.

Ao funcionar como “esteira” no processo migratório, as ações governamentais, sob os jogos políticos, construíram pontes e estradas, que conduziram os povos migrantes para o oeste brasileiro. Como é possível inclusive sublinhar no relato do senhor D. M., a ponte Marechal Rondon, inaugurada no ano de 1960, facilitou este movimento.

*[...] A ponte estava com dois anos de feita, engatava uma segundinha na ponte de Cáceres vinha parar em Mirassol D'Oeste, aquela segundinha chorada, não tinha jeito de corre de anda, gastava quase um dia de viagem [...]. No tempo de chuva era buraco e lama, no tempo da seca era poeira [...]. (Entrevista do senhor D.V.)*

Com a construção da ponte Marechal Rondon, percebe-se a preocupação do Estado com as políticas de “ocupação” do oeste brasileiro, com as vendas de terras, e escoamento da produção agrícola que exerciam um papel de destaque na arrecadação de impostos. Nessa época com o término da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960, criação da SUDAM e do BASA, em 1966, e a criação do INCRA, em 1970, o governo disponibilizou para os grandes grupos econômicos estímulos na aquisição de terras no oeste brasileiro (IANNI, 1979), como foi relatado no início dessa seção.

O Estado exerceu um papel estruturante no financiamento da estrutura de viabilidade logística da migração, principalmente a partir da década de 1970. “O plano de Integração Nacional (PIN), estabelecido no início de 1970, planejou as rodovias federais na Amazônia Legal, destacando-se a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a Perimetral Norte.” (BARROZO, 2008).

No entanto, o papel estatal na constituição de pontes e estradas não podem receber todos os “méritos” da “ocupação” dos “vazios demográficos”, como propagado pelo Estado. A carência de uma estrada adequada para o tráfego entre a sede da Cidade de Cáceres e a gleba de Mirassol D’Oeste (aproximadamente noventa quilômetros), vizinho a de “Quatro Marcos”, (trecho pertencente a via Cuiabá-Porto Velho), não fora empecilho para os povos migrantes, como traduziu o senhor D.V., acima, ao relatar sobre o trajeto “engatava uma segundinha na ponte de Cáceres, vinha parar em Mirassol D’Oeste, aquela segundinha chorada”. Ou seja, apesar das dificuldades de conduzir um caminhão em uma estrada com péssimas condições, carregado de mudanças em segunda marcha, por quase noventa quilômetros, levando um dia, a aposta valeria toda a dificuldade.

Mediante os obstáculos percorridos pelo corpo físico, delineia-se os caminhos da memória. Apesar da ação do Estado neste período nas obras de acesso ao oeste brasileiro, algumas ações realizadas pelo poder público como a construção da ponte sobre o rio Paraguai, Marechal Rondon, originaram um elemento basilar neste processo de “migração espontânea”<sup>47</sup>, ocorrida no sudoeste de Mato Grosso, a partir da década de 1960.

---

<sup>47</sup> Sobre o conceito de “migração espontânea” ou “colonização espontânea” ver: Ianni, (1979).

**Figura 1-** Ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai (1960)



**Fonte:** Acervo e foto Eng.º Adilson Reis. (MENDES, 2009, p. 121)

A ponte Marechal Rondon facilitou a realização do “sonho” de homens e mulheres no acesso à terra, entretanto contribuiu com a estreiteza das terras de povos tradicionais como, indígenas e quilombolas que viviam na região. A fotografia é produzida com uma determinada intenção. E a imagem gera no observador outras imagens mentais, estando ligada a um processo de memória. Molina nos ajuda a entender este processo como:

A polissemia da mensagem visual envolve ramificações de associações, uma multiplicidade de símbolos e interpretações e possui como variável um repertório cultural construído em meio às relações sociais e históricas, implicando também pela ótica do leitor, a seleção de significados, escolhendo alguns, excluindo outros. (MOLINA, 2008, p. 125).

Molina observa que a imagem de uma fotografia é polissêmica e está carregada de significados variáveis. Os caminhos que um observador traça ao olhar uma imagem conectam a um repertório cultural, levando a interpretações e possibilidades variadas de leitura. O ângulo da imagem fotográfica sugere que foi extraída a partir do posicionamento de uma aeronave, muito provavelmente contratado pelo poder público para registrar a ponte recém-inaugurada, com o objetivo de propagar esta notícia.

Mesmo com a ponte, o caminho não era nada fácil, no início da década de 1960 gastava-se quase um dia de viagem da sede de Cáceres até o povoado de São José dos Quatro Marcos, enfrentando todas as adversidades possíveis. Sobre as dificuldades enfrentadas na mudança do estado de São Paulo para o estado de Mato Grosso, o senhor S. C. G. relata que:

*[...] nós arrumou um caminhão pra fazer a mudança, nós veio em sete mudanças num caminhão só, gastou nove dias pra chegar aqui em Mato*

*Grosso...Aí chegamos, fizemos tudo do jeito de chegar no sítio, **naquele tempo não tinha estrada, só tinha uma picada no meio do mato** [...]. Aqueles que estava em riba do caminhão fico todo rasgado...**aqueles arranha gato que tinha rasgou toda a roupa**, ficou tudo pelado sem camisa virou as tiras as roupa deles, e foi verdade mesmo o que aconteceu[...]. (Entrevista do senhor S. C. G.).*

O relato do senhor S.C.G descreve a mudança de sua família para Mato Grosso. A viagem longa de nove dias em estradas de péssima qualidade e desconfortável sobre um caminhão, com sete famílias e, que ainda, acomodavam animais, ferramentas para trabalho com a terra, alimentos, objetos pessoais e alguns móveis, deixavam o trajeto ainda mais cansativo. O ato de enfrentar esse processo migratório seria inconcebível nos dias atuais, necessitando o senhor S.C.G. afirmar no final do relato que tudo seria a “verdade mesmo o que aconteceu”.

Na tentativa de ofuscar as adversidades do processo migratório para o sertão mato-grossense, o Estado por meio do “poder simbólico” de comunicação, propagava um discurso pautado na construção de uma realidade que fosse suficiente para atrair uma grande quantidade de homens e mulheres migrantes. Nesse sentido, às análises apresentadas por Guimarães Neto (2002), em *A Lenda do Ouro Verde*, traça uma escrita que expõe os múltiplos “jogos” de poder e análise de discurso que instituíam uma imagem de “prosperidade e progresso” “àqueles” que se aventurassem a investir seus esforços na terra “que dava café sem geada”: essa era Alta Floresta/MT, imagem que também permeou o imaginário dos trabalhadores da terra de São José dos Quatro Marcos/MT.

Ao comparar os contextos de migração e colonização de Mato Grosso, Guimarães Neto (2009, p. 66) expressa: “Os contextos sociais e culturais da Amazônia são mais variáveis e heterogêneos do que as análises macrossociais deixam aparecer”. Podemos constatar por meio das entrevistas realizadas com os colaboradores da pesquisa, a ausência nas memórias de propagandas sobre as terras de Mato Grosso nos meios de comunicação como: jornais e/ou revistas, existentes em seus locais de origem. Pois, em Alta Floresta, a propaganda das terras nos meios de comunicação foi uma prática utilizada pelas empresas de colonização.

Questionados sobre as propagandas das terras de Mato Grosso, existentes nos meios de comunicação, os senhores D.M. e J.M. enfatizaram:

*[...] não, não, **era de boca à boca**, quem comunicava era as próprias pessoas que tinham vindo pra compra terra e depois voltava, e falava que a terra era boa, sabia que o outro também precisava, e já comunicava o outro, meu pai foi um desses que comunicou pra diversas pessoas. “Ó tem terra em Mato Grosso, você não quer ir, pra lá, vê?” Eles combinavam e viam [...]. Vinham de perua, estrada de terra de lá até aqui, só tinha asfalto dentre da cidade de Cuiabá, chegava na ponte de Cáceres terminava até a estrada era só trieiro, aquela estradinha, funil [...]. (Entrevista do senhor D.M).*

*[...] tem o Manuel Raia, é um dos fundadores de Mirassol D'Oeste, aí ele começou a falar com meu pai, tinha um tal de Tônico que era cunhado do Manuel, e começaram a conversar, conversa com um, conversa com outro, e começou você sabe! Onde chegou a notícia que o Mato Grosso era bom, os vizinhos já fizeram aquele alvoroço. Que lá é bom, que lá é isso, é aquilo, a terra é muito barata é de graça, o governo dava garantia, a escritura era tirada em Mirassol/SP, não tinha nada errado tudo na lei, aí foi empolgando [...]. O Antônio de Melo, que mora aqui no Barreirão, comprou. Ele veio antes da gente, era vizinho nosso...O nome do corretor era Miguelzinho, e convidou o meu pai pra vim conhecer as terras aqui, e meu pai veio estava um bafafá danado, todo mundo falando do Mato Grosso. Cada um esparramou pra um lado [...]. (Entrevista do senhor J.M).*

Ainda que ausente nas memórias dos migrantes que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos, foi corrente a propaganda das terras de Mato Grosso nos meios de comunicação durante este período. Heinst (2003)<sup>48</sup> identificou diversas propagandas durante a década de 1950, reportadas nas edições do jornal, *O Estado de Mato Grosso*. Dessa relação, o poder simbólico, em sua dinâmica invisível e exercido em cumplicidade, e do jogo político (BOURDIEU, 2010) ainda figuram persuasivos dos discursos oficiais ou não, na propagação da terra “fértil”, sobre os migrantes, naturalizando as adversidades enfrentadas no processo migratório.

Do mesmo modo, Custódio (2005) identifica em sua pesquisa sobre a cidade de Sorriso/MT no norte do estado de Mato Grosso, elementos de propagandas sobre as terras, em revistas e jornais, com a intenção de atrair homens e mulheres migrantes para promover a reocupação da Amazônia nos moldes capitalistas. “No bojo da política de (re) ocupação da Amazônia, iniciada na década de setenta do século vinte, a propaganda foi também uma aliada do Estado que intencionava atrair grupos sociais diversos para a ‘nova fronteira’ agrícola”. (CUSTÓDIO, 2005, p. 74).

As propagandas, neutralizavam as adversidades enfrentadas no processo de migração, como podemos constatar pelas imagens fotográficas, que seguem. Nelas são retratadas a chegada dos migrantes na sede da cidade de Cáceres, na década de 1970, que funcionou como um ponto de apoio para acessar as glebas pertencentes ao município, como foi o caso de São José dos Quatro Marcos.

---

<sup>48</sup> Sobre as propagandas das terras de Mato Grosso reportadas nas edições do jornal, *O Estado de Mato Grosso* na década de 1950, ver: Dissertação de Mestrado de Andréia de Cássia Heinst, *Pioneiros do século XX: Memória e relato sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste*, apresentada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

**Figura 2** - Flagrantes da migração em Cáceres, década de 1970: transporte de migrantes por caminhões



**Fonte:** Acervo de Natalino Ferreira Mendes. (MENDES, 2009, p. 209).

A imagem evidencia migrantes vindos provavelmente de regiões diversas do país, não se sabe qual a intenção do fotógrafo. Contudo, as imagens trazem características presentes também nos relatos do senhor S. C. G., como o grande número de famílias transportados em caminhões de pequeno porte, conhecidos como “caminhão toco” (que possui apenas um eixo na traseira), que, quando adaptados para o transporte de pessoas, eram denominados “pau de arara”. Devido à péssima qualidade das estradas também descritas nas narrativas, este seria um dos poucos veículos apropriados para enfrentar as dificuldades de acesso as glebas do interior do estado de Mato Grosso.

Alguns elementos chamam atenção, como a grande quantidade de crianças – algumas sem roupa, talvez pelo calor ou pelo fato de simplesmente não possuir vestimentas suficientes para enfrentar uma viagem longa que poderia durar nove dias. Ao emergir em sua memória o senhor S.C.V. delinea-se a realidade familiar e elementos que compõem uma infância marcada por privações, de um tempo com poucos recursos. Na infância, as adversidades naturalizam-se com as brincadeiras e o “mundo da imaginação”. Entretanto, a consciência presente produz fios sobre as dificuldades do passado para expor uma narrativa pela qual a vida chegou no atual estágio.

*[...] aquele tempo era difícil, só comprava o rolo de pano, era o tal de brim, aquele azul, de tergal. [...] quando não tinha o dinheiro pra compra, você pegava aquele saco que vinha açúcar, a minha mãe costurava na máquina,*

*fazia short. [...] era muito difícil chega numa casa que tinha um menino que tinha mais que dois shorts de suspensório! Não usava camiseta não, tirava um pra mãe lava e colocava outro, só tinha dois, só andava sem camisa, que nem bugre [...]. (Entrevista do senhor S.C.G.)*

A situação de carência dos povos que migraram para o sudoeste mato-grossense, é evidenciado por meio das memórias que não se acomodam. As adversidades dos tempos de migração, que naquele momento eram naturalizadas. Por outro lado, quando rememoradas a partir do presente, estabelecem analogias com a vida contemporânea, promovendo nesse sentido, sentimentos de um passado marcado por amplas dificuldades.

**Figura 3** - Flagrantes da migração em Cáceres, década de 1970: o cuidado das mulheres com os filhos



**Fonte:** Acervo de Natalino Ferreira Mendes. (MENDES, 2009, p. 210).

Nessa imagem, o fotógrafo evidencia o cuidado das mulheres com as crianças e um aparente cansaço identificado pelo posicionamento dos corpos: algumas sentadas e outras encurvadas com crianças no colo. Enquanto provavelmente pela proximidade dos homens com os caminhões, isso demonstra, talvez, a preocupação com o meio de transporte em completar a viagem, que poderia durar nove dias (ao menos um homem dentro da cabine e outro olhando o caminhão pelo lado de fora).

**Figura 4** - Flagrantes da migração em Cáceres, década de 1970: transporte de migrantes e animais



**Fonte:** Acervo de Natalino Ferreira Mendes. (MENDES, 2009, p. 210).

Nessa imagem o que mais chamou a atenção foi o transporte de animais ao lado dos povos migrantes com seus pertences. Tudo que fosse possível trazer na mudança eram colocados nos caminhões, pois, muito provavelmente, não retornariam mais para seus locais de origem.

Os obstáculos percorridos pelo corpo físico no processo migratório, forneceram elementos para compor o desenho da memória de homens e mulheres que migraram para o sertão mato-grossense. Ao rememorar a mudança para Mato Grosso em um “pau de arara”, o senhor S.C.G. percorre as marcas deixadas pelo processo migratório na memória, “naquele tempo não tinha estrada, só tinha uma picada no meio do mato. [...] aqueles que estava em riba do caminhão fico todo rasgado. [...] aqueles ‘arranha gato’ que tinha rasgou toda a roupa, ficou tudo pelado sem camisa, virou as tiras as roupa deles” (Sic). Essas marcas do passado, que se mobilizam pela memória auxiliam na apreensão da composição do “novo povoado”, explicitando as relações dos sujeitos que vivenciaram o processo migratório, fazendo emergir o pertencimento da condição de uma nova vida, compartilhada na memória coletiva.

Assim, buscamos tratar do papel da terra no processo migratório, traçando um quadro da reocupação do território que posteriormente se tornaria a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, apresentando os “jogos” de interesses envolvidos (políticos, econômicos, culturais) que em tal processo foi instituído.



## 4. A MIRAGEM DA ENCRUZILHADA

### 4.1 “QUATRO MARCOS”: A encruzilhada que virou cidade

Quais elementos são fundantes para caracterizar uma cidade? Como os indivíduos/sujeitos aparecem na constituição desse espaço? Quais seriam as normas sociais e culturais para imprimir a vida coletiva em uma cidade? Como um espaço constituído de pessoas com vivências e costumes diferentes, fundasse em uma unidade social? No movimento de apreensão do objeto que deu origem a esta dissertação, cabe sublinhar que podemos compreender a complexidade por meio das conexões e combinações história/memória e história oral/narrativa de atores/testemunhas que constituíram o espaço da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

Partimos da proposição da cidade como um ambiente de memórias e dimensões temporais e espaciais, que crivam as memórias com fatos, relações, conflitos, um “lugar de história”, no qual são forjados consensos, dinâmicas de poder, de vida social, cultural, de reprodução/transformação, em que se confronta o significado do oficial e não oficial, de disputas, e que se documenta sentidos e representações históricas. Ou seja, as cidades se instituem como “teias” de narrativas, constituindo os saberes históricos ao longo do tempo.

Ao trabalhar com narrativas de memória devemos compreender o contexto em que foi produzida, estando atento aos sentimentos e percepções de mundo dos narradores. Ecléa Bosi (1994) concebe o ato de “rememorar”, como uma recriação do passado, dessa maneira, mediante às narrativas de memórias, registram-se as vozes que compõem não apenas a memória pessoal, mas também uma memória social que tem na cidade seu elemento fundante.

Para Michel Certeau (2014, p. 160), a “cidade” é acentuada por uma “tríplice operação”, primeiro, através da organização racional deve estabelecer uma “produção de um espaço próprio”. Segundo, “substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições”. E, como última operação, “a criação de um sujeito universal e anônimo que é próprio da cidade”. Mediante esse tripé, torna-se possível a existência de uma unidade entre os indivíduos/sujeitos que pertencerão a um lugar próprio, em que suas tradições e costumes diversos, assentam-se em um mesmo espaço, que não é apenas físico, mas também cultural e social.

As narrativas de memória delineiam o cotidiano filtrando e compondo os saberes históricos produzidos sobre uma sociedade com características próprias. Qualifica-se, assim, a formação de um espaço social que não está apenas sob a tutela de uma administração pública, mas que compõe elementos estruturantes da vida em grupo. Delineia-se, dessa tríplice operação, a cidade como um lugar de memória.

Está expresso na memória do senhor D. M., alguns elementos constituintes e fundantes

da cidade de São José dos Quatro Marcos:

*[...] no começo de 1966 por aí [...]. Tinha uns botequins ali, do finado Miguel Marin, onde é a casa do Carlão hoje, tinha outro mais aqui na esquina, que era do finado Manoel Paulino, era só, então aquele povo domingo de tarde juntava naqueles botequins ali, eu estava lá esse dia, três horas da tarde, na sombra da casa assim, aí um tomando um guaraná, o outro tomando uma cerveja, o outro comendo um doce [...] Aí um falou nós podíamos formar uma cidade aqui, aí o finado Zeferino falou assim: “Quem quiser construir uma casa, mas tem que construir, eu dou um terreno de graça, quem quiser construir eu dou de graça a terra!”. Ali onde é a igreja católica hoje era tudo dele, e o Luís Barbosa era da avenida pra baixo, o Luís Barbosa falou: “eu também dou, mas é pra construir”. Rapaz aí começaram, acho que baseava a rua lá e começaram a construir e eles foram dando terreno. Aí um falou assim: “Espera aí, mas pra ser uma cidade tem que ter uma praça, tem que ter uma igreja. Como é que faz?”. Aí o Zeferino falou assim: “Eu dou duas quadras, uma pra construir a igreja e outra pra praça, eu dou!”. Aí teve um que falou assim: “E quem vai construir a igreja?”, aí teve uns lá, que se propôs a construir, Indalécio de Carvalho, mais outro, e o finado Gerônimo Marangão, e ele falou: “Eu vou ver se consigo as telhas”, aquele tempo ninguém tinha telha, era tudo coberto de cavaco, mas ele foi em Cáceres e conseguiu um caminhão de telha, comprou. Eu sei que foram no mato serra madeira, derrubava aquelas toras, e dentro de pouco tempo construiu a igreja de tábuas coberta de telha, em menos de sessenta dias estava pronto, onde é a praça hoje, não onde é a igreja. E quem que vai tomar conta da igreja? Aí apontaram o finado Euridio Marangão e eu, pra comandar a igreja, eu falei tudo bem a gente ajuda. Um perguntou: “Mas como que vai chamar isso daqui? Nova Paulista não, porque já não foi pra frente, tem que ser outro nome!”. O finado Zeferino falou: “Eu dou as duas quadras pra igreja, eu dou lote pra quem quiser construir, só que eu quero, que o padroeiro seja São José!”, aí tudo mundo falou, “tudo bem”, o santo não importa. Tinha um que estava bem bebum sabe, meio tombando já, aí esse bebum falou assim: “Aqui não é quatro marcos? Essa encruzilhada não tem o nome de quatro marcos? O padroeiro não é São José? Então, São José dos Quatro Marcos!” Pegou, está até hoje, e tudo mundo que pegou os compromissos, fez os compromissos, e hoje Quatro Marcos está aí o que é! [...]. (Entrevista do senhor D. M.)*

No relato do senhor D. M., percebe-se alguns elementos representativos da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. O espaço *a priori* delimitado pela corretora para ser construído a sede da cidade foi preterido pelos moradores da época, localizava-se na comunidade Figuerão, distante da “encruzilhada” que virou cidade a dez quilômetros. O nome dado de Nova Paulista pela corretora para a cidade também não foi aprovado pela população.

O local escolhido pelos primeiros migrantes para constituir a parte urbana da nova cidade era um ponto de referência para os encontros, já possuía dois botecos onde eram comercializados alguns produtos, como cerveja, guaraná e doces. Como podemos constatar em outra fala do senhor D. M.

*[...] aquela **encruzilhada** ficou conhecida por **Quatro Marcos**, “lá naqueles quatro marcos”, “encontrei fulano lá nos quatro marcos”, “fulano estava parado lá em quatro marcos”. Assim ficou com nome de Quatro Marcos, principalmente os picadeiros conversando entre eles, picadeiro era aqueles*

*que vinham abrindo as picadas para cortar os terrenos [...]. (Entrevista do senhor D. M.).*

A “encruzilhada” era um dos poucos locais abertos dentro da mata fechada que serviu de divisão para as primeiras propriedades rurais, tornando-se uma referência para encontros. Logo aparece a preocupação em construir os espaços de convivência social, como igreja e praça. Agnes Heller (2016, p. 126) destaca que toda vida social seria inimaginável sem imitação: “A imitação manifesta-se sobretudo como imitação dos usos. Em todos os estágios do desenvolvimento social, o homem nasce num mundo já ‘feito’, numa estrutura consuetudinária já ‘feita’”.

A preocupação em construir a praça e a Igreja Católica, demonstra a necessidade social e cultural de definir esses espaços para caracterizar uma cidade, “imitando” outros espaços de convivência social, constituídas nos locais de origem dos novos habitantes. As dificuldades apresentadas nas narrativas de memórias encontraram no trabalho social e nas doações, as soluções para resolver os problemas iniciais para construção da nova cidade em meio a mata fechada. Como nas doações de terreno para construção de uma igreja, praça, terrenos para construção de casas feitas pelo senhor Zeferino José de Matos, e doações de terrenos, também, realizadas pelo senhor Luiz Barbosa<sup>49</sup>.

A atitude de ceder um espaço central de destaque para a Igreja Católica, preterindo outras denominações religiosas, contribuiu para formação de um “sujeito universal e anônimo” (CERTEAU, 2014, p. 160). Este “sujeito universal” estaria sobre a guarda do santo padroeiro “São José”, escolhido pelo doador do terreno para construção da igreja.

Mesmo a cidade sendo constituída por intermédio de um espaço próprio de saberes, costumes e culturas, não estaria “livre” de amarras sociais externas. Esta seria a cidade “utópica” apresentada por Certeau (2014, p. 160), que para produzir este espaço caracterizado enquanto cidade institui o “sujeito universal”.

Ao descrever a “encruzilhada”, o senhor D.M. estabelece a conexão entre passado/presente e, a partir dela, que a cidade de São José dos Quatro Marcos é tecida enquanto “lugar de memória”<sup>50</sup>. O local concebido para constituir a cidade estabelece as dimensões espaciais e temporais da constituição de um ambiente de memórias, forjados por dinâmicas de

<sup>49</sup> Os senhores Zeferino José de Matos e Luiz Barbosa, são considerados pela História oficial produzida pelo poder público, pioneiros da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.

<sup>50</sup> “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentido de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memórias porque não há mais meios de memória.” (NORA, 1993, p. 07).

“poder”, como apresentado no relato do senhor D.M. que proporciona destaque a fala do senhor Zeferino José de Matos, considerado o “fundador” da cidade: “Eu dou as duas quadras pra igreja, eu dou lote pra quem quiser construir, só que eu quero, que o padroeiro seja São José!”. (Entrevista do senhor D.M).

“As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória” (BOSI, 1994, p. 444). As delimitações de ruas e obras públicas ou comunitárias como igreja e praça partem da delimitação da “encruzilhada” que acomodam essas memórias da cidade. Ao rememorar como foi feita a escolha dos espaços de convivência social da cidade, o senhor D.V. principia este ato, diante das atuais edificações de alguns espaços como “[...] onde é a casa do Carlão hoje [...]” ou das próprias vias urbanas que permanecem ocupando o mesmo espaço.

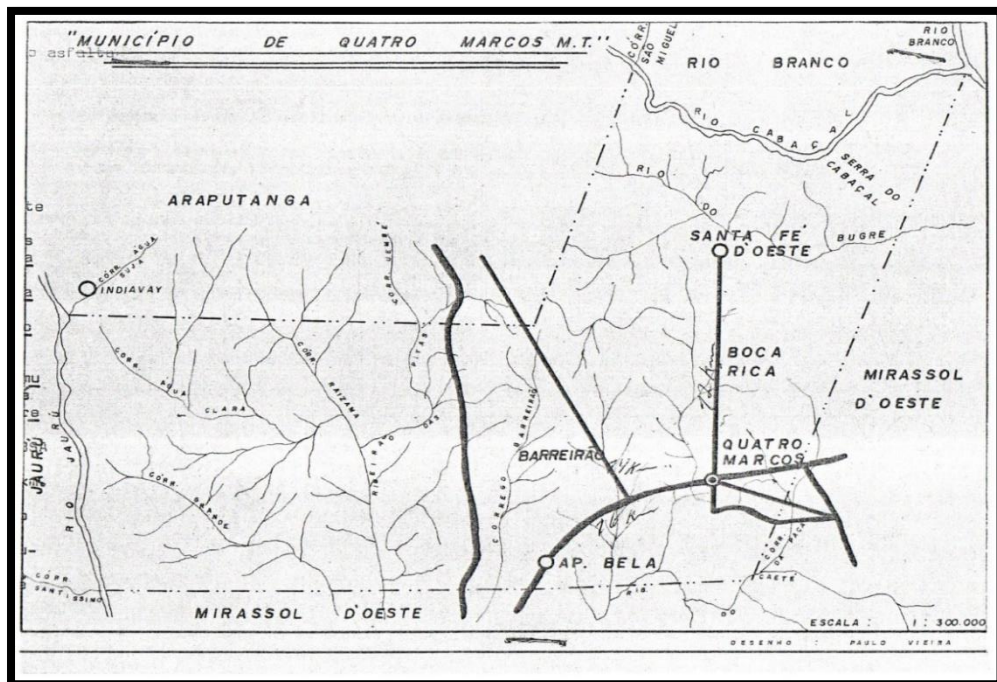
Bosi (1994) destaca que alguns locais da cidade são evocados na memória como pontos de atração, como seria o caso da “encruzilhada” (os quatro marcos) que originou o nome da cidade e as duas avenidas principais, atualmente avenidas São Paulo e Dr. Guilherme Cardoso Pinto. Os relatos do senhor D.V. evidenciam essa ordem que se forma na constituição dos espaços por meio da delimitação da “encruzilhada” que serviu de referência.

A partir da memória, o entrevistado constrói um mapa afetivo particular da cidade ainda em formação. Esta memória afetiva sobre a cidade é capaz de promover um novo desenho, dos espaços sobre os elementos que mais lhe provocam o sentimento de pertença. Ao trazer para a superfície da memória as lembranças da criação dos espaços de convivência social, cria-se um novo ritmo, espaçando ou contraindo a memória por meio das vivências. Para Heller (2016, p. 16), “O que se altera não é o tempo, mas o ritmo da alteração das estruturas sociais”, o tempo assim torna os acontecimentos irreversíveis.

Nesse sentido, ao compor a memória sobre a cidade de São José dos Quatro Marcos, racionalizando-a, investe-se, nessa mesma medida, um saber comum para localizar a sua “história”, fundando um ambiente próprio de memórias e dimensões temporais e espaciais. São nas narrativas que delineiam as disputas do oficial e não oficial, compondo os ritmos diversos na constituição da cidade enquanto território regulamentado e racional.

A imagem abaixo apresenta um croqui da cidade de São José dos Quatro Marcos, confeccionado em 1980, contendo: a) os limites geográficos com as cidades circunvizinhas (ao norte, Araputanga e Rio Branco; ao sul e leste, Mirassol D’Oeste; e, ao Oeste Jaurú e Indiavaí); b) as principais estradas municipais e vicinais; c) a rede hidrográfica natural com os dois principais rios Cabaçal e Jauru e córregos em destaque d) as duas comunidades, que possuíam agrupamentos em forma de vila, caracterizadas atualmente como distritos, Santa Fé D’Oeste e Aparecida Bela, distantes 16 e 17 quilômetros respectivamente da sede da cidade.

Figura 5 - Croqui da área de atuação da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT



**Fonte:** Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural a Nível Local -EMATER, 1980. Desenho Paulo Vieira, escala: 1: 300.000.

Santos (2018) expressa o conceito de território “regulamentado”<sup>51</sup>, identificando nos territórios o papel do Estado e da globalização, na constituição de práticas ligadas ao cotidiano, que delimitam e moldam as diferenças e oposições dos sujeitos. Por meio das memórias identifica-se este sujeito que vai sendo moldado como um ser universal e “anônimo” que é próprio da cidade.

A memória atua como uma espécie de testemunha viva da história, mobilizando-se por versões oficiais ou não, verdadeiras ou fictícias: entre narrativas criadas e recriadas, reproduzidas e transformadas<sup>52</sup>. Sob essa medida inicial, é imperativo afirmar que a própria concepção de temporalidade humana se conecta a memória e impacta sobre os saberes históricos, oficiais ou não, que singulariza o sujeito do cotidiano.

Agnes Heller (2016) conceitua a vida cotidiana como:

[...] a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias [...]. (HELLER, 2016, p. 35).

<sup>51</sup> “Por meio da regulamentação, a compartimentação dos territórios, na escala nacional e internacional, permite que sejam neutralizadas diferenças e mesmo as oposições sejam pacificadas, mediante um processo político que se renova, adaptando-se às realidades emergentes para também renovar, desse modo, a solidariedade.” (SANTOS, 2018, p. 83).

<sup>52</sup> “[...] mostrar a amplitude e as singularidades deste conceito [memória]. Difícil de ser sintetizada de uma forma abrangente e única, a memória é diferenciada e estudada em muitas áreas do conhecimento e em muitas épocas” (KENSKI, 1995, p. 139).

Como ponto de partida da vida cotidiana, funcionam como organizativas e constitutivas do ser social. Heller (2016) destaca que toda vida social possui uma estrutura existente no interior do cotidiano sempre configurado no espaço e tempo pelo modo de produção. Se partindo desse pressuposto, as narrativas históricas sob a dinâmica da memória, mesmo na complexidade e multifacetação, balizam para conhecer e interpretar as práticas sociais.

Mediante à cidade como construção de espaço social, é que as narrativas se moldam nas “teias” de memórias. A regulamentação do território de São José dos Quatro Marcos pelo Estado inicia-se em 1979<sup>53</sup>, ano de sua emancipação política. Nesse período, a cidade já possuía uma população de 18.208 habitantes, estando concentrados 68% (12.328 habitantes) na zona rural e 32% (5.876 habitantes) na área urbana, (IBGE: censo 1980). Os trabalhadores da terra estavam distribuídos em 40 “comunidades”<sup>54</sup> rurais. Veja quadro a seguir:

**Quadro 1 - Comunidades rurais e distância da sede da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, 1980**

Nº.	COMUNIDADE	DISTANCIA DA SEDE
01	Serrinha	03 km
02	Caetezinho	05 km
03	Cruzeirinho	05 km
04	Figueirinha	06 km
05	Caeté	06 km
06	Ressaca	06 km
07	Poção I	06 km
08	Poção II	06 km
09	Boca Rica	07 km
10	05 de Fevereiro	07 km

<sup>53</sup> Antes de ocorrer a emancipação em 1979, no dia 04 de outubro 1977 o deputado Airton Reis apresentou a lei estadual nº. 3.934, que aprovada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, emancipou o distrito de Mirassol D'Oeste, tornando-o cidade e criou também o distrito de São José dos Quatro Marcos pertencente a Mirassol D'Oeste. Já no dia 30 de novembro de 1979 alguns deputados pedem a emancipação de 15 distritos do Estado de Mato Grosso, sendo eles: Alta Floresta, São José do Rio Claro, Sinop, Juscimeira, Água Boa, Canarana, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Salto do Céu, Nova Brasilândia, Paranatinga, Jaurú, Araputanga, Rio Branco e Colíder. Somente nove destes distritos conseguiram a emancipação, ainda neste ano. Um deles foi São José dos Quatro Marcos. Pedido de emancipação política de quinze distritos do estado de Mato Grosso, no dia 30 de novembro de 1979. Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

<sup>54</sup> Caracterizava-se, enquanto “comunidades” rurais, agrupamentos de pequenas propriedades que possuíam uma “comunidade religiosa” da Igreja Católica e uma unidade de ensino (escola do campo ou apenas uma sala de aula), constituindo um total de quarenta comunidades. Apenas duas comunidades constituíam agrupamentos em forma de “vila”, que são Santa Fé D'Oeste e Aparecida Bela, distantes dezesseis e dezessete quilômetros respectivamente da sede da cidade.

11	Salvação	09 km
12	Corgão	09 km
13	Córrego da Onça	10 km
14	São Sebastião	10 km
15	Nova Paulista	10 km
16	Figueirão	10 km
17	São Domingos	11 km
18	São Manoel	11 km
19	São Miguel	11 km
20	Santa Fé D' Oeste	12 km
21	Barreirão/São Pedro	12 km
22	Água Limpa	13 km
23	Córrego da Abelha	15 km
24	Lagoa São José	13 km
25	02 Martelos	15 km
26	Aparecida Bela	16 km
27	Santa Rosa	16 km
28	Santa Cecília	17 km
29	Pitas	18 km
30	Brinco de Ouro	18 km
31	Borda da Mata	18 km
32	Embarcadouro	22 km
33	Santa Terezinha	26 km
34	Ribeirão das Pitas	28 km
35	Gleba Cuiabana	32 km
36	Bandeirante	35 km
37	Barra Clara	40 km
38	Sumaúma	44 km
39	Água Clara	46 km

40	Adriana	50 km
----	---------	-------

**Fonte:** O quadro foi construído a partir de dados obtidos nos Planos de Assistência Técnica e Extensão Rural a Nível Local (EMATER), entre os anos de 1980 e 1985.

O quadro das comunidades, juntamente com o censo do IBGE de 1980, explicita uma cidade de origem rural. Assim, a lógica econômica/cultural/social que regia tal espaço estava intrinsecamente relacionada à terra. Os elementos que compõem as comunidades rurais delineiam o espaço social da cidade, como as práticas de mutirão<sup>55</sup> e a reza do terço, geralmente em devoção ao santo padroeiro da comunidade. Ao rememorar as vivências comunitárias, o senhor S.C.G. caracteriza a dinamicidade da memória coletiva por meio de ações de ajuda mútua.

*[...] ajuntava um tanto de gente pra fazer um **mutirão**, a gente trabalhava a semana toda, quando chegava no sábado, alguém chamava para fazer um mutirão pra limpar uma roça, e **todo mundo topava**, reunia umas dez ou quinze pessoas...Aquele tempo não tinha muita gente, era pouco, né **na comunidade que você morava perto** [...]. Aí combinava de pegar na roça de alguém, chegava lá era uma fartura o almoço, era carne de frango, carne de porco frita...Você olhava, a lata estava lotada de carne de porco [...] A carne de porco era guardada frita na banha do porco pra conservar...Quando não estava frita, você chegava na propriedade já tinham separado o porco pra matar, pra fazer o almoço pro povo que estava trabalhando no mutirão, era uma alegria quando chegava na hora do almoço [...]. Quando era mutirão o almoço saía um pouquinho mais tarde entre dez, onze horas, porque o povo naquela época era acostumado almoçar nove hora [...]. Quando acabava o almoço, e o povo ia pega na enxada de novo, o povo ficava até desacomodado com abarriga cheia, de tanto que comia...**aquele tempo quase não tinha festa, rezava terço**, cada dia era na casa de uma pessoa, os terço era uma coisa abençoada por Deus, o povo fazia, doce, biscoito, fazia doce de todo tipo pra servir depois do terço, depois que acabava de rezar o terço ia bebe chá de chocolate que eles fazia, aquele chá gostoso, quentão [...]. (Entrevista do senhor S.C.G)*

A memória do trabalho coletivo e solidário com a terra marcou a vivência dos homens e mulheres que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos. Para os trabalhadores da terra era o espírito de solidariedade que estruturava as ações comunitárias interligadas por meio dos mesmos interesses e atividades. Os trabalhos de mutirão eram realizados sempre aos sábados, mobilizados por uma convicção religiosa cristã/católica de “guardar” o domingo para o senhor.

Ao descrever a fartura de alimentos existentes no período de constituição da cidade, o senhor S.C.G. evidencia a produção de alimentos para manutenção individual e coletiva dos trabalhadores da terra. A distância dos grandes centros urbanos não representava empecilho, na manutenção da vida no povoado escasso de produtos industrializados. Dessa forma, a cidade

<sup>55</sup> Mobilização coletiva de ajuda mútua, prestado gratuitamente, utilizado geralmente para limpeza de roçado.



enquanto lugar de memória, também se desenvolve nas ações comunitárias de vivências do trabalho coletivo com a terra.

Heller (2016), ao tencionar o conceito de comunidade, desenha sua abrangência:

A comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispendo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se ‘estar lançado’ nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido. (HELLER, 2016, p. 104-105).

Para Heller (2016), nem todo grupo pode ser considerado comunidade, assim como as classes sociais não podem livremente representar uma comunidade. Entretanto, os indivíduos desenvolvem diferentes formas comunitárias, como a comunidade religiosa, que movida pela fé resiste sem abalos satisfazendo sempre a confiança dos trabalhadores da terra.

Ao descrever as atividades de lazer existentes no tempo de constituição do povoado, o senhor S.C.G. destaca as práticas religiosas existentes nas comunidades rurais: “aquele tempo quase não tinha festa, rezava terço”, religiosidade e fé, são ações humanas que resistem essencialmente em condições de adversidades, como as enfrentadas por homens e mulheres que migraram para Mato Grosso.

Nesse sentido, outras atividades econômicas foram surgindo em detrimento das praticadas com a terra, como o aparecimento de vários comércios que passariam a se fixar na cidade entre eles: alguns armazéns de secos e molhados, lojas, serrarias, beneficiadoras de cereais, entre outros. Tal situação podemos constatar, ao analisar a “exposição do motivo”<sup>56</sup> para emancipação política de São José dos Quatro Marcos, na qual:

[...] a arrecadação de impostos na área deverá ultrapassar a casa dos Cr\$ 7.000.000,00, em 1979, levando em consideração a produção de café, feijão, arroz, algodão e milho, e assim o movimento comercial assentados em 39 estabelecimentos industriais, sendo: 04 de beneficiamento de madeira, 05 de fabricação de móveis, 02 beneficiamento de café e 13 beneficiamento de arroz; e 102 estabelecimento comerciais, sendo: 04 farmácias, 03 escritórios, 01 padaria, 03 hotéis, 01 auto peças, 05 minimercado, 15 bares, 15 secos e molhados, 02 comercio de ferragem, 02 comércios de calçados, 03 restaurantes, 03 institutos de beleza, 03 salões de barbeiros, 01 cinema, 02 postos de gasolina, 02 sapatarias (conserto), 05 oficinas mecânicas, 03 oficinas de concertos, 06 açougues, 01 vidraçaria, 20 botequins [sic] e semelhantes, e 02 hospitais [...].<sup>57</sup>

O processo de emancipação política, dessa maneira, não somente contara com as

<sup>56</sup> Composto o processo de Emancipação Política da cidade de São José dos Quatro Marcos, foram apresentados os motivos que levaram alguns “representantes” da população, requererem a emancipação, sendo o principal, a existência de forte atividade econômica local.

<sup>57</sup> Folha 01, do processo de Emancipação Política da cidade de São José dos Quatro Marcos, 1979. Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

assinaturas de mais de cem comerciantes, como também, apresentara a receita tributária que o distrito produzia, o que mostrava o interesse desse grupo de comerciantes, com os recursos gerados no distrito em estar “submisso” a uma outra cidade. Por conta de tal preocupação e por terem seus “interesses atingidos” é que provavelmente fizeram frente no processo de emancipação política, em 1979.

O povoado, que estava regido pelo trabalho com a terra, inaugura com o processo de emancipação política os mecanismos que produzem os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos”. A concentração do “capital político”, nas mãos dos comerciantes da cidade, é imaginável devido ao “desapossamento de instrumentos materiais e culturais” dos trabalhadores da terra, indispensável à participação ativa na política. Esses “jogos” de interesses políticos compõe a cidade enquanto “campo político” (BOURDIEU, 2010).

A regulamentação do território em cidade estava relacionada com os “agentes políticos e econômicos ativos” de São José dos Quatro Marcos, já que o Estado geria a arrecadação de impostos, garantindo assim com a emancipação política, a manutenção de alguns tributos locais, e mais repasses federais e estaduais à cidade em formação.

Cumprindo a legislação, antes da emancipação de São José dos Quatro Marcos, ocorreu um plebiscito a fim de comprovar se a população “realmente” estava de acordo com uma “organização explicitamente formulada” com determinados fins políticos e organizada por um pequeno grupo de “interessados” (agentes politicamente ativos). Tal “jogo”, expresso no resultado do plebiscito de doze de novembro de 1979, apresentou um “resultado positivo” para os interessados, sendo aprovada a proposta de emancipação pela população com 173 votos a favor e, somente, 9 votos contra<sup>58</sup>. Por outro lado, os documentos que compõe o processo de emancipação política, oculta a participação ou abstenção de 18.026 habitantes da cidade (agentes politicamente passivos), seguindo como referência o censo de 1980 do IBGE.

Após este plebiscito, os “representantes” do distrito de São José dos Quatro Marcos elaboraram um requerimento e enviaram-no ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, pedindo oficialmente a emancipação.

Este requerimento, como foi expresso anteriormente, continha mais de cem assinaturas autenticadas pelo cartório da cidade de Mirassol D’ Oeste/MT, de pessoas que residiam e possuíam comércio em São José dos Quatro Marcos. Neste requerimento, apresentava-se uma

---

<sup>58</sup> Trata-se de um outro Plebiscito para ver o número de parcela da população de São José dos Quatro Marcos queriam a sua emancipação. Fonte: Processo de Emancipação Política da cidade de São José dos Quatro Marcos, 1979. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

estimativa de arrecadação da nova cidade de Cr\$. 7.000.000,00 anuais, em 1979, levando em consideração a produção de café, feijão, arroz, algodão e milho. Afirmam ainda que a “encruzilhada” que virou cidade possuía um movimento comercial assentado em 39 estabelecimentos industriais, como beneficiadoras de madeira, fábricas de móveis, serralherias, olarias e uma cerâmica; e 102 estabelecimentos comerciais. Estando também no documento assinalados os limites geográficos da “encruzilhada” a ser emancipada como cidade.

Tal requerimento foi levado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo deputado Aldo Borges. Assim, em quatorze de dezembro de 1979, foi aprovada a lei estadual nº. 4154<sup>59</sup>, elevando à categoria de cidade São José dos Quatro Marcos, desmembrando-a da cidade de Mirassol D’ Oeste, com o nome simplificado para Quatro Marcos<sup>60</sup>.

Além disso, percebe-se que tal requerimento parte dos interesses de um pequeno grupo de comerciantes que queria que suas atividades se expandissem. Daí o fato do número de assinaturas do requerimento (mais de cem) coincidir praticamente com o número de votos (cento e setenta e três) a favor da emancipação. Esses indícios nos levaram a interrogar: será que a emancipação política representaria grande mudança para os trabalhadores da terra de São José dos Quatro Marcos?

De que a população de São José dos Quatro Marcos se tornaria “livre”? Essa era a ideia que os “agentes políticos ativos” provavelmente almejavam propagar entre a população. Mas, será que em plena Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985), no governo do general João Batista Figueiredo (1979 – 1985), isso seria possível?

Quatro Marcos após a emancipação política, sob a influência da igreja católica, que produziu um “sujeito universal” devoto do santo padroeiro, voltaria a incorporar em seu nome, São José, originado do padroeiro da cidade: São José Operário. No dia dez de janeiro de 1984, foi alterada a denominação da cidade de Quatro Marcos para São José dos Quatro Marcos, conforme a lei estadual nº. 4.637.

Logo, as narrativas do presente que constituem as “teias de memória” voltam para “encruzilhada” como elementos de referência de composição da cidade, dando a São José dos Quatro Marcos esta condição de “lugar de memória e história”. A “regulamentação do território” em cidade, intensifica a institucionalização dos processos deste espaço social,

---

<sup>59</sup> Lei Nº. 4154. Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cf. anexo.

<sup>60</sup> Com a emancipação política, a cidade de São José dos Quatro Marcos teve como prefeito, o senhor Antônio Álvares, ex-vereador da cidade de Cáceres, nomeado pelo governador do Estado, Frederico Carlos Soares Campos. Este foi sucedido pelo senhor Durvalino Peruchi “primeiro” prefeito eleito pelo voto direto, em 15 de novembro de 1980, que tomou posse no dia 31 de janeiro de 1981, junto com o vice-prefeito e os vereadores.

ocultando tudo que possa remeter aos grupos sociais que prestaram resistência as práticas sociais do “saber moderno”, estabelecidas nos “jogos de poder”. Como seria o caso dos “calos do saber”, amalgamados na memória de grupos com práticas tradicionais.

## 5. OS SABERES HISTÓRICOS DA CIDADE

### 5.1 Os “calos do saber”

O conceito de homem estabelece o lugar dos atores/testemunhas na constituição da pesquisa. Paulo Freire (2006) considera o homem como sujeito em processos de discernimento prático-existente, ser de ação-reflexão – individual-coletivo – sujeito “de sua temporalidade” que se acha a raiz, por outro lado os homens estão sempre em condição de seu tempo histórico, e não são indivíduos estáticos e apenas contemplativos:

No ato de discernir, porque existe e não só vive, se acha a raiz, por outro lado, da descoberta de sua temporalidade, que ele começa a fazer precisamente quando, varando o tempo, de certa forma então unidimensional, atinge o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã. Na história de sua cultura terá sido o do tempo — o da dimensionalidade do tempo — um dos seus primeiros discernimentos (FREIRE, 2006, p. 48-49).

Sobre os saberes históricos provenientes das tradições, Freire (2006, p. 100) destaca: “Na verdade, se há saber que só incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático”. Disso, é possível apreender que este “saber” torna-se existencial, porque é constituído por relações humanas que possibilitam ser experimentados também por intermédio das memórias coletivas, tendo a memória o poder de filtrar, instituir e destituir os saberes ao longo do tempo, por meio de sua composição.

Nesse processo, o “homem sujeito” está inserido nas categorias históricas de sua sociedade, movimento das categorias de pensamento. Esse homem não apenas vive, ele existe ao longo da história, transmitindo experiências, recriadas e amalgamadas no tempo e com o tempo, tempo natural e o tempo humano, na dialética natural e humana<sup>61</sup>. Este vai desenhando seu mundo, na construção de uma sociedade também sujeito transformador, natural e humano, existencialmente capaz de transformar a própria realidade subjetiva e objetiva.

O “homem sujeito” é formado dentro das condições históricas da sociedade. Ao “rememorar” suas experiências, mobilizar lembranças, significativamente ou não, distorcidas

---

<sup>61</sup> Sobre a dialética natural e humana, Mészáros, filósofo marxista, faz uma profunda reflexão sobre o conceito da unidade dialética. A dialética de acordo com o autor é constituidora do real e, na mesma dinâmica, como um campo filosófico de construção metódica dos movimentos fenomênicos. A realidade como processo superação/transformação, uma das propriedades, consiste nas propriedades objetivas de qualquer manifestação fenomênica. Sendo o homem um fenômeno, o autor expõe o que segue: “fora da sua inter-relação dialética (e, com frequência, aparentemente autocontraditória). A transcendência, por exemplo, não é uma transferência para outra esfera, nem é apenas uma ‘supressão’ ou ‘preservação’, mas ambas as coisas ao mesmo tempo. Ou, para tomar outro exemplo: em contraposição a tantas concepções filosóficas, na visão de Marx o homem não é nem ‘humano’ nem ‘natural’ apenas, mas ambas as coisas: isto é, ‘humanamente natural’ e ‘naturalmente humano’, ao mesmo tempo. Ou ainda, num nível mais elevado de abstração, ‘específico’ e ‘universal’ não são opostos entre si, mas constituem uma Unidade dialética. Ou seja, o homem é o ‘ser universal da natureza’ somente porque ele é o ‘ser específico da natureza’ cuja especificidade singular consiste precisamente em sua universalidade singular em oposição à parcialidade limitada de todos os outros seres da natureza”. (2006, p. 19).

ou não, explicita sua formação singular e universal, local e global, fluída pela linguagem e sentidos, seja pela tradição oral ou pela oficialização da história, amalgamando a pluralidade e facetando à própria história – também compondo e composta por representações humanas, consciente ou não, dos processos de passado e presente.

Esses atores e/ou testemunhas que se voltaram para a memória de São José dos Quatro Marcos, tem na terra o principal elemento de formação da cidade. Constituídas por meio de tentativas e erros, formam-se os “calos do saber” conectados com as memórias, que são construídas/transmitidas pelas narrativas. A cidade assenta as memórias e experiências de vida por intermédio dos atos de “rememoração”, provocando uma memória que não é apenas individual, mas também coletiva e social. Nesse sentido, as cidades se instituem como “teias” de narrativas, forjando um “lugar de memória e história”.

As práticas sociais e culturais com a terra levam a formação de marcas e cicatrizes. Os “calos do saber” no movimento desta memória que foi amalgamada com o tempo e não estão apenas no corpo físico, mas, principalmente, nas narrativas de memória sobre as atividades com a terra.

Nesse sentido, a existência humana é histórica, necessitando ser levado em consideração suas atividades de mudanças e permanências ao longo de todo os estágios no/com o mundo. Freire lembra que:

[...] ao contrário do animal, os homens podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devenir, em que se concretizam suas unidades epocais [...] (FREIRE, 2018, p. 128).

Como o ser humano é um ser histórico, somos capazes de compreender nossas ações no tempo. A história por ter características de mobilidade, permite aos homens, relacionar passado-presente com qualquer tempo compreendido no passado ou no presente. Podemos levar em consideração alguns posicionamentos por meio da “rememoração”, como: o diálogo entre o presente e o passado; a compreensão de permanências e mudanças; o reconhecimento das diversidades culturais. Nestas relações passado-presente-futuro é que são concebidos os “calos do saber”, ao rememorar o trabalho com a terra, os atores/testemunhas da pesquisa delineiam sua construção.

*[...] tinha o feijão de corda, então a gente, dobrava lá, um tanto da tua roça de milho, bem dobradinho, ajeitava, dobrava no capricho, pega ele pra baixo da espiga e dobra, quando ele tá verde acabando de granar, dobra o ponteiro vai no chão, e você vai dobrando o milho, dobrando e pondo o pendão bem debaixo do pé, e ajeitando tudo, a gente plantava a rua larga, ai você vinha com o arado e dava um risco na beirada de cá, outro risco na beirada de lá, ai faz uma lerinha beirando o milho, naquela beirinha você plantava feijão,*

*dos dois lados da rua de milho...aí o feijão subia no milho, dava um feijão pra daná, só que colher também dava um trabalho! Quando você colhia o milho já estava mais no tempo da seca, o milho já estava tudo deitado no chão, tinha gente até que colhia o milho e o feijão junto, chegava pra arrancar o pé de feijão, você tinha que tirar ele do milho, embola tudo no milho, era tudo manual, quebrava duas, três covas de milho jogava pra lá, e arrancava e já deixava no chão, outros arrancava tudo depois vinha quebrar o milho [...]. (Entrevista do senhor J.M.)*

*[...] para plantar o café, primeiro você roça o mato, derruba, porque você tem que fazer uma derrubada que seja aparado não pode largar pé de árvore pra trás, porque tem que passar o arame pra alinhar os pés de café e árvore atrapalha, fica só os toco das árvores...ai você deixa, no mês de agosto você queima a derrubada, você fica ali de olho, na hora que você vê que tá seco, coloca fogo, parecia um vulcão a fumaça chegava subi escura, preta, pra cima, você olhava e falava vai ficar uma maravilha essa derrubada minha! Se ficasse perto você afogava com a fumaça...dava uma chuva aquela cinza acamava na terra, ficava uma maravilha, quando era mês de setembro no comecinho já estava tudo preparado pra planta, tudo já alinhado onde ia fica as cova de café, a distância das cova era de 18 palmo por 18...aí ajeitava pra planta o arroz, plantava a rua de arroz certinho, a rua de arroz não podia ficar muito beirando onde ia fica a cova de café, cabia nove ou dez rua de arroz no meio do centro da rua de café que você ia plantar...quando o arroz estava com um palmo, uns vinte centímetro de altura, você já começa a furar as cova de café, furava tudinho ficava aquela coisa maravilhosa, ficava até bonito, dava um ventinho as folha de arroz ficava aquela coisa mais bonita, aquela vibração da folha, mimosa verdinha...você acabava de fura as cova do café, você já estava com os café tudo semeado nos canteiro...aí você pegava plantava uma cova de milho de um lado, do outro lado outra, ficava quatro covinha de milho envolta do café, não podia coloca muito caroço de milho na matraca, era dois caroço no máximo três, ali fazia uma sombra, o milho chegava no porte de uns cinquenta centímetros o milho já estava fazendo sombrinha naquele lugar...Era três lavoura que você colhia no mesmo lugar, só numa pancada...aí você tirava uns pau, pra fazer uns baldrame nas cova de café, aí você rachava aquelas madeiras de murungum, mamica de cadela, aí você colocava quatro cinco pauzinho numa cova pra pode tampa da quentura do sol, o resto do sol que pegava, a cova ficava uns quinze, vinte centímetro de fundura...tinha gente que plantava as muda um pouco maior, falava oreia de onça, outro esperava nascer uns três folhinha e já plantava...se o milho tivesse mais grandinho, não precisava colocar a cobertura de pauzinho por cima, só colocava os baldraminho pra não deixa entra enxurrada da chuva, porque podia assorear a muda de café, tinha que limpa a cova quando chovia muito e assoreava, é a mesma coisa que cuidar um bebezinho...tinha que fica cuidando, quando tinha alguma muda meio murcha, tinha que replantar ou plantava outra meio beirando, furava com o chucho, a gente fazia o chucho com madeira de cabriúva, era uma madeira dura...quando o arroz madurava, os pés de café já estava tudo bonito, aquilo ficava aquela coisa mais linda de olha, a folha do pé de café chegava brilha, a folha do café ele tem um brilho nela, o café que é sadio você olha ele dá um brilho na folha. Depois você pegava o milho e dobrava, sempre pro outro lado do pé de café, pro lado que não pegava por riba da cova do café, a cova de café ficava livre, e ali dava força para os pés de café subi...aí você pegava e ia cortar o arroz, cortava o arroz ele chegava secava, você arrumava os cipó, pra ímpia o arroz, tinha lugar que a gente fazia até três pia de arroz num lugar só, pra pode fica mais fácil pra bate no maiado...depois que colhia o*

*arroz e batia, aí você ia colhe o milho, o milho era a coisa mais derradeira, ele aguenta até um ano no pé dobrado sem quebra, não estraga, o pé de milho dobrado não deixa água da chuva estragar a espiga, porque dobrado não acumula água na espiga de milho, a espiga fica com a ponta pra baixo, se ele fica sem dobra o pé a água fica acamada na palha do milho e estraga a espiga, ali onde sai o cabelo dele, a água entra e fica acumulada, e cabe muita água na palha dele se não dobra...o café começa produzi a partir do terceiro ano, já dá uma colheitinha boa, aí só vai aumentando, é a mesma coisa que você colocar um dinheiro a juro no banco, e dura muitos anos, nós tinha um cafezal que estava com quarenta e cinco anos [...]. (Entrevista do senhor S.C.G.).*

Os relatos apresentam os “calos do saber” acondicionados na memória dos trabalhadores da terra, que conceberam a cidade de São José dos Quatro Marcos, constituindo os saberes próprios do local. Estes saberes construídos pela vivência e experiência dos povos migrantes em meio a terra, foram criados, gerados, transmitidos e preservados pela memória nas sociedades tradicionais, ao longo do tempo, de forma autônoma dos saberes científicos modernos. Estes resultados sociais/culturais de observações minuciosas da natureza (terra, astros, rios, flora, fauna, clima) encontram no processo de transmissão oral, seu movimento entre “estar aqui e o ontem que se viveu”.

Os saberes tradicionais locais da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT foram constituídos por uma diversidade social de “calos do saber”, gerando um “encontro de saberes” delineados pelas características culturais dos povos migrantes que buscavam neste território meios para manutenção da vida.

O sistema de consórcio de cultura (milho/feijão e arroz/milho/café), técnicas de preparação do solo como o uso da queimada e roça de toco ou coivara, apresentados nos relatos de memória, elucidam os “encontros dos saberes”. O método de consorciar culturas e de rotação de áreas agrícolas, remonta da Idade Média no continente europeu e o preparar o solo com uso da queimada e roça de toco ou coivara, advém das tradições indígenas.

Os “calos do saber” evidenciam no trabalho com a terra o aproveitamento dos espaços com a consorciação de culturas agrícolas com diferentes estruturas e tipos de raiz (feijão/milho), no caso apresentado pelo senhor J.M., e (arroz/milho/café) apresentado pelo senhor S.C.G.

A percepção climática (seca/chuva) é apresentada nos “calos do saber”, constituindo um calendário social próprio da vivência com a terra. O “calendário da terra” principia-se na estação do inverno com o trabalho na mata virgem, já que havia a necessidade de esperar os meses de seca para efetuar a derrubada das árvores, e somente no mês de agosto seria realizada as queimadas, por ser o período de menor densidade pluviométrica da região, como é apresentada pelo senhor S.C.G, quando “no mês de agosto você queima a derrubada”. Em sequência necessitaria iniciar o período chuvoso para as cinzas “acamam” na terra e começar o



trabalho de plantio das diferentes culturas agrícolas que eram arquitetadas para ocorrer um escalonamento de plantio e colheita, completando um ciclo climático até iniciar um novo período de seca, para recomeçar a abertura de mais um espaço da propriedade de mata virgem. A satisfação em descrever tantos detalhes no trabalho com a terra, mesmo tendo passado mais de 40 anos, demonstram a conexão desses trabalhadores com ela.

Dessa forma, sobre a relação dos homens com o trabalho, Freire (2018, p. 195) considera: “É que, somente na medida em que os homens criam seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador, eles se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está, pois, na realização deste mundo”. Por meio do trabalho “livre” com a terra, os homens e mulheres migrantes procuram as suas realizações. No entanto, encontram no mundo do trabalho uma insegurança permanente das ações externas do capital, mesmo vivendo em uma comunidade distante dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido as duas imagens fotográficas subseqüentes extraídas de monóculos que compõem o álbum de família do senhor S. C. G., evidenciam o trabalho de homens e mulheres migrantes com atividades na terra, que criam um mundo próprio da vivência social na cidade de São José dos Quatro Marcos. Percebe-se a intenção do fotógrafo em focar as culturas agrícolas, mediante sistema de consórcio, neste caso (arroz, milho e café). Na imagem não podemos identificar os pés de café, porque estão encobertos pela roça de milho e arroz, como descritos pelo senhor S.C.G., [...] cabia nove ou dez ruas de arroz, no meio do centro da rua de café que você ia plantar. [...] aí você pegava plantava uma cova de milho de um lado, do outro lado outra, ficava quatro covinha de milho envolta do café. [...] o café começa produzi a partir do terceiro ano [...]. (Entrevista do senhor S.C.G).

**Figura 6** – Consorciação de culturas descrita na entrevista do senhor S.C.G. (arroz, milho e café) - as mudas de café estão abrigadas abaixo dos pés de milho.



**Fonte:** Arquivo pessoal do senhor S. C. G., imagens fotográficas da propriedade de sua família.

Durante a popularização da fotografia no final do século XX, muitos fotógrafos amadores produziram imagens em todo o território brasileiro. Sobre a chegada dessa popularização nas sociedades tradicionais, Lima (2015, p. 31) destaca que: “Apesar de ser símbolo de modernidade e urbanidade, a fotografia foi absorvida por sociedades tradicionais, que a transformaram em instrumento de atualização “moderna” de antigos valores, normas e costumes”. Constituindo um discurso, as imagens fotográficas apresentadas, delineiam normas e regras na constituição da vivência dos trabalhadores da terra na cidade em formação.

As práticas tradicionais de consorciação de culturas agrícolas foram registradas por meio de práticas modernas, com o ato de registrar imagens utilizando câmeras fotográficas eletrônicas. Pensando a fotografia como uma representação da realidade, esta produz um discurso próprio, que parte da intenção do fotógrafo, podendo servir de instrumento para ressignificar as memórias de seus personagens ou pessoas que apresentam a mesma vivência cultural e social evidenciadas no trabalho com a terra, mediante a releitura das imagens fotográficas.

Nesse sentido, a imagem subsequente apresenta uma lavoura de café em produção, juntamente com três trabalhadores da terra. A cada momento que as imagens são revisitadas, os personagens traçam elementos diferentes em suas memórias. Ao descrever o trabalho na roça de café enquanto revia as fotografias, o senhor S.C.G. reconstrói a partir da imagem física da

fotografia outras imagens mentais [...] aquilo ficava aquela coisa mais linda de olha, a folha do pé de café chegava brilha, a folha do café ele tem um brilho nela, o café que é sadio você olha ele dá um brilho na folha [...]. (Entrevista do senhor S.C.G)

**Figura 7 -** Roça de café em produção



**Fonte:** Arquivo pessoal do senhor S. C. G., imagens fotográficas da propriedade de sua família.

As culturas agrícolas praticadas provêm possivelmente da cultura alimentar e tradição agrícola dos estados de origem dos povos migrantes, que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos. Como podemos observar no relato da senhora J.B.S.M:

*[...] eu em São Paulo, ajudei muito o meu esposo na lavoura de **café** [...]*  
(Entrevista da senhora J.B.S.M)

E do senhor S.C.G.:

*[...] em São Paulo, plantemos **arroz** num brejo. [...] o **feijão** que a gente plantava lá era só esse feijão catado [...].* (Entrevista do senhor S.C.G)

O fato de o café ser uma cultura agrícola perene<sup>62</sup>, iniciando sua produção somente a partir do terceiro ano do plantio, evidencia a necessidade da distância de “18 palmos” (aproximadamente 4,5 metros) entre as covas de café, para realizar a consorciação com outras culturas anuais, além dessas culturas contribuírem para o sombreamento e proteção das mudas de café.

O café tornou-se o principal gênero agrícola produzido na cidade em desenvolvimento, devido seu valor comercial e por sua longa perenidade, como descrito pelo senhor S.C.G, que

<sup>62</sup> As culturas agrícolas definidas como perenes proporcionam várias colheitas no decorrer de anos, como a cultura de café apresentada nesta pesquisa, diferenciando-se das culturas anuais que proporcionam apenas uma colheita.

manteve uma produção por quarenta e cinco anos, chegando a ser comparado, como uma “aplicação bancária”<sup>63</sup>.

As imagens fotográficas subsequentes evidenciam a produção do café na cidade de São José dos Quatro Marcos. No plano principal da imagem o fotógrafo destacou o “terreirão” de café (espaço calçado com concreto para secagem dos grãos) e sacas de café, empilhadas nas bordas do terreirão, com os trabalhadores da terra enfileirados sobre elas.

**Figura 8** - Terreirão de café (espaço calçado de concreto, que serve para secagem dos grãos de café)



**Fonte:** Arquivo pessoal do senhor S. C. G., imagens fotográficas da propriedade de sua família

Na próxima imagem, outra benfeitoria da propriedade da família do senhor S. C. G. foi destacada na imagem fotográfica, a “tuia” (local onde armazenavam os grãos de café seco e algumas ferramentas), próximos à tuia, encontrava-se dois carrinhos de tração animal, provavelmente para deslocar a produção da lavoura de café até o terreirão. Além disso, destaca-se na imagem a quantidade de sacas de café estocadas na tuia e as vestimentas das pessoas que

<sup>63</sup> Podemos observar estes elementos no Plano de Ação a Nível Local do ano de 1980, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER), destacando a produção da terra na cidade São José dos Quatro Marcos com 18 milhões de pés plantados, seguido de arroz, feijão, milho, algodão e de uma pecuária mista com cerca de 23.000 cabeças. A tendência leiteira já aparecia, haja vista a instalação de um laticínio, no ano de 1979, na cidade. (Plano de Ação a Nível Local – EMATER, folha 20 do ano de 1980. Arquivo EMPAER). Mesmo o laticínio funcionando como um depósito do leite, pois apenas resfriava para conservar o produto a ser revendido posteriormente para beneficiadoras em outras localidades, logo no final da década 1980, a pecuária substituindo a lavoura de café tornara-se a principal atividade econômica da cidade. Como se constata no relato do senhor J.M.: “Logo que nós chegou tinha o laticínio lá no distrito industrial... indo para Santa Fé, teve um laticínio também, hoje é uma fábrica de móveis, do Decão, mas nenhum laticínio daquela época industrializava o leite, não fazia queijo, não fazia nada, só gelava e mandava embora” (Entrevista do senhor J.M).

aparecem na fotografia, principalmente das crianças, muito provavelmente, vestidas com a melhor roupa para aparecer na fotografia.

**Figura 9** - Tuia de café (local onde armazenava os grãos de café seco e algumas ferramentas)



**Fonte:** Arquivo pessoal do senhor S. C. G., imagens fotográficas da propriedade de sua família.

Segundo Kossoy (2002), as fotografias não são espelhos fiéis dos fatos, apenas do seu elevado status de credibilidade. Será que a tuia e o terreirão ficaram abarrotados de café em todas as safras? Seria usual, do cotidiano rural, as meninas utilizarem vestidos e sapatos brancos? Estas questões infligem na compreensão da cotidianidade dos ambientes rurais. As crianças poderiam estar chegando de um batizado, pois as vestimentas totalmente brancas das meninas remetem a este ritual da Igreja Católica. Já que, eram nas ocasiões de festividade que os fotógrafos se deslocavam até as comunidades rurais.

A comparação da lavoura de café com uma aplicação bancária feita pelo senhor S.C.G., confirma talvez a intenção da fotografia em demonstrar por meio da captura da imagem fotográfica um momento de prosperidade financeira da família. A cultura do café proveria as famílias na aquisição de produtos de necessidade básica, não produzidos na propriedade. Entretanto, a maioria dos alimentos consumidos pelas famílias originava-se da própria propriedade, necessitando um cuidado especial com a manutenção das sementes a serem plantados na próxima safra.

Dessa forma, identifica-se, mediante os “calos do saber”, o melhoramento e

compartilhamento das sementes crioulas<sup>64</sup> utilizadas na manutenção da vida de homens e mulheres migrantes que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos:

*[...] nós plantamos e tiramos a semente de melhor qualidade para plantar na próxima lavoura, tinha muitas qualidades de arroz: arroz preposta, arroz guapinha, arroz santa merca, arroz de garrafa, arroz agulhão. O arroz agulhão dava quase uns dois metros de altura, os pés parecia cana dessas de chupar, de tão grosso que era, (risos), você precisa de ver a grossura e os cacho era quase de dois palmos os cacho, ficava até empencado...aí nós foi tirando, foi reformando as qualidades das sementes de arroz, daqueles que era melhor que rendia mais, que era um arroz que dava tipo bom, quando o arroz não é um tipo bom, ele quebra quase a metade, se você deixa ele passa quando corta ele, por que tem que ser tudo baseado num jeito pra ele não estragar, se você não capricha e ele toma muita chuva, chegou na hora de empilhar e você não empilha, ele trinca tudinho os caroço, quebra quase tudo...tem arroz que dá quatro por um, quatro por um é um arroz bom ele dá quase tudo inteiro o arroz, e os outros você tem que caprichar pra ver se você tira um tipo de arroz bom [...]. (Entrevista do senhor S.C.G.).*

*[...] A semente era o seguinte, um ajudava o outro, naquele tempo não tinha essas casas de semente, como tem agora, não tinha...então os primeiro trouxe arroz de São Paulo, e planto, quando nós viemos já fazia dois anos que tinha alguns esparramado, por lá, então nós já adquiriu as sementes com eles, e já foi plantando, arroz, feijão...eu lembro que meu pai comprou um saco de feijão pra planta...aí já foi expandindo, um plantava e tirava a semente pra uma turma de gente, e assim foi, tinha troca de semente, um ajudava o outro [...]. (Entrevista do senhor D.M.).*

*[...] mas aquele tempo a gente não dependia de veneno, dessas coisas... dependia mais de semente, semente a gente guardava em casa...A gente quando chegava no fim do ano se ia colher a lavoura, você colhia ela e tirava o tanto que você iria plantar na próxima safra, um exemplo, ia plantar dois sacos de arroz, você limpava esses dois sacos de arroz bem limpinho secava bem, do arroz que você queria e guardava, e milho e feijão também, separava para plantar aquele bem granado bem bonito, você escolhia o melhor para guardar e plantar, então não se comprava, era tudo milho do paiol, arroz da colheita, feijão da colheita, a gente guardava tudo...a única semente que precisou comprar naquela época foi de algodão, porque algodão não guarda semente [...]. (Entrevista do senhor J.M.).*

A conservação das sementes crioulas compreende aspectos ecológicos, culturais e afetivos. O senhor S.C.G., ao descrever a diversidade de sementes crioulas da cultura de arroz, e o melhoramento genético feito por meio da domesticação das plantas e escolha das sementes, demonstra a riqueza da biodiversidade existente na cidade em formação, “tinha muitas qualidades de arroz: arroz preposta, arroz guapinha, arroz santa merca, arroz de garrafa, arroz agulhão. O arroz agulhão dava quase uns dois metros de altura, os pés pareciam cana dessas de

<sup>64</sup> “Por denominação, as sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. De acordo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), estas sementes, passadas de geração em geração, são preservadas nos muitos bancos de sementes que existem no Brasil” (www.fao.org). Acessado em 15/07/19). As sementes crioulas, também são chamadas de nativas ou tradicionais e, no estado da Paraíba de sementes da paixão.

chupar, de tão grosso que era, (risos)”.

Os povos migrantes tornaram-se guardiões das sementes crioulas, conservando e multiplicando-as, esta que juntamente com a terra compreenderam os subsídios para manutenção e multiplicação da vida. A sociabilidade estabelecida na cidade de São José dos Quatro Marcos, entre as décadas de 1960 e 1980, devesse, em parte, pela circulação das sementes entre os trabalhadores da terra, os caminhos das sementes percorreram os laços das relações socio afetivas, como podemos constatar no relato do senhor D. M. sobre as sementes crioulas, [...] um ajudava o outro [...].

Sobre a memória do indivíduo, Bosi (1994, p. 55) destaca: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.” Podemos ver essas propriedades da memória no relato do senhor S.C.G. ao descrever o tamanho dos pés de arroz que eram produzidos em sua propriedade, chegando a uma altura de quase dois metros, comparando a estrutura do arroz com a cana-de-açúcar. As memórias individuais das atividades com a terra enlaçam com outras memórias, estabelecendo a memória coletiva da cidade.

A composição dos “calos do saber”, também, encontra elementos na observação minuciosa dos astros. O senhor S.C.G. descreve a importância das fases da Lua no trabalho com a terra.

*[...] se você plantasse o feijão na lua errada, ele carunchava rapinho... todo o plantio tinha que ter a lua certa pra pode planta...dependendo da lua a planta não cresce direito, fica judiada, fica pequena, quando é uma lua boa você planta ela cresce [...]. (Entrevista do senhor S.C.G.).*

Os povos tradicionais construíram na cotidianidade com a terra, uma sensibilidade com os eventos da natureza, que harmonizaram sua existência com todos os seus elementos. Sobre o saber provido do cotidiano, Heller (2016, p. 71) considera “O que na ciência é apenas opinião pode corretamente considerar-se como saber na vida cotidiana, já que é critério da ação e já que a ação cotidiana comprava o conteúdo correto do juízo em que se baseia aquele saber”. Logo, os “calos do saber” são construídos nas ações da cotidianidade, são delas que os saberes são testados, sendo descartados ou difundidos por meio da memória coletiva e social.

## **5.2 DISPUTAS DO SABER: o moderno contrapondo o tradicional**

As sociedades tradicionais que tem na terra seu principal meio de subsistência, tende traçar na memória social aspectos consolidadores, como podemos constatar nas tradições indígenas, ribeirinhas e quilombolas de uso e práticas com a terra, visando sua sobrevivência. Porém, quando as mudanças históricas aceleram alinhando-se com a sociedade industrial moderna, as rupturas das memórias avançam.

Como observou Ecléa Bosi (1994, p. 77) que, “Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho”. Nesse processo de ressignificação das práticas sociais, promovidas pela força do capital sobre as tradições, os “calos do saber” perdem sentido na sua existência prática.

Os “calos do saber”, construídos por intermédio do tempo, podem não fazer sentido prático numa sociedade moderna industrial voltada exclusivamente para o saber moderno. Porém, estão presentes e vivos nas memórias podendo ser rememorados a qualquer momento, reelaborando o presente por meio destes saberes.

O saber moderno estabelecido nas atividades com a terra, principia no final da Segunda Guerra Mundial com a Revolução Verde<sup>65</sup>, que não tinha apenas a finalidade de aumento da produtividade agrícola, mas também deliberava variáveis econômicas, políticas, sociais e técnicas. Esse novo ideário das atividades com a terra, ganha evidência no Brasil, mediante a “modernização” da agricultura, proposta no início da Ditadura Civil-Militar, com o Estatuto da Terra de novembro de 1964, apresentado na segunda seção.

Fazendo frente à crise econômica brasileira na década 1960, o Estatuto da Terra, pretendia inventar uma classe média do campo consumidora de produtos industrializados, ao mesmo tempo em que neutralizava os conflitos e tensões por meio de uma “reforma agrária” voltada para o aumento da produção e produtividade e manutenção da propriedade privada do campo, sob uma ideologia de racionalidade técnica (MENDONÇA, 2006).

Jacques Le Goff (1990), situa a ambiguidade dos conceitos antigo/moderno que pode ser sobreposto por tradicional (ligado às tradições), recente (inovação). Como associar um conceito desenvolvido a partir de análises da sociedade renascentista com um objeto de pesquisa do final do século XX? Le Goff identifica no conceito de moderno a partir de análises da sociedade medieval, características mais análogas com a contemporaneidade do que com a idade média.

Sobre a constituição da ideia de modernização, Le Goff (1990, p. 173) descreve: “Na segunda metade do século XX, generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo em que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de

---

<sup>65</sup> “Surgiram do grande capital imperialista monopolista do pós-guerra mundial. Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockefeller, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo”. (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 17).



‘modernização’, nascida do contato com o Ocidente”. Ainda que afirmasse acabar com a fome no mundo, a Revolução Verde internou nos países agricultáveis como o Brasil, o conceito de “modernização”, rotulando os saberes tradicionais como “arcaicos”.

Nesse sentido, o apoio governamental à “modernização” da agricultura, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, ganha força com um sistema nacional de políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)<sup>66</sup>, na instituição em 1973 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e nos estados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Também em 1973, cria-se para pesquisa a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA) e no estado a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (EMPA). Reguladas pelo Estado brasileiro e conectadas com um sistema nacional de crédito rural, armazenamento de grãos, e uma política de compra da produção agrícola com um preço mínimo<sup>67</sup>.

Mediante as narrativas e saberes históricos produzidos sobre as marcas da terra, compreendesse os agentes motivadores para “modernização” do trabalho com a terra na cidade de São José dos Quatro Marcos, identificando como esses interesses estavam desligados (ou não) dos trabalhadores da terra.

Podemos averiguar como o discurso do moderno contrapôs os “calos do saber” proveniente ligado as tradições, na cidade de São José dos Quatro Marcos. Essas conexões se dão mediante as análises das narrativas de memória dos colaboradores da pesquisa e de fontes históricas derivadas do processo de “modernização” do trabalho com a terra, implantadas no “território já regulamentado” como cidade, por organizações governamentais ou não. Como foi o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso (CASEMAT) e Unidade Municipal de Cadastramento (UMC) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituídos na cidade a partir da sua emancipação política, ocorrida em 1979.

Atuando com o pressuposto de desconsiderar os “calos do saber” dos trabalhadores da terra, considerados rudimentar, em detrimento do “saber moderno” supostamente racional de cultivo agrícola, a EMATER foi instalada na cidade com o “objetivo” de:

Elevar através da Assistência Técnica e Gerencial, ou seja, **transferir tecnologia agropecuária e gerencial aos produtores rurais**, do elevar a produção e produtividade e conseqüentemente a renda líquida do produtor

<sup>66</sup> Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATERs) ganham força durante o governo da Ditadura Civil-Militar do General Ernesto Geisel, com políticas públicas financiadas pelo Estado, com o propósito de “modernizar” a agricultura brasileira.

<sup>67</sup> Fonte: <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>. Acesso em: 21/02/2020.

rural e o bem-estar das famílias rurais do município de Quatro Marcos – MT. (EMATER/MT, 1980, Grifos nossos).

Dessa forma, com o objetivo de “transferir tecnologia agropecuária e gerencial aos produtores rurais”, o saber “moderno” propagado pelos técnicos da EMATER visava uma produção para o mercado, colocando em xeque a produção agrícola tradicional voltada para a subsistência dos trabalhadores da terra.

Sobre a violência do “jogo do poder simbólico”, (BOURDIEU, 2010, p. 12), identifica a legitimação da dominação de classe (assentada no capital econômico) meios para impor seus interesses perante os dominados, [...] quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social [...]. Dessa forma, o “poder simbólico” promovido pelos técnicos da EMATER na cidade de São José dos Quatro Marcos, mediante o discurso do “saber moderno”, só teria êxito, se estivesse velado perante as sociedades tradicionais que dominavam e praticavam outros saberes.

Assim, o “poder simbólico”, que permeia o discurso dos técnicos agrícolas nos Planos de Ação a Nível Local da EMATER, tornam visível à ideia de uma cidade com potencial de implementação da agricultura “moderna”. Os Planos de Ação a Nível Local da EMATER na cidade de São José dos Quatro Marcos/MT eram elaborados anualmente, trazendo em seus relatórios a seguinte Metodologia de Planejamento:

A montagem do Plano de Ação a Nível Local teve como base a atualização do Estudo da Realidade que foi feito através de reuniões nas comunidades com o apoio dos líderes e pessoas de influência, preenchimento de questionários em visitas e entrevistas familiares visando levantar e **identificar os problemas dificultadores e facilitadores no desempenho e progresso da comunidade**. Confeção de mapas das comunidades trabalhadas, **tendo como base o conhecimento dos técnicos e a ajuda dos produtores da comunidade** através dos líderes e moradores mais antigos, além das informações, contatos e reuniões com os órgãos públicos, autoridades e classes representativas no município, com o objetivo de identificar geograficamente as comunidades com as respectivas propriedades existentes. (EMPAER/MT, 1980, Grifos nossos).

Utilizavam-se de uma metodologia que articulava reuniões, palestras de esclarecimentos teóricos e práticos de produção de algumas culturas e treinamentos voltados para as áreas sociais, como cursos de corte e costura e de aproveitamento de alimentos. Todas essas ações eram promovidas e realizadas na zona rural com a finalidade de aumentar a produtividade no campo por meio da instituição de “novos saberes e técnicas”, até então, desconhecidos dos trabalhadores da terra. Nesta estratégia, apontam-se a importância de palestras e cursos para alcançar os fins desejados.

Sobre o trabalho da EMATER na cidade, o senhor J.M., avalia que:

*[...] quando surgia uma doença e você não sabia o que era você procurava a EMATER, para eles falar o que que é isso, ela sempre teve a EMATER ela orientava o que é isso o que é aquilo, os técnicos da EMATER que incentivaram nós plantar o algodão, a gente plantou também um pouquinho de algodão, mas não teve muita lavoura... algodão é difícil porque é muito veneno, precisa de muito cuidado com a lavoura [...]. (Entrevista do senhor J.M.).*

Acentuada na análise da “cidade” pela “tríplice operação” de Certeau (2014), é identificado no relato do senhor J.M. a tentativa de criação do “sujeito universal e anônimo que é próprio da cidade”, por meio da “substituição das resistências inapreensíveis e teimosa das tradições” dos trabalhadores da terra. Os técnicos da EMATER, instigados talvez pelo capital econômico, incentivava as práticas de culturas agrícolas (no caso algodão) com maior valor comercial, em detrimento de outras culturas agrícolas que estavam mais conectadas com os trabalhadores da terra, devido à cultura alimentar e da tradição agrícola nos locais de origem dos povos migrantes que constituíram a cidade de São José dos Quatro Marcos.

Quando o saber “moderno” dos técnicos da EMATER é entregue como uma mercadoria a ser depositada<sup>68</sup>, provavelmente escapará da memória desses trabalhadores da terra, pois estas práticas não promovem a apropriação crítica e problematizadora do conhecimento.

Destaca-se pela análise sobre os Planos de Ação a Nível Local, realizados pela EMATER, entre os anos de 1979 e 1985 na cidade, que a EMATER se constituiu em um instrumento do Estado para direcionar a produção agrícola a um novo modelo e instituir um método racional de cultivo. Isto se pode deduzir da técnica da terra, constatando que é de “média fertilidade” e “um pouco arenosa”. Estes condicionantes naturais precisavam ser superados com o uso de insumos químicos e novas tecnologias. A ajuda complementar do governo servia para suprir essas “deficiências naturais”, provenientes do “mau uso” da terra promovido pela agricultura tradicional.

Como a vida de todos os dias contribui para pesquisa historiográfica? Os conceitos de “estratégias” e “táticas”, apresentados por Certeau (2014), possibilitam compreender as múltiplas e diversas realidades apresentadas no cotidiano, na construção de tessituras entre os trabalhadores da terra e a institucionalização dos “novos saberes”, propagados na cidade. Este sujeito do cotidiano ocupa um lugar “ordinário”, não apenas como meros reprodutores de um saber absoluto, mas como construtores de seus próprios saberes.

Por meio das “estratégias”, com os produtos e costumes da cultura de massa, o mercado

---

<sup>68</sup> Cabe situar que o campo das dimensões pedagógicas, direcionadas para imprimir e reproduzir as estruturas de opressão, organizam-se sob uma pedagogia bancária, como estratégia mediadora para naturalizar as necessidades do opressor: “Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los”, (FREIRE, 2018, p. 80).

interfere em certas atividades da vida cotidiana “ordinária” de uma cidade ainda em formação. Contudo, Certeau (2014) apresenta uma sociedade que não vive apenas da reprodução de discursos e costumes, mas que reinterpreta estas ações, construindo e reinventando suas próprias práticas. O sujeito também personaliza o sistema conforme sua necessidade de sobrevivência.

O conceito de “estratégia”, descrita por Certeau (2014), ajuda explicar algumas ações governamentais e empresariais para incentivo de determinadas culturas agrícolas em detrimento de outras, na cidade de São José dos Quatro Marcos/MT nas décadas de 1970 e 80, a fim de solucionar alguns problemas governamentais e comerciais. Ao resistir, aos incentivos agrícolas, provocaria e conduziram os trabalhadores da terra elaborarem, o que Certeau denomina de “táticas de resistência”.

Além disso, Freire (2006) defende a rejeição da sociedade aos assistencialismos promovidos por meio do estado e mercado comercial, interno e externo:

As forças internas, reacionárias, nucleadas em torno de interesses latifundiários a pretenderem esmagar a democratização fundamental, se juntaram, inclusive embasando-as, forças externas, interesses na não-transformação da sociedade brasileira, de objeto a sujeito dela mesma. Como as internas e externas tentavam e faziam suas pressões e imposições e também seus **amaciamentos, suas soluções assistencialistas**. (FREIRE, 2006, p. 65, Grifos nossos).

Negando a propensão dos trabalhadores da terra com as práticas tradicionais de uso da terra, o assistencialismo governamental e comercial, promovido por ações da “modernização”, institucionalizou o “amaciamento”, criando um sujeito “mudo”. Essas imposições forçadas criam os “sujeitos sujeitados”, violentando e destruindo condições naturais de sobrevivências dos trabalhadores por meio da terra.

Desprezando os sujeitos e achando que podem manipular suas ações com a terra, os representantes do poder Estatal e do capital econômico compreendem as ações manipuladoras dos homens de forma infinita. Entretanto, Heller (2016), identifica que sempre existe um limite na “manipulação” (ou como apresentado por Freire (2006), no “amaciamento”).

Mas sempre acontece que, na realidade, os homens não são manipuláveis indefinidamente e em qualquer direção, pois sempre existe um ponto limite, um *limes* no qual deixam de ser objeto e se transformam em sujeitos: que existe um ponto além do qual já não é mais possível confundir os homens e os povos. (HELLER, 2016, p. 141).

Estas ações cotidianas delineiam a cidade que se institui enquanto lugar de reprodução/transformação social e cultural, as memórias traduzem esta institucionalização por meio do confronto do oficial e não oficial. Assim, partindo sempre do presente no ato de rememoração dos povos que compôs e compõe este espaço, a cidade ganha uma dimensão de

“lugar de memória e história”. Heller (2016) compreende a vida cotidiana com conceitos mais abrangentes, como o de “manipulação”, destacando a existência de limites na manipulação dos homens e povos. Enquanto Certeau (2017), destaca a vida humana com elementos mais específicos da cotidianidade, como os conceitos de “estratégias” e “táticas”<sup>69</sup>.

Dessa forma, o novo modelo instituído pela EMATER viria a questionar a produção agrícola tradicional utilizada pelos trabalhadores da terra na cidade de São José dos Quatro Marcos, no tempo da emancipação política. Incentivando a mecanização e o uso de insumos e defensivos químicos, o que reforçava a intencionalidade dos grupos econômicos e políticos, municipal, estadual e federal que pretendiam provavelmente aumentar o controle sobre a produção e a produtividade, para sob a nova lógica de capitalização e modernização da agricultura.

Percebe-se na justificativa do Plano de Ação a Nível Local – EMATER de 1980, que os agricultores não utilizavam insumos e defensivos agrícolas artificiais, não porque apenas resistiam, mas pelo alto custo, distância para encontrá-los e, sobretudo, por dominar os saberes tradicionais. A leitura dos técnicos deixa transparecer que os agricultores estavam usando métodos de plantio “atrasados” e a EMATER propunha técnicas consideradas mais “avançadas”.

Embora o cultivo das culturas seja o tradicional e sem nenhum uso de adubação tal prática precisa ser incentivada, visando preservar o potencial agrícola dos solos do município, não só nas culturas perenes, mas também em culturas anuais que na maioria das vezes estão consorciadas com as culturas perenes ou em sucessão a outra cultura anual. **A pouca disponibilidade de insumos e defensivos na região, seja talvez a principal responsável pela sua pouca utilização**, além do alto custo dos mesmos aos produtores da região. (EMATER, 1981, p. 04, Grifos nossos).

Relatando também a falta de mecanização e outros fatores, parece que se evidenciam os “defeitos” dos “calos do saber” em termos de manejo dos solos e de práticas de controle de fitossanidade. Por outro lado, se desconheceu e silenciou os benefícios que a tradição agrícola mantinha como os cultivos perenes, os consórcios de culturas anuais, a sucessão de culturas que pressupõem práticas de controle a pragas e doenças e, também, ao manejo proveitoso dos solos para o aproveitamento dos nutrientes pelas plantas com diferentes sistemas de raízes.

A agricultura da região é cultivada cerca de **60% ou mais, em lavouras de toco, 30 a 35% em lavouras com tração animal e 5% a tração mecânica**. A maioria dos produtores desconhece o cultivo em nível e não há nenhuma providência em termos de conservação de solos. Faz-se muito pouco ou quase

---

<sup>69</sup> “Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.” (CERTEAU, 2017, p. 46-47)

nada de controle fitossanitário. E este controle é necessário principalmente nas lavouras de café e deveriam ser iniciados nos viveiros, uma vez que os viveiristas não fazem utilização de nenhuma técnica na formação dos viveiros e não utilizam de nenhum sistema preventivo de defesa fitossanitária (EMATER, 1981, p. 04, Grifos nossos)

Nessas justificativas do Plano de Ação a Nível Local – EMATER de 1981, os conhecimentos que os agricultores possuíam, de insumos e defensivos agrícolas naturais, eram desconsiderados. Dessa forma, a violência simbólica ganha legitimidade. Pode-se também ser apreendida como uma dimensão pedagógica “do amaciamento” pelo desconhecimento das razões estruturantes da modernização, calcada na mercantilização que invadia não só o cotidiano, mas promovia rupturas com as formas tradicionais dos saberes mobilizadores dos povos migrantes. Desse contexto, Freire (2018, p. 205) sinaliza esse movimento de rupturas e negação dos sujeitos de existência, como violência de dimensões culturais, pela investida opressora: “Nesse sentido, a invasão cultural, indiscutivelmente alienante, realizada maciamente ou não, é sempre uma violência ao ser da cultura invadida, que perde sua originalidade ou se vê ameaçado de perde-la”.

Ocorre nesse momento, na cidade de São José dos Quatro Marcos, uma invasão cultural de um novo “saber”, ensinado pelos técnicos agrícolas (invasores), que não consideravam eficazes as técnicas tradicionais utilizadas pelos trabalhadores da terra (invadidos). Propondo a implantação e, muitas vezes, impondo esse “novo saber moderno”, desconhecido ainda dos trabalhadores da terra, como modelo de produção agrícola, que condicionava assistência técnica e acesso à crédito a introdução e adoção das práticas e insumos receitados. Ou seja: “Os invasores modelam; os invadidos são modelados”, (FREIRE, 2018, p. 205).

A justificativa da EMATER constatava que os insumos e defensivos agrícolas artificiais, não eram até então utilizados, devido ao seu alto custo e à distância para serem encontrados. Mesmo assim os técnicos agrícolas incentivavam o uso destes, acreditando numa suposta melhoria da produção.

Tal situação provocou uma evasão dos “calos do saber”, desenvolvidos pelos agricultores que possuíam técnicas tradicionais e que não tinham nenhum custo adicional, por se utilizarem de restos orgânicos, como adubo e de plantas companheiras consorciadas como defensivos agrícolas.

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, junto com os governos estadual e federal, fazia propagandas direcionadas aos trabalhadores da terra, a fim de incentivarem a produção agrícola na cidade. Um indício disso afigura-se numa fotografia que foi analisada como fonte.

Sobre uma imagem fotográfica da Avenida São Paulo, do início da década de 1980, posicionada justamente na “encruzilhada”, que originou a cidade, atualmente avenidas São Paulo e Dr. Guilherme Cardoso Pinto, percebe-se que o principal foco do fotógrafo era registrar o espaço urbano da cidade, as ruas e o comércio. Um elemento dessa fotografia chama a atenção, pois: num lado da avenida havia uma faixa em que se apresenta um discurso corrente da época, praticado pelos políticos. Na faixa está escrito: “Aqui o Governo Compra: Arroz, Feijão, Milho e Soja”.

**Figura 10** - Imagem fotográfica da Avenida São Paulo, São José dos Quatro Marcos-MT, início da década de 1980



**Fonte:** Arquivo - Prefeitura Municipal.

Nossa análise se ateu propositalmente apenas ao discurso apresentado pela faixa, pois havia outros aspectos que poderiam ser lidos a partir desta fotografia.

Da imagem, vemos os governos municipal, estadual e federal expressando o ideário do progresso agrícola. Bastando aos trabalhadores da terra plantarem que o governo garantiria a comercialização e compra de seus produtos. A faixa apresenta ao leitor a ideia de uma cidade produtiva, em que os agricultores poderiam plantar que o governo compraria a sua produção. Aliás, essa ideia esteve presente no lema do governo de João Figueiredo (1979-1985), “plante que o João garante”.

Sonia Regina de Mendonça<sup>70</sup>, em seu trabalho, *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, ajuda a compreender a

<sup>70</sup> Mendonça em outras obras como: *Agronomia e Poder no Brasil e O Ruralismo Brasileiro*, mesmo discutindo o período da “República Velha”, demonstram como foram construídas as representações e práticas no espaço rural do Brasil.

participação das classes dominantes no meio rural brasileiro no cenário político, econômico e ideológico de ditadura Civil-Militar. Sobre esta abordagem Mendonça (2006) afirma que:

[...] a necessidade de o “produtor” rural assumir-se como empresário, empresário que visa o lucro, função está completamente justificada a partir de cálculos sobre os custos agrícolas que visam demonstrar o estado de “penúria” ou “injustiça” a que o Estado – e seu alto de intervencionismo – levou a classe agrícola. A gestão do presidente João Figueiredo, nesse contexto, seria percebida pela entidade como uma “esperança” em face de toda a sua política econômica de fomento às exportações – agrícolas sobretudo[...] (MENDONÇA, 2006, p. 58).

O discurso do governo João Figueiredo (1979-1985) voltou-se para a necessidade de o trabalhador da terra assumir um papel de empresário, em que se resolveriam os problemas de divisas financeiras que o país enfrentava em função da crise do petróleo vivida no final dos anos 1970<sup>71</sup>. Entende-se que os incentivos dos governos para a agricultura na cidade buscavam favorecer somente culturas como: o arroz, feijão, milho e a soja. Culturas estas que gerariam divisas financeiras com as exportações, deixando de lado a principal atividade agrícola do município que, apesar disso, era o café, direcionado para o consumo regional, e conforme a tradição dos agricultores não havia sequer plantios expressivos de soja na região.

Guimarães Neto (2002), afirma que a propaganda do governo e das colonizadoras incentivava a ocupação de terras com a intenção de fazê-las produtivas na economia liberal brasileira. Este era um dos pilares da política de colonização dos tempos contemporâneos.

Nesse período, grande parte dos políticos pautava seus discursos apresentando a possibilidade de tornarem produtivas as terras “vazias”, mostrando o potencial agrícola da cidade de São José dos Quatro Marcos, mas também estavam presentes em outras cidades, como se percebe na pesquisa de Guimarães Neto sobre o processo de colonização de Alta Floresta-MT. Assim, os que fixaram essa faixa, também tinham a intenção de propagar a ideia de terras produtivas e de bons negócios para quem ali plantasse. Queriam fazer da cidade um consistente polo agrícola com o apoio de políticas governamentais.

Esses incentivos dos governos vinham por meio da EMATER, da Campanha de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso – CASEMAT, INCRA e do Banco do Brasil S.A. ou de programas como o Polonoeste. O governo federal garantia um preço mínimo para cada cultura agrícola. Se o produtor não conseguisse vender a sua produção por um preço maior que o mínimo, o governo compraria, armazenaria e posteriormente faria o leilão dessa produção<sup>72</sup>.

Podemos comparar este “incentivo” governamental na cidade de São José dos Quatro

<sup>71</sup> Sobre as consequências para a economia brasileira da Crise do Petróleo, ocorrida em 1979, ver: Fausto (2003).

<sup>72</sup> Planos de Ação a Nível Local, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT.



Marcos com a construção de um imaginário sobre a abundância de que Guimarães Neto (2002, p. 34) fala sobre a cidade de Alta Floresta/MT: “A representação da terra de abundância, e muitos signos que sobrepujam o conteúdo explícito e produzem a construção de um lugar longínquo, capaz de oferecer oportunidades para todos”.

A imagem da foto propagava a ideia da terra das oportunidades para quem ali investisse, não havendo a necessidade de se preocupar em vender os seus produtos, porque o governo compraria toda a sua produção agrícola.

Quando o trabalhador do campo não organiza a sua produção de modo capitalista, José de Souza Martins (1996) classifica esse momento das “fronteiras agrícolas”, como “frente de expansão”:

No meu modo de ver, as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. (MARTINS, 1996, p. 47).

Neste momento em São José dos Quatro Marcos/MT, nem a força de trabalho configurava-se na divisão de salário. Os Planos de Ação da EMATER deixam transparecer o modo “não capitalista” de produção agrícola praticado no município no período pesquisado. Para Martins, isso não quer dizer, que o capital não tenha participações paralelas com as práticas agrícolas, integrando as culturas agrícolas produzidas pelos agricultores com a indústria alimentícia (por exemplo). Isso não levaria o agricultor a ser um operário capitalista.

A situação de “fronteira agrícola” sempre é um espaço de riscos de toda sorte ou azar. A possibilidade de abundante produção encontrava-se na fertilidade natural da terra, mas a transformação desta em ganhos financeiros dependia de uma série de riscos não controlados pelo produtor. A garantia de compra e de preço mínimo significaria uma segurança a mais e alguns riscos a menos. Quem lê a faixa tem a impressão de que a todos os produtores, se garantiria a compra e o preço mínimo. Mas isto só valia para aqueles que recebessem assistência técnica e tivessem crédito do Banco do Brasil S.A. Então a imagem também pôde manipular a opinião pública. Vejamos como Kossoy (2002) explicita o poder das imagens:

A manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como a expressão da verdade. Comprova isso a larga utilização da fotografia para veiculação da propaganda política, dos preconceitos raciais e religiosos, entre outros usos dirigidos. (KOSSOY, 2002, p. 20).

Kossoy (2002) entende que devido à credibilidade que as imagens operam, transmitem,

torna-se fácil a manipulação. A propaganda política direcionada, neste momento, aos trabalhadores da terra teve seus efeitos e eficácia?

A propaganda que o governo fez com aquela faixa na cidade de São José dos Quatro Marcos, foi de certa forma “enganosa”, porque a cidade ainda não possuía um armazém da CASEMAT e nem agência do Banco do Brasil S.A. Assim não podia garantir a compra de suas produções agrícolas, como propagava.

Podemos ter a confirmação destas dificuldades, analisando a justificativa do Plano de Ação a Nível Local da EMATER, do ano de 1980, período em que foi exposta a referida faixa no centro da cidade. Expõem as seguintes melhoras de que o município precisava:

Na montagem do planejamento, participativo foram realizadas as reuniões de comunidades nas quais foi solicitado ao público presente que apresentassem os problemas prioritários de sua comunidade, a fim de se montar uma estratégia de ação para se contornar ou sanar estes problemas ou mesmo outros que venham a surgir e que estejam dentro das possibilidades e alcance da extensão rural no município. Após as reuniões de comunidades foi realizada a reunião de sede e chegaram-se os seguintes problemas de ordem geral no município: ausência de Armazéns da CASEMAT, do Banco do Brasil S/A, de estradas municipais (vias de acesso em época chuvosa), saúde, educação alimentar e higiene, fitossanidade, sanidade dos rebanhos, assistência técnica e conscientizações sobre o uso de defensivos agrícolas e comércio dos mesmos (EMPAER, 1980, p. 03).

Assim no ano de 1980, os trabalhadores da terra que quisessem vender a sua produção para o governo precisariam levá-la até a cidade vizinha de Mirassol D'Oeste, a quatorze km de São José dos Quatro Marcos, onde já havia um armazém da CASEMAT.

Percebe-se ainda que os incentivos dos governos para as atividades com a terra na cidade, buscavam favorecer somente culturas como: o arroz, feijão, milho e a soja. Deixando de lado o café que neste momento era a principal cultura agrícola produzida.

O mal dos quatro anos ou Roseliniose tem causado severas baixas nos cafezais do município. Os principais problemas dos cafezais é a ferrugem (Himiléia Vastratrix) que ninguém faz controle e também o Bicho mineiro (Paryleucoptera coffeella) tem causado sérios desfolhamentos nos cafezais e o número de produtores a fazer tratamento é mínimo. Na safra 81/82 por imposição da EMATER-MT, podemos assim dizer, os produtores assistidos efetuaram o controle c/ carbofuram granulado. O grave problema foi a comercialização, o produto não estava amparado pelo preço mínimo e não foi adquirido pelo governo ficando o preço imposto pelo intermediário. A comercialização foi feita através dos intermediários e o preço por kg de rendimento do café foi de Cr\$ 200,00 e a renda por saco de 40kg é em média 20 kg, saindo o preço do saco de 40 kg em torno de Cr\$4.000,00 que deixou muito a desejar (EMPAER, 1983, p. 03).

Então, torna-se notório que o governo dava prioridades às outras culturas agrícolas, apesar do café apresentar um “bom preço no mercado”, oferecendo os incentivos a produtos pouco trabalhados no restante do país. No entanto, apesar dessa falta de incentivo ao café, ainda em

algumas propriedades “sobrevivia” tal cultura, tendo um processo de decadência que culminaria com a substituição pela pecuária<sup>73</sup>.

A cultura do café persistiu até o final da década 1980 quando perde espaço para a pecuária de corte e leite, atividade essa que continua até os dias atuais como principal prática econômica da cidade. O senhor J. M. descreve esse processo:

*[...] E o café começou a dar uns problemas, ficou preto pretejou tudo, aí foi acabando café acabando roça acabando tudo, foi virando pasto, e virou pasto até hoje, o auge do café foi até 1989 [...]. (Entrevista do senhor J.M.).*

Assim, Estado e capital econômico por meio dos “jogos de poder”, instituiu um saber “moderno” pautado numa suposta racionalidade técnica que tinha como finalidade uma “maior produtividade agrícola” e que intervinha na produção e no caso, até mesmo na escolha dos produtos a serem cultivados (arroz, feijão, milho e soja, por exemplo, em detrimento do café). Estado e capital econômico demandaram uma ideia “benéfica” da “modernização”, ao mesmo tempo em que excluía os “calos do saber” dos trabalhadores da terra, produzido em suas experiências de vida.

---

<sup>73</sup> Ver: COIMBRA, Wilson. O reinventar da vida entre a cafeicultura e a pecuária: O cotidiano e as práticas sociais. (São José dos Quatro Marcos – Mato Grosso 1980 a 1990). Monografia apresentada no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Estado de Mato Grosso para a obtenção do grau em Licenciatura Plena em História. Cáceres, junho de 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ofício do historiador/pesquisador não está voltado exclusivamente na escrita da História, ou melhor, as teorias e metodologias que regem tal trabalho, além disso, é organizado por uma série de práticas presentes na pesquisa historiográfica que não aparecem visivelmente no texto, mas que influencia no trabalho “final” permitindo que ele chegue a determinadas considerações. Assim, reproduzimos a fala de Certeau (2008) para pensar o fazer História:

É uma prática. Sob este ângulo podemos passar para uma perspectiva mais pragmática, considerando os caminhos que se abrem sem se prender mais à situação epistemológica. É nessa fronteira mutável, entre o dado e o criado, e finalmente entre natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa. (CERTEAU, 2008, p. 78).

A afirmativa de Certeau (2008) atenta para o fato de que o trabalho do historiador é regido pelas posições teóricas, metodológicas e práticas que definem o fazer História, no qual se pode pensar a partir deste trabalho o Ensino de História na sala de aula, trazendo à tona novas interpretações sobre o período entre as décadas de 1960 a 1980 que, na maioria das vezes, os livros didáticos apresentam apenas uma breve estruturação da Ditadura Civil-Militar no país e início do processo de redemocratização.

A pesquisa sobre o processo migratório de trabalhadores da terra e constituição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT traça um novo quadro do período, manifestando, por conseguinte outras práticas e personagens antes desconsiderados pela historiografia, que se pretendia ser nacional, mas que contava somente os fatos históricos restritos a alguns centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, desconsiderando as características próprias de outros locais.

Ao apreender as narrativas e saberes históricos produzidos sobre as marcas da terra nas memórias da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT (como um campo de saber), possibilitamos ao Ensino de História uma historiografia dissimilar do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, contemplando aspectos da história local de São José dos Quatro Marcos/MT conectados com elementos históricos de contextos difusos no tempo e espaço.

A terra, neste processo, constituiu-se como uma “mãe” que cuida dos filhos acolhendo e provendo o alimento para o corpo físico e espiritual de homens e mulheres migrantes. Dessa forma, funcionou como “força motriz imaginária” no movimento migratório ocorrido entre as décadas de 1960 a 1980 para o território que constituiria a cidade de São José dos Quatro Marcos/MT. Tendo o Estado a função de “esteira”, construindo estradas/pontes, promovendo propagandas e, fomentando a aquisição de terras para indivíduos “politicamente ativos”. (BOURDIEAU, 2010).

À medida que levaram a “encruzilhada” para condição de cidade, os migrantes produziram espaços de convivência social, como igreja e praça, imitando outros espaços, produzindo um “sujeito universal e anônimo” (CERTEAU, 2014, p. 160). Ao rememorar a “encruzilhada”, os migrantes estabelecem este território enquanto “lugar de memória”. Logo, a cidade se constitui para a pesquisa histórica e o Ensino de História, enquanto um ambiente de memórias e dimensões temporais e espaciais que crivam as memórias com fatos, relações, conflitos, um “lugar de memória e história”.

Dessa forma, os trabalhadores da terra da cidade de São José dos Quatro Marcos foram arregimentados por meio dos “jogos de poder” (promovido pelo Estado e capital econômico) que legitimava e postulava propostas aparentemente benéficas com incentivos privados e enganosos dos governos federal, estadual e municipal, além de estabelecer uma desvalorização dos “calos do saber” (produzidos pelos próprios trabalhadores da terra), em nome da “modernização”. Assim, com as políticas de crédito que poderiam vender seus produtos ao governo, que prometia preço mínimo, deste que aceitasse a imposição de todo o “pacote da modernização”.

Os planos e metas do Estado visavam o aumento da produtividade e produção agrícola sob a lógica moderna da capitalização da terra, direcionadas para alguns produtos agrícolas em certas localidades do país. Este foi o caso da região sudoeste mato-grossense, em que os produtos como o arroz, feijão, milho e a soja eram incentivados. Conjugados aos planos de reestruturação produtiva, os incentivos à produção dessas culturas se apresentavam como travas da nova lógica.

Além das propagandas serem promovidas pelo “poder simbólico” (BOURDIEAU, 2010), os incentivos não estavam de acordo com a realidade dos trabalhadores da terra na cidade, que eram na sua maioria, pequenos e médios produtores e uma pequena minoria de grandes produtores. Esta análise trata da constituição da ideia de “modernização da cidade”, na qual vários interesses políticos e econômicos estavam em jogo.

Esta Dissertação, ao apresentar uma nova historiografia sobre o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, contempla aspectos da constituição da cidade de São José de Quatro Marcos/MT e, conseqüentemente, proporciona ao Ensino de História um diálogo entre a memória da ditadura que ocultam problemas (sociais, culturais e ambientais) gerados pelo Estado e capital econômico, com a História. O Ensino de História, neste processo, pode promover uma reformulação de conceitos históricos desvirtuados na rememoração da ditadura brasileira.

Nesse sentido, as narrativas de memória empregadas ao Ensino de História

proporcionam o movimento de conscientização, pois, ao implantar uma educação que valorize o conhecimento e experiências históricas dos sujeitos do local de pertencimento de alunos e professores, compreendemos que todos são sujeitos da História.

Assim, tudo tem sua historicidade própria e logo não existe uma História total e global. Dessa maneira a pesquisa chega a algumas considerações sobre a constituição da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT entre as décadas de 1960 e 1980, enquanto lugar de História, memórias e saberes, que apresenta algumas rupturas e permanências na sua constituição, envolvendo uma trama de relações entre vários órgãos estatais ou não, visando estabelecer uma imagem “moderna” da cidade, ao mesmo tempo em que silenciava os interesses divergentes dos trabalhadores da terra, que nesse processo foram arregimentados ao modelo proposto.

Com esta pesquisa surgem novas possibilidades de estudo, como as temáticas referentes a questão ambiental propostas nos Temas Transversais dos PCNs à educação básica. Pois, podemos utilizar as relações do ser humano com o meio ambiente para configurar historicamente as sociedades (como foram pensados na história econômica e política). Assim, a questão ambiental abordada pelo Ensino de História pode promover aos alunos uma compreensão do presente conectado ao passado.

Outra possibilidade que surge a partir dos limites da pesquisa, seria um aprofundamento sobre os cursos agrotécnicos e de Engenharia Agrônoma que floresceram para apoiar o modelo proposto de modernização tecnológica que desapropriou os “calos do saber”. Produzindo trabalhadores da terra totalmente dependentes do saber “moderno”, dos técnicos agrícolas, dos insumos industriais, dos financiamentos bancários e dos preços dos mercados externos e internos.

A partir da pesquisa histórica e de sua inserção no Ensino de História, reforçamos o papel social do professor/pesquisador. Com isto, seria possível identificar processos de segregação social, como o ocorrido com os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores da terra) e de degradação do meio ambiente (ação que coloca em risco a manutenção da vida humana na terra), promovido pelo movimento de capitalização dos territórios.

Longe de estabelecer uma resposta final para esta questão, pretendemos promover e estimular uma visão diferente que as apresentadas em outras visões oficiais (elaboradas pelo poder público) ou não, na constituição da “encruzilhada” em cidade, para o Ensino de História da educação básica. A fim de contribuir com a conscientização dos alunos que habitam este local, no movimento ensino/pesquisa/aprendizagem, promovendo novas possibilidades ao mobilizar a História local com elementos nacional e global.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da História, In: \_\_\_\_ et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Marcia de Almeida et all (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FVG, 2012, p.21-39.
- BARROZO, João Carlos. **Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida**. Cuiabá: EdUFMT, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008.
- BERUTTI, Flávio e MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEAU, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração, In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p.41-78.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2011.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História?** Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, v.11, nº 21, p. 27-42, jul/dez, 2006.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer.** 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COIMBRA, Wilson. **O reinventar da vida entre a cafeicultura e a pecuária: O cotidiano e as práticas sociais.** (São José dos Quatro Marcos 1980 a 1990). Monografia apresentada no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Estado de Mato Grosso para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História. Cáceres, junho de 2005.

COSTA, Aryana. História Local, In: **Dicionário de ensino de história.** MORAIS, Marieta e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: A cidade (re) inventada.** Mato Grosso – pós 1970. Dissertação de mestrado em História apresentada a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Cuiabá/MT, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas, SP: Papyrus, 2006.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **À sombra desta mangueira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

\_\_\_\_\_. **Conscientização.** São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo.** Cuiabá: UNICEM, 2002.

\_\_\_\_\_. Mundo do trabalho. Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural. In: HARRES, Marluza Marques e NETO, Vitale Joanoni. **História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas.** São Leopoldo: Oikos, Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.



HEINST, Andréia de Cássia. **Pioneiros do século XX: Memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste: Dissertação de mestrado em História apresentada a Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT. Cuiabá/MT, 2003.**

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre a História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sao-jose-dos-quatro-marcos/panorama>>. Acesso em: <21/07/2019>.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. **Caminhos da Fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil – Bolívia (Cáceres/MT).** Cáceres: Unemat, 2004.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo: Proposta, 1980.

KENSKI, Vani Moreira. Sobre o conceito de memória. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.** Campinas: Papirus, 1995. p. 137-159.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica: 3. ed.** Cotia, SP: Ateliê, 2002.

LIMA, Solange Ferraz e CARVALHO, Vânia Carneiro (orgs). **Fotografia: usos sociais e historiográficos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 29-60.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

MAGUALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os projetos econômicos do estado: A política de ocupação do espaço na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Ver. Social.** USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: **Novos temas nas aulas de história.** PINSKY, Carla Bassanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Nova Cultural, 1988. p. 252-282.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991 [1973].

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2018.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres**: história da administração municipal. Cáceres/MT: UNEMAT, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINA, Ana Heloisa. Imagens como documentos – professores, alunos e o ensino e aprendizagem de História: uma relação complexa. **Revista de Educação Ciências Humanas e Letras**, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Canoas/RS, UNESC, n.17, jan./jun., p. 121-134, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: cultura revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORENO, Gislaíne. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de Burla/1892-1992. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n.10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. Tangará da Serra-MT: uma história de colonização privada. In: **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: **O saber histórico na sala de aula**. BITTENCOURT, Circe. São Paulo: Contexto, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. 4º ed. Campinas: Papirus, 2012.

SILVA, Marcos. Aprender a ditadura brasileira de 1964 a 1985 (Ensino de História depois da casa da morte). In: **Ensino de história e cidadania**. GUIMARÃES, Selva (org.). Campinas, SP: Papirus, 2016.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso:** Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SROCZYNSKI, Claudete Inês. **Formação de professores:** um olhar sobre a pesquisa educacional como espaço curricular em ação – UNEMAT – Sinop/MT. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura Ecológica:** preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.